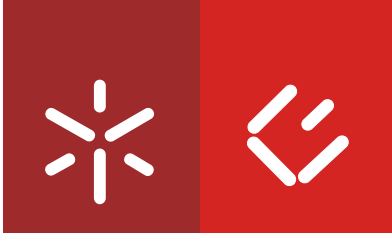


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Rui Manuel Pinto Belo

**Orçamento de Estado de Timor - Leste 2007
a 2012: Análise Crítica das Medidas de Política
Orçamental de Timor - Leste**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Rui Manuel Pinto Belo

**Orçamento de Estado de Timor - Leste 2007
a 2012: Análise Crítica das Medidas de Política
Orçamental de Timor - Leste**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Dr. António Mendes Silva Ferraz
e do
Professor Dr. Luís Francisco Gomes Dias
de Aguiar Conraria

DECLARAÇÃO

Nome **Rui Manuel Pinto Belo**

Endereço electrónico: **ru.69.belo@gmail.com**

Número do Bilhete de Identidade: **30272688**

Título dissertação:

Análise Crítica das Medidas de Política Orçamental de Timor-Leste

Orientadores: **Professor Dr. António Mendes Silva Ferraz, e de
Professor Dr. Luís Francisco Gomes Dias de Aguiar Conraria**

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado:

Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 21/01/2015

Assinatura:

Agradecimentos

Entre as pessoas a quem devo agradecer, principalmente, incluo o Magnífico Reitor da Universidade do Minho com suas estruturas, os meus professores da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em especial o Professor Doutor António Mendes Silva Ferraz e ao Professor Doutor Luís Francisco Dias de Aguiar Conraria, pelo seu empenho, disponibilidade e dedicação incessante demonstrada ao longo destes dois anos de dissertação. À Professora Doutora Maria João Thompson, diretora do Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira, aos técnicos e funcionários de EEG, à Diretora dos Serviços Académicos Universidade Minho, aos amigos e colegas de mestrado pela ajuda na redação e recolha de dados, bem como a todos os professores que de uma forma ou de outra auxiliaram na elaboração desta dissertação no âmbito do MEMBF, que de inúmeras e diferentes formas me ajudaram a crescer na minha profissão e na vida, ao escrever este trabalho para que pudesse completar um passo importante para o desenvolvimento da Ciência Económica Monetária, Bancária e Financeira em Timor – Leste.

O meu profundo agradecimentos ao Ministério da Educação e ao Ministério das Finanças de Timor Leste pela concessão da bolsa de estudos que propiciou o desenvolvimento deste trabalho, à Dra. Ana Paula Santos Presidente do Instituto e aos seus membros, professores de Português em Timor Leste Dra. Elisa, Dra. Vanessa Spencer da embaixada de Portugal em Díli, Dra. Ana Caetano, Dr. Felipe, Dr. Rui, Dra. Cândida, Dra. Rute entre outros que, sempre me ajudaram no processo da inscrição até quando fui selecionado.

Ao Governo e povo Português que sempre disponibilizaram em receber os estudantes estrangeiros, que estudam em Portugal em vários níveis do ensino superior, em todas as Universidades Públicas, também ao governo da RDTL, à Igreja Católica de Timor, Igreja Católica de Portugal e outras entidades, que sempre dão apoio à cooperação entre as nações, com a disponibilização de bolsas e de acolher os estudantes timorenses.

A Deus, pelo Dom da vida e pela felicidade de poder partilhar neste mundo, a conquista de mais uma etapa importante da minha vida, que ainda está em decurso, pois ainda vou terminar o curso de Mestrado em Economia Monetária, Bancária e

Financeira, com o tema “Execução Orçamento de Governo *Timor- Leste de 2007 a 2012*”, por último colegas, famílias e amigos em geral, pois não me é possível citar todos.

E por último, agradeço também o apoio incondicional da minha esposa, os meus filhos e pais, famílias, que estão sempre ao meu lado a motivar na elaboração deste trabalho

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste principalmente em averiguar se as práticas de elaboração, execução e controlo orçamental em Timor-Leste, no que respeita ao Governo Central, de acordo com as respetivas normas legais, são adequados à Administração Financeira do Estado daquele País. Além disto, procura-se identificar que procedimentos orçamentais e práticas poderão ser melhorados.

Neste estudo combinamos a perspetiva de investigação recorrendo a uma metodologia mais qualitativa e recolha de dados via entrevistas e questionários. Para o tratamento dos questionários usamos o software Excel. Também realizamos análise documental (legislação, relatórios, sítios na internet). O universo de análise cingiu-se às instituições que interferem de algum modo, na preparação, execução e controlo do Orçamento de Estado (OE) em Timor – Leste, designadamente a Direção Nacional de Orçamento.

Abstract

The object of this work consists mainly about verifying if the practices of development, implementation and budgetary control in Timor-Leste, with regard to the Central Government, in accordance with their respective laws, are suitable for Financial Administration of the State of that country. Moreover, we also look forward to identify what budgetary procedures and practices can be improved.

In this study, we planned the perspective of research using a more qualitative methodology and data collection via interviews and questionnaires. To analyze the questionnaires we used Excel software. We also conducted documental analysis (legislation, reports, and internet sites). The analysis' universe girded himself to the institutions, which in any way interfere in the preparation, implementation and control of the State Budget in Timor – Leste , including the Direção Nacional de Orçamento.

Lista de Siglas

FEE - Fundo de Estabilização Económica

IPC - Índice de Preço no Consumidor

OE- Orçamento do Estado

PIB- Produto Interno Bruto

SER- Rendimento Sustentável Estimado

ACB-Análise de custo benefício

ACE- Análise de custo eficácia

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – PIB não petrolífero Taxa de variação anual real, em percentagem.....	6
Gráfico 2 – Peso das atividades económicas, em % do PIB não petrolífero.....	6
Gráfico 3 – Exportações e Importações de mercadorias, em % do PIB não petrolífero	7
Gráfico 4 – Evolução da inflação em percentagem (variação média anual do IPC)	8
Gráfico 5 – Contas Públicas, em percentagem do PIB não petrolífero	9
Gráfico 6 – Excesso de levantamento do RSE, em percentagem.....	10
Gráfico 7 – Execução orçamental total entre 2007-2012 (%)	44
Gráfico 8 – Universo do questionário.....	49
Gráfico 9 - A execução do orçamento beneficiou a economia de Timor Leste?.....	50
Gráfico 10- A implementação dos programas contemplados no Orçamento permite responder ao interesse nacional	51
Gráfico 11 - % sobre a execução do orçamento na persecução das necessidades do povo	52
Gráfico 12- % sobre a execução do orçamento na promoção e incentivo da macroeconomia.....	52
Gráfico 13 - % das opiniões sobre o facto da execução do orçamento criar emprego	53
Gráfico 14 - % dos inquiridos que responderam à questão A execução do orçamento requer mais estratégia e competitividade do Estado?.....	54
Gráfico 15 - % das respostas à questão A execução do orçamento estimula a participação dos cidadãos no desenvolvimento nacional	54
Gráfico 16- % das respostas à questão “A execução do orçamento promove o trabalho em conjunto com o sector privado?”	55
Gráfico 17 - % das respostas à questão “A execução do orçamento favorece o enriquecimento e transformação de mentalidades?”	56
Gráfico 18 - % das respostas à questão “A execução do orçamento desenvolve a capacidade e microeconómica das pequenas empresas?”	56
Gráfico 19 - % das respostas à questão “As despesas do orçamento tiveram retorno económico significativo durante 5 anos?”	57
Gráfico 20 - % das respostas à questão “ A execução do orçamento teve impacto positivo no desenvolvimento dos Recursos humanos?”	58
Gráfico 21- % das respostas à questão “A execução do orçamento fez subir o crescimento do Produto Interno Bruto?”	58

Gráfico 22 - % das respostas à questão “Falta um Plano adequado a nível nacional. A execução do orçamento não preencheu as suas expectativas”	59
Gráfico 23 - % das respostas à questão “O Plano Nacional deve ser integrado e flexível”	60
Gráfico24 - % de respostas à pergunta “ É necessário valorizar as ideias da Sociedade Civil”	60
Gráfico25- % de respostas à pergunta “Encontrar formas válidas e efetivas para a implementação do Orçamento Geral do Estado?”	61
Gráfico 26 - % de respostas à pergunta “Promover a participação ativa de todos os agentes económicos, e envolver diretamente as pequenas empresas”	61
Gráfico 27 - % de respostas à questão ”Avaliar o processo de desenvolvimento a nível nacional nos sectores produtivos como Agricultura, e Turismo”	62
Gráfico 28 - % de respostas à pergunta “Falta de capacidade técnica dos agentes do governo, implica um impacto negativo sobre a implementação do Orçamento Geral do Estado”	63
Gráfico 29 - % de respostas à pergunta “Falta monitorização e avaliação na implementação dos projetos”	63
Gráfico 30- % de respostas à pergunta “É necessário intensificar formações específicas para o pessoal quadro das Instituições Estatais”	64
Gráfico 31 - % de respostas à pergunta “Falta Recursos Humanos apropriados em todos os sectores?”	64
Gráfico 32 - % de respostas à questão “A execução do orçamento geral de cada ano tem uma fatia significativa com secesso para as despesas para pagamentos de salários aos membros do governo, deputados e funcionários públicos”	65
Gráfico 33 - % de respostas à questão “É necessário rever a lei da Pensão Vitalícia para os membros do governo e deputados”	66
Gráfico 34 - % de respostas à questão “A estrutura do governo é grande demais o que causa um excesso de despesa ao orçamento geral do Estado”	66
Gráfico 35- % de respostas à pergunta “Melhorou as economias do povo”	67
Gráfico 36- % de respostas à pergunta “Melhorou o desenvolvimento dos recursos humanos”	67
Gráfico 37- % de respostas à questão” Refletiu sobre os interesses nacionais”	68
Gráfico 38- % de respostas à questão “Desempenhou um papel importante para a economia nacional”	68

Gráfico 39- % de respostas à questão “Desenvolveu o sector de saúde”	69
Gráfico 40- % de respostas à questão “Desenvolveu as infraestruturas”	69
Gráfico 41 - % de respostas à questão “desenvolveu o sector da agricultura”	70
Gráfico 42 - % de respostas à questão “Desenvolveu o sector de segurança e defesa”	70
Gráfico 43 - % de respostas à questão “ Desenvolveu o sector da Educação Nacional”	71
Gráfico 44 - % de respostas à questão” Refletir sobre os valores sociais, económicos e culturais do país”	71
Gráfico 45- % das respostas relativas à pergunta “Ficou motivado com o retorno económico em relação às despesas orçamentais?”	72
Gráfico 46- % de respostas à questão “A forma como foi implementada trouxe benefícios?”	73
Gráfico 47- % das respostas à pergunta “Houve condições para o progresso do desenvolvimento do país?”	73
Gráfico 48- % das respostas à questão ” Confia nas políticas do governo anualmente?”	74
Gráfico 49- % de respostas à questão “Considera que a execução do OGE, preencheu as necessidades do povo de Timor Leste?”	74
Gráfico 50- % das respostas à pergunta “Ficou motivado ao ver o país a crescer economicamente?”	75
Gráfico 51- % de respostas à questão “Recomendaria ao governo de delinear e traçar mais políticas para o desenvolvimento económico nos sectores de produção”	76
Gráfico 52- % de respostas à questão “Sente que houve participação ativa dos cidadãos timorenses no desenvolvimento da economia do país?”	76
Gráfico 53- % das respostas à questão “Acha que fica capaz de tratar assuntos da economia do país sob responsabilidade de todos os timorenses”	77

Índice

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
Notas Prévias.....	1
1. Metodologia da Investigação e Objetivos do Estudo	3
1.1 Metodologia da Investigação	3
A. Objetivos	4
B.1. Objetivo Geral	4
B.2. Objetivos Específicos	4
CAPÍTULO II - POLÍTICA ORÇAMENTAL E CRESCIMENTO ECONÓMICO: TIMOR-LESTE DE 2007 A 2012.....	5
2.1. Enquadramento Geral.....	5
2.2. O Crescimento da Economia de Timor-Leste de 2007 a 2012.....	5
2.3. O Processo de Construção de Timor – Leste	14
2.4. Cenário Atual	16
2.5. Orçamento do Estado: Conceito e Funções.....	18
2.5.1. Práticas de Elaboração Orçamental.....	19
2.5. O Orçamento como meio de financiamento do Estado.....	24
2.6. O Controlo do Orçamento do Estado	25
2.7. Meios de Financiamento do Estado	27
2.7.1. A Classificação das Despesas do Estado.....	28
2.7.2. A Classificação das Receitas do Estado	29
CAPÍTULO III – A POLÍTICA ORÇAMENTAL DE TIMOR – LESTE DE 2007 a 2012: ANÁLISE CRÍTICA.....	30
3.1. Enquadramento Geral.....	30
3.2 Política Orçamental em Timor-Leste 2007 a 2012:	31
Relatório de Execução do Orçamento	31
3.2.1 Objetivos Específicos: Política de Crescimento Económico.....	31
3.2.2 A Lei que Mudou o Período Orçamental	31
3.2.3 Lei do Orçamento de Estado para o Período de Transição - 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007	31
3.2.4 A Lei do Orçamento de Estado 2008	32
3.2.5 A Lei do Orçamento de Estado 2009	33
3.2.6 Lei do Orçamento de Estado 2010	34
3.2.7 Lei do Orçamento de Estado 2011	35
3.2.8 Lei do Orçamento de Estado 2012	36

3.3	A Execução do Orçamento de Timor-Leste	37
3.4	Análise da Execução Orçamental no Período de 2007 a.....	39
	2012.....	39
3.5.	Apreciação Final	46
CAPÍTULO IV. INQUÉRITO AO IMPACTO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL SOBRE A ECONOMIA TIMORENSE		48
4.1.	Enquadramento Geral.....	48
4.2.	Análise do Questionário	48
4.2.1.	Potencialidades da Execução do Orçamento de Timor Leste entre 2007 a 2012.	50
4.2.2.	Constrangimentos na implantação do Orçamento do Estado	60
4.2.3-	Principais Contributos do Orçamento do Estado	67
4.2.4.	A Satisfação Sobre os Resultados Alcançados durante a Execução do Orçamento	72
4.3.	Análise dos Resultados.....	78
4.4.	Apreciação sobre a Execução do Orçamento de Estado de Timor-Leste 2007 a 2012	79
4.5.	Propostas de Melhoria da Execução Orçamental em Timor-Leste	83
CAPÍTULO V- CONCLUSÃO		84
5.1.	Conclusão	84
Bibliografia		88
ANEXO I		94
QUESTIONARIO		94
A. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE		95
B. POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO ANO FISCAL, 2007 a 2012.....		95
C. PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DO ORCAMENTO GERAL DO ESTADO PERIODO 2007 a 2012.....		97
D. SATISFAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS DURANTE A ESECUÇÃO DO ORCAMENTO GERAL DO ESTADO ANO FISCAL 2007 a 2012		97
ANEXO II		98
ANEXO III		99

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Notas Prévias

Esta dissertação visa desenvolver um estudo sobre a gestão orçamental no Governo Central de Timor-Leste, nomeadamente analisando o seu papel na Administração Financeira do Estado. Numa perspetiva crítica, procurar-se-á analisar as dotações do orçamento entre o período compreendido entre 2007 a 2012.

Uma das vertentes fundamentais das políticas económicas traçadas pelo Governo é a delineação do Orçamento Geral do Estado (OGE) com vista a reduzir a pobreza e melhorar as condições da vida das populações em Timor-Leste. O OGE é um instrumento específico incluído no tema de política económica que tente resolver a questão socioeconómica do país.

Desde o I até ao V Governo Constitucional, o Estado e o Governo têm investido bastante para a recuperação económica da nação pós-independência. Para este estudo, a análise é limitada apenas ao OGE planeado e executado pelo IV Governo Constitucional que decorre entre os anos fiscais de 2007 a 2012.

Segundo os dados fornecidos pelo Ministério das Finanças de Timor-Leste, o OGE destes anos fiscais são 3.464.037031 milhões de dólares americanos entre os quais foram destinados para financiar os quatro principais sectores do desenvolvimento que são: salários e vencimentos, bens e serviços, capital menor, e capital de desenvolvimento.

É evidente que a maior quantia deste orçamento é destinado para resolver as questões socioeconómicas mas que na verdade tornou-se insuficiente e irrealista. Segundo os factos observados no campo de desenvolvimento tanto físico, bem como qualidade do projeto, verifica-se que o Governo está equivocado na implementação do OGE, pois, existe uma série de resultados não-aliviadores quanto aos problemas ocorridos em termos da sua execução.

Os factos na prática mostram que, o montante do OGE é muito alto, mas na realidade os projetos físicos executados são muito poucos, para além da ausência dos investimentos em infraestruturas apropriadas para o desenvolvimento das regiões. Autoridades governamentais afirmaram que o OGE foi executado a 100 por cento,

mas pelo contrário, a realidade mostra que não existiam efetivamente resultados dos projetos programados no seio das comunidades.

Isto significa que o OGE como instrumento básico da política económica não se distingue pelo desenvolvimento económico, justiça e igualdade social estipulada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, mas sim, pela má alocação ou desperdício orçamental do Estado.

Esta pesquisa visa avaliar o planeamento e a execução do OGE de Timor-Leste pelo IV Governo constitucional. Iremos explicar detalhadamente sobre a alocação orçamental dos anos fiscais de 2007 a 2012; explicar sobre a eficiência e eficácia da execução orçamental do ano fiscal em discussão e por fim, analisaremos a contribuição para a melhoria da política orçamental do Estado a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas em todo o território nacional.

O Objetivo Geral desta pesquisa visa avaliar o planeamento e a execução do OGE de Timor-Leste pelo IV Governo Constitucional. Os objetivos específicos estabelecidos são: i) Explicar detalhadamente sobre a alocação orçamental dos anos fiscais de 2007 a 2012; ii) Explicar sobre a eficiência e eficácia da execução orçamental do ano fiscal em discussão; iii) Contribuir para a melhoria da política orçamental do Estado a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas em todo o território nacional.

Considerando os objetivos estabelecidos e os assuntos acima referidos relacionados com a gestão orçamental, particularmente do OE em Timor-Leste, organizámos este trabalho da forma que passamos a descrever.

No **Capítulo II** abordamos o tema do crescimento da economia timorense, o cenário atual e as perspetiva. Depois, analisamos o Orçamento de Estado e técnicas para a sua elaboração.

No **Capítulo III** analisamos a evolução dos Orçamentos de Estado de Timor entre o período de 2007 a 2012 e aferir da eficiência da execução orçamental.

No **Capítulo IV** fazemos a apresentação e análise dos resultados, em relação á execução orçamental do Governo de Timor considerando os questionários efetuados e as entrevistas realizadas (estudo qualitativo).

No **Capítulo V** apresentamos as conclusões do estudo realizado.

1. Metodologia da Investigação e Objetivos do Estudo

1.1 Metodologia da Investigação

Este estudo é resultado do uso do método de série temporal. Segundo Oliveira (2007), a análise de séries temporais consiste na aplicação de modelos matemáticos e estatísticos nos dados das mesmas, com o objetivo de quantificar e compreender o fenómeno da variação temporal. Essa análise é feita com dois objetivos:

- ✓ Analisar o passado, tentando retirar conhecimento útil do mesmo;
- ✓ Predizer o futuro, tentando através da análise dos dados construir um modelo que nos permita facilmente antever a evolução futura da série temporal.

Normalmente, a análise de séries temporais possui quatro características fundamentais: componente tendencial; componente sazonal; componente cíclica; e componente aleatória. Para esta pesquisa, utilizando apenas o componente tendencial porque o OGE ao longo de cinco anos evoluiu o movimento evolutivo que traduz a influência de fatores que fazem com que o fenómeno tenha a sua intensidade aumentada ou diminuída com o passar do tempo. Esta componente se caracteriza, portanto, como um movimento ascendente ou descendente de longa duração (períodos maiores de que um ano).

A. Objetivos

B.1. Objetivo Geral

O Objetivo Geral desta pesquisa é avaliar o planeamento e a execução do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste. Deste modo, o que pretendemos é fazer uma análise das despesas e receitas inscritas no Orçamento do Estado no período entre 2007 a 2012 e aferir da sua execução.

É explicado detalhadamente a alocação do orçamento entre 2007 a 2012, quais as rubricas e respetivos montantes inscritos no Orçamento, bem como a execução das mesmas. Aferimos sobre a eficiência e eficácia da execução do orçamento. Por fim, com este estudo pretendemos contribuir para a melhoria da política orçamental do estado a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas em todo o território nacional

Esta pesquisa visa avaliar o planeamento e a execução do OGE de Timor – Leste pelo IV Governo Constitucional

B.2. Objetivos Específicos

- a. Explicar detalhadamente sobre a locação orçamento dos anos fiscais de 2007 a 2012
- b. Explicar sobre a eficiência e eficácia da execução orçamental do ano fiscal em discussão
- c. Contribuir para a melhoria da política orçamental do estado a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas em todo o território nacional

CAPÍTULO II - POLÍTICA ORÇAMENTAL E CRESCIMENTO ECONÓMICO: TIMOR- LESTE DE 2007 A 2012

2.1. Enquadramento Geral

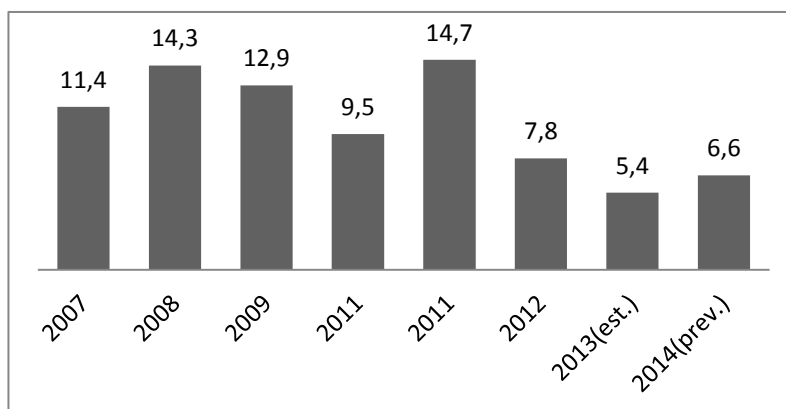
Neste capítulo iremos apresentar a revisão da literatura, onde será desenvolvido o tema do crescimento económico em Timor, assim como o tema do Orçamento, tipos de Orçamento. A execução do orçamento e a tipologia das despesas e das receitas orçamentais.

2.2. O Crescimento da Economia de Timor-Leste de 2007 a 2012

O Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero (componente que melhor reflete a atividade económica timorense) diminuiu de forma significativa em 2012 (7,8%) e 2013 (5,4%) quando comparado com o ano de 2011 (14,7%), para 2014 as previsões apontam para uma ligeira melhoria face a 2013 (6,6%) (**Gráfico 1**). Nos anos anteriores (2007 a 2011) o crescimento foi relevante (entre 10% a 15%) como resultado de uma política de grandes investimentos públicos, da expansão da massa salarial da administração pública e da implementação de novos programas de transferências de subsídios sociais.

Com base nos valores mais recentes divulgados das Contas Nacionais, em relação ao ano de 2012, a indústria transformadora ainda é pouco expressiva na economia de Timor-Leste (cerca de 1%), a agricultura e a construção representam valor muito semelhante (20% do produto, a construção registou um forte crescimento em 2011, onde se destaca os investimentos públicos). O peso da administração pública na produção é superior aos outros sectores, enquanto o comércio e os serviços correspondem ao sector com maior peso relativo (cerca de 40% do PIB) (**Gráfico 2**).

Gráfico 1 – PIB não petrolífero Taxa de variação anual real, em percentagem

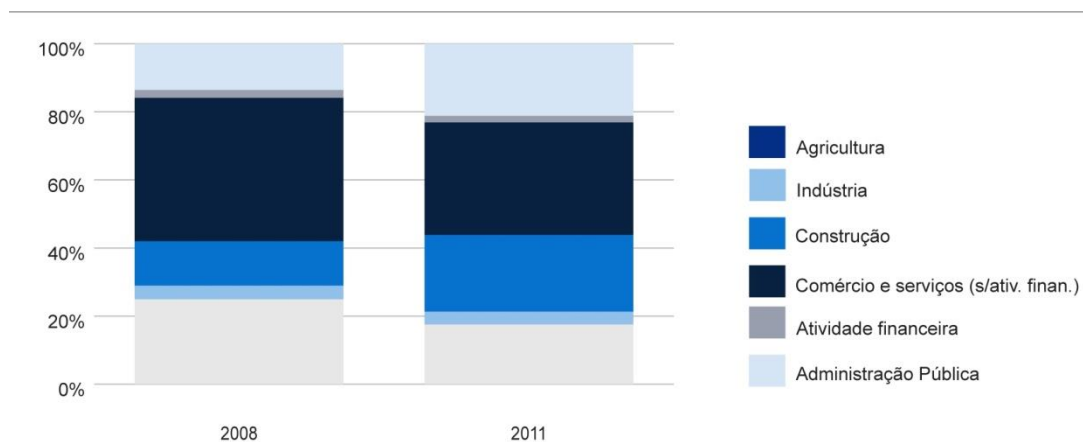


Fonte: Banco de Portugal, 2013

Com base nos valores mais recentes divulgados das Contas Nacionais, em relação ao ano de 2012, a indústria transformadora ainda é pouco expressiva na economia de Timor-Leste (cerca de 1%), a agricultura e a construção representam valor muito semelhante (20% do produto, a construção registou um forte crescimento em 2011, onde se destaca os investimentos públicos). O peso da administração pública na produção é superior aos outros sectores, enquanto o comércio e os serviços correspondem ao sector com maior peso relativo (cerca de 40% do PIB).

Por outro lado, em resultado do alargamento da estrutura da Administração Pública, este sector aumentou o seu peso no PIB de 13,6% para 21,2% (**Gráfico 2**).

Gráfico 2 – Peso das atividades económicas, em % do PIB não petrolífero

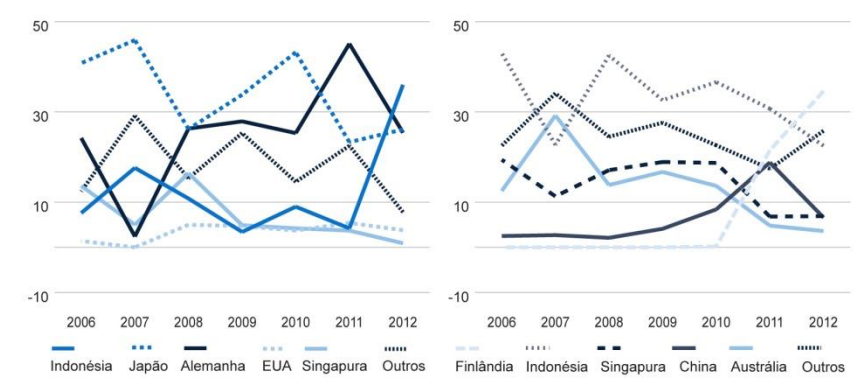


Fonte: Banco de Portugal, 2013

Relativamente às importações e apesar de concluídas em 2012 as centrais elétricas de Hera e Betano, verificou-se um ligeiro aumento das importações de bens de consumo. A conclusão dos projetos de investimento contribuiu para a redução do peso relativo em 2011 e 2012 das importações provenientes da Finlândia (empresa responsável pela construção das centrais); esta redução permitiu a recuperação do peso dos parceiros regionais (Malásia, Indonésia e Singapura) (**Gráfico 3**).

Quanto às exportações, Timor exposta essencialmente o café para o mercado alemão e Estados Unidos, mas em 2012, Singapura foi o destino principal deste produto.

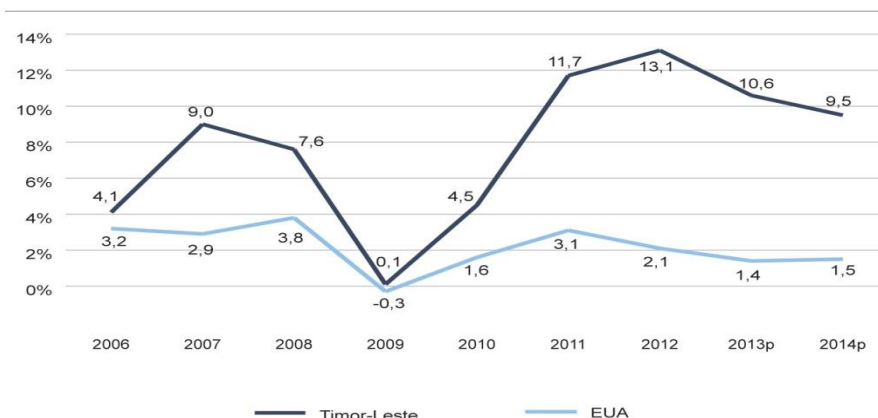
Gráfico 3 – Exportações e Importações de mercadorias, em % do PIB não petrolífero



Fonte: Banco de Portugal, 2003

A inflação tem subido significativamente desde 2010, em consequência do aumento da despesa pública que provocou um aumento da procura de bens, sem a respetiva correspondência em termos de produção interna, confortada com vários estrangulamentos estruturais. As importações também aumentaram e a inflação também subiu, o que implica um impacto negativo nas condições de vida da população e efeitos nefastos para o crescimento da economia (**Gráfico 4**)

Gráfico 4 – Evolução da inflação em percentagem (variação média anual do IPC)



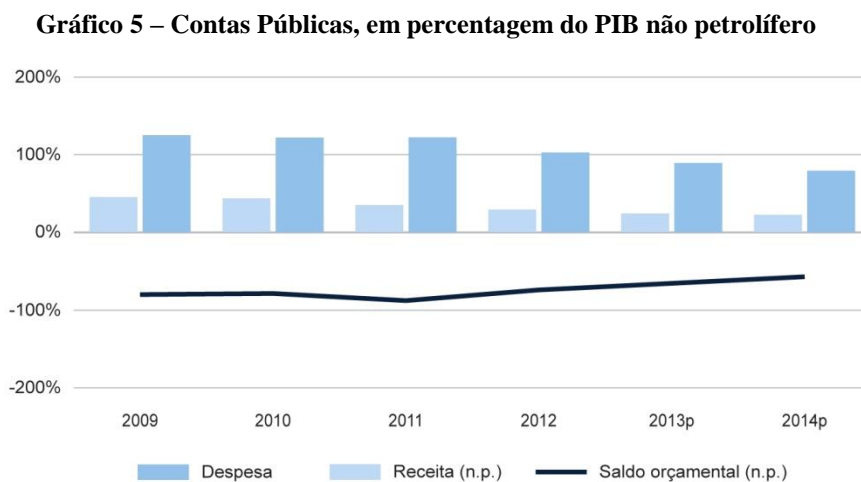
Fonte: Banco de Portugal, 2013

Por outro lado, a variação do dólar australiano e da rupia indonésia face ao dólar americano refletem-se na economia interna através do aumento de preços, sendo um dos fatores que mais contribui para manter a inflação elevada.

Para 2013, as perspetivas são para um valor da taxa de inflação próximo de 10,6%, com previsão de uma ligeira descida para 9,5% em 2014.

A estrutura produtiva da economia não petrolífera é frágil, sem capacidade para responder ao aumento das despesas públicas. Deste modo, o aumento da procura interna é satisfeito pelo aumento dos preços e das importações.

Como mostra o **Gráfico 5**, desde 2009 o défice orçamental do sector não petrolífero tem sido superior a 70% do PIB não petrolífero, e tem sido financiado com dotações elevadas do Fundo Petrolífero.

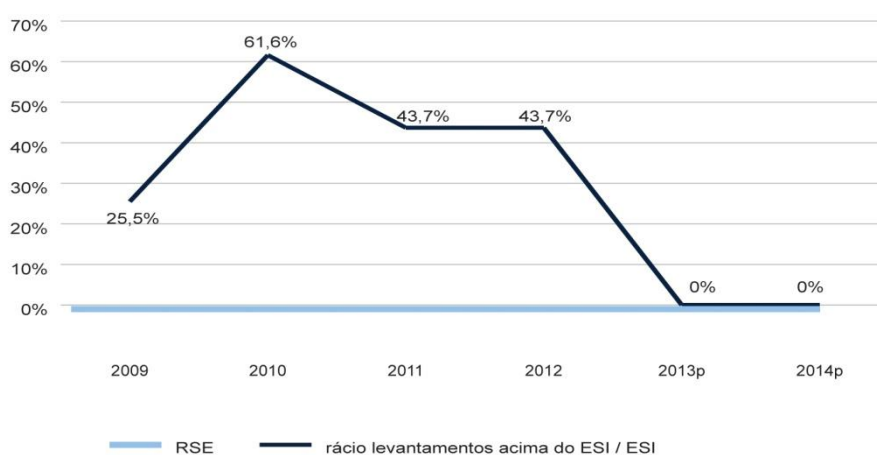


Fonte: Banco de Portugal, 2013

Por outro lado, as transferências do Fundo Petrolífero para o orçamento do Estado estão sujeitas à contingência do Rendimento Sustentável Estimado (RSE), que é calculado, a cada ano, como 3% da soma do Balanço do Fundo e do valor atual de recebimentos futuros esperados do petróleo.

De acordo com o volume elevado da despesa pública face à receita fiscal, à estrutura económica não-petrolífera, desde 2008 as transferências petrolíferas para o orçamento do Estado têm ultrapassado o RSE, conforme mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Excesso de levantamento do RSE, em percentagem



Fonte: Banco de Portugal, 2013

Após a independência a economia timorense atingiu um crescimento de cerca de 20%, devido à produção de petróleo que é a base económica mais importante.

Com este crescimento o plano de desenvolvimento nacional focou-se sobretudo nas áreas da educação, agricultura, saúde, infraestruturas e turismo. A área da educação é das mais importantes para os recursos humanos qualificados, já que estes são prioritários para assegurar todo o sistema que vai garantir o processo de desenvolvimento nacional. Em Timor existem muitos recursos naturais que ainda não foram descobertos porque faltam recursos humanos, por isso a educação é a chave para atingir o desenvolvimento de um país.

Com os recursos humanos existentes, o caminho para o desenvolvimento é um caminho consciente. A economia é o caminho para a preocupação, produção e consumo de bens e serviços, para a circulação da riqueza e redistribuição do rendimento eficiente de recursos sobre as despesas do crescimento do desenvolvimento no progresso das principais dimensões e de um organismo vivo que aumenta em número, grandeza e intensidade de progressão e que está sob a influência do câmbio e inflação.

Na era da globalização é preciso dar mais importância à economia do país, porque quando a economia é forte e equilibrada, podemos dar estabilidade à vida das pessoas que aí residem, pois, como Fernandes (2008) afirma, que as áreas de interesse prioritário para o desenvolvimento do território timorense são a educação, saúde, economia sustentável, agricultura, pesca, turismo, cultura, produção de petróleo, porque no mar de Timor há petróleo e gás natural que suporta a economia

da nação e dá esperança ao desenvolvimento do país. Além disso, Timor tem café de várias qualidades, tais como; café Torácica, café Moca e café Robusta. Sobre a reportagem do balanço dos dez anos da independência de Timor-Leste, devemos ressaltar que a maior fraqueza em Timor que sempre se faz notar é a corrupção e o não respeito pelas leis, factos que sempre prejudicam as populações e não permitem a estabilidade na vida económica nas áreas remotas.

As expectativas que se tem relativamente ao futuro da nação de Timor-Leste prendem-se, de acordo com o plano governamental, com a prosperidade e saudáveis condições de vida para todos os cidadãos do país. Para esse efeito, o governo tem de criar postos de trabalho para combater o desemprego e assegurar a vida dos cidadãos, e cada cidadão tem de contribuir através de impostos para o estado. O governo precisa de dar mais oportunidades aos cidadãos de fazerem negócios em várias áreas que concorrerão para o crescimento da economia do país visto que a preocupação em contribuir deve ser uma base social e económica para todos os timorenses, e cada pessoa deve assumir o seu papel para contribuir para a paz e desenvolvimento do país.

Os governantes devem ter, portanto, a consciência, durante o seu mandato, de criar uma boa relação com os outros países do mundo, especialmente nesta era da globalização, a fim de criarem estratégias políticas e económicas, dado que segundo Fernandes (2008:17):

A política orçamental, consubstanciada na cobrança de receitas e na realização de despesas, é um dos instrumentos à disposição do estado para a consecução deste conjunto de objetivos, os quais se podem igualmente atingir pelo recurso a outros mecanismo indirectos ou directos de intervenção estatal que, contudo, exorbitam do domínio das finanças públicas. Por último, é importante estar-se consciente de que a utilização deliberada de políticas económicas, incluindo a fiscal, pode ter efeitos não planeados e não desejados a outros níveis da vida dos cidadãos e da organização social, para os quais é preciso estar-se atento de maneira a evitarem-se resultados perversos.

Além disso, a participação da comunidade do país é importante para o desenvolvimento da economia da nação. Nesse sentido, Meltzer e Richard (1983) acrescentam que, para os quais a atividade do estado nas sociedades democráticas consiste essencialmente na redistribuição de rendimento. A abordagem que fazem

assenta, de modo fundamental, na teoria das escolhas coletivas. Partem do princípio de que a regra de decisão coletiva é a maioria absoluta e tomam o eleito mediano como sendo aquele que exerce o voto decisivo. Por outro lado, têm em conta que vários estudos empíricos demonstram que a distribuição do rendimento se encontra para a direita, pelo que o rendimento médio se iguala à direita do rendimento mediano.

O plano da implementação do programa deu mais importância à educação, saúde, agricultura e turismo. O início do programa do governo funcionou com o mínimo orçamento possível, a fim de possibilitar o desenvolvimento do país mesmo com as várias dificuldades que este tem, tais como a falta de recursos humanos, porque a maioria da população de Timor vive da agricultura. Desse modo, o crescimento da economia veio da agricultura e do turismo durante os cinco ou seis anos do 1º governo (tendo como pico o ano de 2005) até à crise política de 2006.

Timor-Leste é um país que restaurou a sua independência no dia 20 de maio de 2002, e a sua economia depende ainda muito da agricultura, porque metade da população ainda subsiste com menos de 1 USD/dia, o que é um indicador de pobreza. Por outro lado, metade da população ainda vive uma situação de fome, sendo que apenas cerca de 30% da terra própria é para o apelo a investimento público. Sendo assim, o aumento dos investimentos do sector privado, uma maior disponibilidade de alimento, a segurança social e o combate a crises humanitárias são as preocupações fundamentais do governo para garantir a redução das desigualdades sociais e promover o campo de trabalho para desempregados no produto nacional. Estes são fatores de extrema importância para o crescimento da economia e melhoria do nível de bem-estar dos timorenses, e também atuam contra a exclusão social.

O governo e o sector privado são parceiros importantes para o desenvolvimento nacional e o crescimento económico, pois é a sua aliança que pode criar empregos para atividades e empregos no sistema do Estado e governo. O sector privado tem apoio do Estado e está subordinado a critérios de competência e valor baseados num projeto de honestidade profissional e capacidades técnicas, no contexto do processo do desenvolvimento e construção do país, do apoio às empresas nacionais e também da promoção da criação de pequenas e médias empresas que produzam mais emprego para a população. O motor principal é a criação de emprego para a juventude, e torna-se necessário alimentar um clima de paz, harmonia e tolerância para que Timor-Leste como um país possa atrair o investimento estrangeiro.

Os desvios do desenvolvimento nacional prendem-se com a corrupção, que continuou a crescer em Timor durante a independência e até à data. Este fator, que surge em Timor durante o processo do desenvolvimento nacional, teve e tem impacto em todas as instituições do Estado, que sempre cometem crimes ou infrações na prática do processo administrativo das diferentes atividades, porque falta controlo do sistema administrativo.

Este é um risco a que o governo precisa de dar mais atenção, pois a fim de garantir o funcionamento do sistema administrativo é preciso criar um mecanismo e controlar do orçamento do estado, pois de acordo com Fernandes (2008:18):

A maximização do nível de bem-estar das populações requer que os recursos económicos que, por definição, são sempre escassos, sejam utilizados eficientemente. Todos os fatores de produção podem ser empregues em aplicações alternativas. Em circunstâncias normais compete ao Estado promover a fetação eficiente de recursos produtivos sempre que o mercado, em circunstâncias hoje perfeitamente identificadas, falha na consecução desse fim, Em circunstâncias excecionais, como as que decorrem de períodos de guerra ou de desastres naturais, incumbe igualmente ao Estado agir e alocar os fatores de produção entre sectores de modo a atender a necessidades urgentes.

2.3. O Processo de Construção de Timor – Leste

Timor conquistou a sua independência em 2002, atingindo níveis notáveis de desenvolvimento económico. As políticas sociais económicas adotadas durante a última década, têm sido dirigidas principalmente no combate à pobreza e consolidação da segurança e da estabilidade do país. O processo de desenvolvimento e de consolidação da paz e de construção do Estado tem sido fundamental para dar resposta às necessidades do nosso povo, nas áreas de saúde, educação e eliminação da pobreza. Atualmente, Timor - Leste tem estabilidade política e económica, encontrando-se numa fase de crescimento económico que se tem refletido na melhoria contínua do bem-estar do povo.

Nos últimos anos verificou-se um crescimento económico substancial e foram implementadas reformas estruturais no país, principalmente ao nível da gestão e administração do Estado e ao nível do sector da defesa e da segurança, ao mesmo tempo que se investiu na economia, incluindo o desenvolvimento do sector petrolífero. Porém, Timor- Leste continua a enfrentar muitos desafios, entre os quais se destacam os de prestação de serviços de qualidade, a falta de infraestruturas básicas e o desemprego.

O governo de Timor tem reunido esforços no sentido de melhorar a política de cariz socioeconómica que se traduz na melhoria das condições de vida das pessoas. Esta oferta resume-se no seguinte: mais escolas, infraestruturas básicas, hospitais.

Neste momento, ainda existem muitas dificuldades às quais ainda é necessário dar respostas. Neste sentido, o Programa do Governo é baseado no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. Este plano abrange três áreas fundamentais: Capital Social, Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento Económico. O capital Social abrange o investimento em educação e formação, saúde, inclusão social, ambiente e cultura e património. O desenvolvimento de infraestruturas prevê o investimento em estradas, água e saneamento, eletricidade, telecomunicações. O desenvolvimento económico abrange o investimento na agricultura, turismo, petróleo e desenvolvimento rural.

Timor tornou-se numa Nação independente e soberana, com os alicerces de um Estado estável e seguro e de uma economia forte, com capacidade para criar emprego e garantir que todo o país beneficie da riqueza proveniente dos recursos naturais. Contudo, é necessário desenvolver uma economia de mercado estruturada e um

sector privado forte e diversificado. Nos últimos anos, o IV Governo tem vindo a reformar e a reforçar as instituições públicas.

Ao mesmo tempo foram criados quadros reguladores de instituições fundamentais para a boa governação como a Comissão da Função Pública e a Comissão Anticorrupção e desenvolveram-se sistemas de gestão de finanças públicas e de capacitação da administração pública para a melhor prestação de serviços. Foram também criados os Portais da Transparência da Ajuda, Portal do Aproveitamento e o Portal de Resultados do Governo, que permitem aos cidadãos acompanhar todos os atos do Governo, naquilo que respeita aos recursos financeiros públicos.

Os últimos anos foram decisivos para o desenvolvimento do sector privado, apostando-se na sua capacitação e facilitando as oportunidades de negócio, nomeadamente através de um quadro regulador mais atrativo e simplificado.

Em resultado destes esforços, Timor- Leste atingiu níveis de crescimento económico muito elevados, o que significa que há mais emprego e mais oportunidades para os cidadãos. Desde 2007 que as taxas de crescimento ¹ atingem taxas bastantes satisfatórias (2007 – 19,8%; 2008-12,8%; 2009-7,5%; 2010 – 6,1%; 2011 -10,6%)² .

¹ Taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto.

² Fonte: <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=tt&v=66&l=pt>.

2.4. Cenário Atual

No curto espaço de tempo, deste que se tornou uma Nação independente e soberana, Timor-Leste tem vindo a estabelecer os alicerces de um Estado estável e seguro e de uma economia forte. A fim de criar emprego para o povo e de garantir que todo o país beneficie da riqueza proveniente dos recursos naturais, é necessários desenvolver uma economia de mercado pujante com um setor privado forte e diversificado. Nos últimos anos, o IV Governo tem vindo a reformar e reforçar as instituições públicas, a melhorar a prestação de serviços em áreas como os cuidados de saúde, a educação e a segurança e a construir infraestruturas vitais. Resolvida que foi a crise de 2006 e que se arrastou até 2008, e a segurança a estabilidade, foram direcionados programas de reconhecimento especial e atribuição de apoio aos nossos Heróis Nacionais, Combatentes da Libertação da Pátria, que viviam em condições de extrema pobreza, com vista a minimizar a sua insuficiência económica da Independência foram alvos de programas concretos de apoio, no contexto de introdução de medidas de justiça social.

Foi também desenvolvimento esforço na criação de quadros reguladores de instituições fundamentais para a boa governação como a Comissão da Função Pública e a Comissão Anticorrupção e desenvolveram-se sistemas de gestão de finanças públicas e de capacitação da administração pública para a melhor prestação de serviços. Foram lançados os Portais da Transparência do Aprovisionamento, da ajuda e dos resultados instrumentos que apesar de se encontrarem numa fase inicial de funcionamento, já permitem aos cidadãos acompanhar todos os atos do Governo, naquilo que diz respeito aos recursos financeiros públicos.

Foi desenvolvido um plano de Infraestruturas básicas integradas para permitir o desenvolvimento dos sectores produtivos do país que compreendem a melhoria das telecomunicações dos portos, aeroportos, estradas, pontes e sistemas de esgotos e distribuição de água potável. Ainda no âmbito das infraestruturas foi dada a prioridade ao fornecimento de eletricidade incluindo a utilização de fontes de energia alternativas investindo-se no maior programas de sempre em Timor- Leste através da rede eléctrica nacional que vai permitir que até ao final deste ano todos timorenses passem a beneficiar da produção de energia eléctrica e da sua distribuição, cujas linhas irão formar um anel em torno do país. Iniciou-se o desenvolvimento da costa sul do país, na sequência do desenvolvimento da atividade no sector do petróleo e do

gás para o estabelecimento de uma base de fornecimento, uma refinaria e um gasoduto, incluindo também as infraestruturas básicas associadas. Os últimos anos ficaram também marcados pelo desenvolvimento do sector privado que era embrionário e reduzido, apostando-se na sua capacitação e facilitando das oportunidades de negócio, nomeadamente através de um quadro regulador mais atrativo e simplificado.

Em resultado destes esforços, Timor- Leste atingiu níveis de crescimento económico muito elevados, o que significa que há mais emprego e mais oportunidades para o povo. Desde 2007 que as taxas de crescimento aumentaram para uma média de dois dígitos tendo Timor- Leste registado um dos crescimentos económicos mais rápidos no mundo inteiro. Estas taxas de crescimento são ainda notáveis se consideramos que ocorreram numa altura em que o Governo estava também a gerir o impacto da crise dos preços de alimentos (2008 a 2012).

A economia no final do ano de 2011 apresentava quase o dobro da dimensão do que tinha em 2006 e atualmente continua a crescer. Uma economia crescente significa que são criados mais postos de trabalho e que existem mais oportunidades económicas para o povo timorense (Programa do V Governo Constitucional 2012-2017:6).

2.5. Orçamento do Estado: Conceito e Funções

O Estado intervém com a sua política para resolver questões relacionadas com os problemas da sociedade (Neves, 2004). No que respeita à política económica, o Estado pretende promover a eficiência, a equidade e a estabilidade. Para promover a eficiência, o Estado constrói infraestruturas; para ser mais justo tem de criar o sistema de Segurança Social, o aparelho fiscal que usa os impostos para estabelecer a equidade. O Estado tem várias funções, desde a legislação e a justiça às câmaras municipais, a defesa, ambiente, etc. Os bens que o Estado produz, as regras que define, através dos vários ministérios e organismos públicos, todas estas intervenções gastam recursos. Porém, o Estado não produz recursos, são as empresas, os trabalhadores, máquinas. Por essa razão, o Estado precisa de recursos, que se processam através do Orçamento do Estado, um documento onde estão discriminados os montantes anuais de despesas e de financiamento do Estado (Neves, 2004).

O Orçamento é o principal instrumento de ação do governo, independentemente da ideologia política (Pereira, 1999). É um plano onde estão inscritas as receitas que se pretende arrecadar e as despesas que pretende efetuar, em maior ou menor conforme a eficiência e eficácia das suas ações. Sem Orçamento, não é possível o Governo funcionar. A qualidade dos serviços prestados e o progresso da sociedade estão dependentes de um bom Orçamento. De acordo, com Santos (2001) o Orçamento não é um fim, é um meio de realizar as atividades do Governo.

Segundo o mesmo autor, o Orçamento Público é um instrumento de administração das ações do Governo, uma vez que se reconhece e mede com precisão tudo a quilo que é feito pelo Governo para que possa funcionar. O Governo precisa de um Orçamento bem estruturado para operar e saber o que é preciso fazer, saber o custo das ações, quanto tempo demora a execução, para que servem, ao que se destina e os resultados alcançados após um determinado tempo.

Aos orçamentos públicos são atribuídas três funções elementares (Bernardes, 2003) que passamos a expor:

- **O fator político:** o que significa que o orçamento tem uma função política, pois estabelece uma forma de controlo da Administração; no entanto, a execução das despesas tem limite temporal devendo considerar os limites estabelecidos pelo poder executivo.
- **O fator económico:** o orçamento é um plano financeiro; é um instrumento de execução anual de todas as escolhas do Estado e das Políticas económicas e financeiras adotadas.
- **O fator jurídico:** o orçamento é um instrumento de limitações do poder financeiro dos órgãos da Administração, limitação de autorização de despesa, assim as regras de execução orçamental surgem como ferramentas de ajuda de controlo desta importante função.

2.5.1. Práticas de Elaboração Orçamental

Existem várias práticas de orçamentação que têm sido adotadas em vários países no quadro da administração pública. Segundo, Bernardes (2003) estas técnicas baseiam-se em cinco tipos de orçamentos que referimos de seguida.

a) Orçamentos Incrementais por Naturezas

O orçamento incremental por natureza visa o controlo administrativo das despesas e a regulação das atividades dos serviços públicos. É um orçamento de preparação simples e de fácil entendimento, pois está organizado por uma lista de despesas, por natureza. O orçamento é elaborado para o próximo ano tendo em conta o orçamento em curso e a execução orçamental do ano anterior, sendo possível o incremento das verbas em todas as rubricas, em função da conjuntura económica, efetuando-se apenas alguns ajustamentos (cortes ou aumentos) em alguns programas e rubricas onde se prevê que ocorram (Moreno, 2006). Seguindo esta linha poderá ocorrer o aumento desnecessário das despesas públicas, ou seja com a administração a aumentar o valor dos orçamentos, o que se verifica é o aumento das verbas para gastos supérfluos, e a falta de verbas para despesas de investimento público necessárias à sociedade. Para evitar estas situações, o Governo fixa um limite para certas rubricas na Lei Orçamental, para evitar que estas aumentem de um ano para o

outro. A tendência é que cada serviço solicite mais verbas de forma a aumentarem o seu poder, porém tendem a aumentarem os seus orçamentos, porque sabem que em princípio os montantes solicitados poderão sofrer cortes.

O orçamento é considerado como uma ferramenta principal no controlo administrativo das despesas e de regulação das atividades dos serviços públicos. Geralmente uma unidade orçamental equivale a uma unidade orgânica; para cada unidade orçamental organiza-se uma lista de despesas, por natureza.

Segundo Bernardes (2003:87) este tipo de Orçamento corresponde à tipologia clássica ou tradicional:

O Orçamento é um plano financeiro de despesas estimadas, expresso em termos das naturezas e das quantidades de objetos a adquirir e das receitas estimadas necessárias para as financiar durante um determinado período, geralmente um ano. Este Orçamento inclui geralmente o número de empregados por categorias profissionais.

Este tipo de Orçamento é caracterizado pela simplicidade e agilidade na sua preparação e é de fácil entendimento pelos interessados; possibilita uma “contabilidade de responsabilidades” e um controlo contabilístico da execução orçamental. Os críticos deste tipo de abordagem referem a impossibilidade de um planeamento a longo prazo (processo anual). Esta abordagem não permite só por si, agrupar o Orçamento com os objetivos traçados, nem associara as despesas com os resultados. Apesar das críticas que lhe são apontadas, esta abordagem é muito utilizada, pois está orientada para o controlo, porém tem sido complementada com certos aspetos das abordagens de desempenho dos programas de base zero (Bernardes, 2003).

b) Orçamentos de Desempenho ou Funcionais

Esta tipologia não tem grande utilização, sendo utilizado em alguns tipos de serviços públicos, assim como: transportes públicos, limpezas de ruas e recolha de lixo (Bernardes, 2001).

Segundo, Bernardes (2001:91) o Orçamento de desempenho:

Exige que os responsáveis das unidades respondam a questões como:

Quais os meus objetivos? Quais os serviços que presta para justificar a sua existência (missões)? Quais os programas ou atividades desenvolve a unidade para prosseguir os seus objetivos?

Qual é o volume de trabalho requerido para cada uma das atividades?

Que níveis de serviços foram garantidos por anteriores dotações?

c) Orçamentos por Programas ou atividades

O orçamento por programas ou atividades é um plano de trabalhos em que consta um conjunto de ações a realizar tendo em contas os recursos à sua execução. Este tipo de orçamento está relacionado ao planeamento, tendo em vista os objetivos que o governo pretende alcançar no contexto de políticas públicas. Trata-se de uma programa que é planeado que envolve várias recursos sendo o seu impacto visível após a sua iniciação (Bernardes, 2001).

Os programas de ação devem ser preparados tendo em conta a sua complexidade e devem ser divididos em *subprogrmas*; cada subprograma em *projetos*; cada projeto em *subprojetos* e estes ainda separados em *ações/ medidas*. Os programas devem incluir os objetivos a seguir, as ações a realizar, os resultados esperados dentro de cada ação, o calendário das execuções, as responsabilidades abrangidas, uma previsão dos meios precisos e os elementos de avaliação calculados, tendo como base os meios precisos e os resultados esperados. Para avaliar os projetos são utilizadas técnicas de análise de custo e benefício e análise de custo e eficácia (Bernardes, 2001).

Por conseguinte, este tipo de orçamento pressupõe que cada programa seja dividido em projetos com o objetivo de alcançar um determinado resultado (Bernardes, 2001).

O programa é “um curso de ação planejado que envolve o compromisso de em elevado volume de recursos, o bastante para merecer a atenção da gestão de topo ... A sua implementação durará vários anos; o seu impacto só será visível depois de se ter iniciado”.

Deste modo a missão de um serviço ou organização deverá ser organizada por programas de ação, em que cada programa deverá ser separado, de acordo com a sua complexidade, em *subprogramas*; cada subprograma em *projetos*; cada projeto em *subprojetos* e estes ainda separados em *ações*. Os programas devem incluir os objetivos a seguir, as ações a realizar, os resultados esperados dentro de cada ação, o calendário das execuções, as responsabilidades abrangidas, uma previsão dos meios precisos e os elementos de avaliação calculados, tendo como base os meios precisos e os resultados esperados. Assim, são aplicadas as técnicas de avaliação de projetos designados de ACB – análise de custo benefício, ACE – análise de custo eficácia) (Bernardes, 2001).

Por conseguinte, este programa pressupõe que cada programa seja separado em projetos, sendo estes definidos como “conjunto de atividades desenvolvidas com o fim de atingir um certo resultado e com suficiente importância para merecer a atenção da gestão (Bernardes, 2001).

Com a formalização do programa o Governo pode clarificar a sua estratégia, aspeto importante da gestão pública, evitando as ideias mecanicistas e através da quantificação é possível o controlo de gestão (Silva, 2002)

d) Orçamento de Base Zero

O orçamento de Base Zero (OBZ) pressupõe a justificação das despesas para o ano corrente deixando de parte a aprovação de um orçamento com base no nível orçamental de anos anteriores. Assim, cada serviço do Estado, as empresas públicas e as entidades que são financiadas pelo orçamento tem de justificar as suas despesas em função dos objetivos e do programa a cumprir. Um orçamento desta natureza permite uma maior capacidade de avaliação das despesas inscritas em cada rubrica do orçamento facilitando a sua possível eliminação caso haja necessidade. Esta técnica orçamental permite melhorias significativas ao nível quantitativo (redução da despesa) como a nível qualitativo (melhoria da qualidade dos serviços). Porém, existe a desvantagem deste tipo de abordagem ser mais longa na sua preparação e mais dispendiosa (Faria,2010).

Segundo, (Catarino, 2011) este método implica uma avaliação permanente das necessidades financeiras de todo o organismo do Estado, verificando se os montantes atribuídos em cada rubrica são os necessários para a realização das missões, competências e atribuições.

e) Orçamentação para melhoria contínua

Este tipo de orçamento dá importância ao cálculo dos custos das atividades elaboradas por uma organização (Bernardes, 2003).

Segundo Bernardes (2003:100) uma atividade é um “conjunto de ações ou de tarefas executadas com o objetivo de atribuir, pelo menos a curto prazo, valor acrescentado a um objeto (produto ou processo) ou, pelo menos permitir acrescentar esse valor relativamente ao cliente ou ao utilizador do mesmo”.

A orçamentação por atividades apresenta as seguintes características como referem Pinto Santos (2005):

- ✓ As unidades de orçamentação são expressas em custos de realização das atividades;
- ✓ Segue-se uma orientação para a melhoria contínua, tendo em conta a redução dos custos e eliminação das atividades que não acrescentam valor;

- ✓ Há uma coordenação com os fornecedores e clientes atendendo às suas necessidades;
- ✓ Necessidade de controlo das atividades desenvolvidas;
- ✓ A base orçamental deve considerar a capacidade utilizada e disponível.

Bernardes (2003) afirma que a orçamentação para a melhoria contínua tem como exigência a introdução continuada de melhorias no desempenho e que no orçamento resultante sejam incluídas as melhorias esperadas.

2.5. O Orçamento como meio de financiamento do Estado

O Orçamento é um instrumento base para a atividade financeira, pois é através dele que se procura precisar a utilização que é dada aos dinheiros públicos (Franco, 2007). O Orçamento do Estado é o quadro básico da atividade financeira dos Governos, pelo que é necessário a sua discussão e aprovação em cada ano legislativo pelo órgão deliberativo (Catarino, 2011).

Apesar do Orçamento ser a figura central, não é o único da atividade pública financeira. Catarino (2011) identifica duas áreas necessárias à Administração Pública que vão para além da execução orçamental:

- *Atividade do Tesouro Público ou de tesouraria do Estado*: que efetiva a cobrança das receitas e a realização das despesas. O Tesouro recebe diariamente as receitas dos impostos arrecadados pela administração financeira.
- *Atividade patrimonial do Estado*: refere-se às operações sobre os bens do ativo patrimonial do Estado e o sobre o seu passivo, no momento em que não estão sujeitos à disciplina orçamental.

No que respeita à gestão pública, os políticos devem considerar as necessidades manifestadas pelo público, de forma a formularem políticas públicas que serão baseadas em programas Orçamentais. Como explica Silva (2002) os meios financeiros são escassos e por isso terão de ser rendibilizados, ou seja, deverão ser otimizados no seu uso. Os programas orçamentais visam:

Um conjunto bem definido de atividades que concorrem para uma finalidade passível de medição (através dos produtos e ou dos resultados alcançados) e que se destina a dar satisfação às necessidades sentidas pelos diversos públicos. A sua orçamentação é o resultado da agregação identificadora das atividades que lhe dão apoio (Silva, 2002:31).

O Orçamento do Estado tem o propósito de conferir racionalidade à atividade financeira do Estado, já que permite uma melhor gestão do dinheiro público, assim como dar-lhe eficácia, pois possibilita o Governo de saber a política económica global do Estado, assim como a sua concretização. O Orçamento é uma previsão de receitas e despesas anuais do Estado, incluindo o montante e a distinção das despesas a executar, assim como a forma de as cobrir. Inclui também a autorização dada à Administração Financeira para arrecadar receitas e realizar despesas.

2.6. O Controlo do Orçamento do Estado

Atualmente não basta o gasto dos recursos financeiros públicos nos termos previstos na lei; é essencial que se questione se o gasto público é reprodutivo, para além da legalidade, sendo este o que melhor serve os interesses públicos.

De acordo, com Catarino (2011) dada amplitude e a forma complexa da atividade financeira do Estado é necessário um controlo acrescido. Desde logo é importante o conceito de *accountability*, que significa a responsabilização de prestação de contas, envolvendo o esclarecimento daquilo que se fez, com que recursos e quais os resultados previstos e aqueles que foram alcançados (Catarino, 2011).

O controlo orçamental está relacionado com o funcionamento do sistema político e também com razões económicas. O controlo associado ao funcionamento político refere-se às motivações jurídico-políticas, ou seja, o Governo mesmo após a aprovação do Orçamento fica limitado à sua execução, logo é de todo o interesse que o controlo exercido pela Assembleia da República seja efetivo e não apenas em termos teóricos ou formais. O controlo justificado por questões económicas é de maior relevo, pois procura garantir o uso eficiente dos dinheiros públicos.

Segundo, Catarino (2011) e Pereira (2013) é possível distinguir entre dois tipos de controlo no que respeita à sua amplitude:

- **Controlo financeiro**, este tipo de controlo é abrangente e engloba a atividade dos órgãos do Estado e todos os seus recursos financeiros.

- **Controlo orçamental**, é um controlo mais estrito referindo-se às despesas orçamentadas, que não podem exceder os limites fixados, tratando o controlo das receitas públicas de forma distinta. O que está em causa é se os impostos devidos foram corretamente liquidados, se a sua contabilização foi bem-feita e se foi cumprido o estabelecido nas leis.

- **Controlo administrativo** é da competência de um conjunto de entidades que estão fixadas na lei: a instituição responsável pela própria execução orçamental; os respetivos serviços de Orçamento e Contabilidade Pública e os serviços gerais de inspeção e controlo da Administração Pública.

- **Controlo jurisdicional** é da competência do Tribunal de Contas, com base na sua lei orgânica, incluindo os atos de execução do Orçamento.

- **Controlo político** é realizado pela Assembleia da República, no contexto das suas funções de fiscalização, inclui o controlo da execução do orçamento e a efetivação das responsabilidades dos órgãos do poder político que nele interferiram.

- **Controlo orçamental** distingue-se em dois momentos de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Portugal. O controlo prévio centra-se no controlo da legalidade que é realizado por meio de um visto ou uma rejeição. É analisada também a despesa a realizar em termos de economia, eficiência e eficácia. O controlo concomitante diz respeito ao controlo da legalidade da regularidade de arrecadação das receitas e efetivação das despesas, é efetuado o controlo sobre a gestão económico-financeira e patrimonial. Está sujeito á jurisdição do Tribunal de Contas. Por fim, o controlo sucessivo respeita à verificação de contas das entidades e órgãos de soberania do Estado, os institutos públicos, as autarquias locais, as empresas públicas e outras entidades públicas que a lei estabelecer.

De acordo com Jones (2010) o controlo orçamental é exercido sobre o Orçamento anual. É estabelecido uma certa despesa que deve ser realizada durante o ano, embora possa sofrer alterações. O controlo vai depender do tipo de despesa que será mais ou menos regular, acompanhando os gastos previstos e executados. Os diferentes graus de controlo que existem podem ser interpretados de forma distinta pelos controladores e os que são controlados. Quando o valor do orçamento é baixo este pode ser usado pelos organismos com maior poder controlador, para disciplinar os organismos controlados de forma a legitimar o departamento responsável pelo Orçamento para concretizar as decisões que de outro modo poderiam ser consideradas erradas.

2.7. Meios de Financiamento do Estado

O Estado depende de várias fontes de financiamento para financiar as suas despesas. Os impostos são uma das principais fontes de receitas do Estado. No entanto, existem outras fontes de receita, como as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos da propriedade assim como receitas provenientes da venda de ativos patrimoniais, beneficia de transferências unilaterais e arrecada contribuições para a segurança social. Se estas receitas não forem suficientes para fazer face às, o Estado pode ainda recorrer ao endividamento através da emissão de títulos da dívida pública. As despesas e as receitas inscritas no orçamento obedecem a determinados requisitos legais.

As despesas e receitas são classificadas segundo um conjunto de critérios-padrão, segundo as normas internacionais. Cada país pode adotar conforme as suas necessidades essas normas, constituindo um quadro referência para todos os países, permitindo a comparação entre os respetivos orçamentos. Cada país deve manter os critérios seleccionados com certa estabilidade de forma a permitir a análise temporal da sua política orçamental.

2.7.1. A Classificação das Despesas do Estado

No orçamento a despesa pública deve ser classificada de acordo com vários critérios. Segundo, Pereira e outros (2012) existem quatro critérios: classificação orgânica, funcional, económica e por programas.

A classificação orgânica, a despesa é discriminada por departamentos da administração pública, que normalmente correspondem aos Ministérios. Este tipo de critério permite identificar o departamento responsável pela execução de cada tipo de despesa, e deste modo, avaliar o seu contributo no cumprimento dos objetivos e políticas do governo. A utilização deste critério vai depender de país para país, da natureza e do número de ministérios. O que significa que a afetação de recursos financeiros por ministério deve refletir em cada orçamento anual a organização político-administrativa do Governo.

A classificação funcional, a despesa é separada pelos diferentes domínios de intervenção do Estado – denominadas funções e subfunções que correspondem a diferentes domínios de intervenção (como por exemplo, a defesa nacional, Educação, etc.). Em Portugal, vigora o sistema proposto pelo Fundo Monetário Internacional, desde 1995.

A discriminação funcional da despesa é independente da organização político-administrativa, ou seja, não existe correspondência entre subfunções e departamento. Esta classificação permite saber quanto é que o governo afeta, dos recursos financeiros disponíveis, a cada domínio da sua intervenção e não apenas a cada ministério. O que permite avaliar as prioridades políticas, o grau de cumprimento e identificar no longo prazo quais foram e como evoluíram, as prioridades dos sucessivos governos.

A classificação económica permite uma separação da despesa por grandes agregados, é feita a distinção entre despesas correntes / como por exemplo, despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos, transferências correntes, subsídios) e despesas de capital (aquisição de bens de capital, transferências de capital, ativos financeiros, passivos financeiros, outras despesas de capital). Este tipo de classificação é complementar das anteriores, sendo essencial para uma análise do orçamento em termos macroeconómicos.

Por fim, na classificação por programas, a despesa é apresentada por diferentes subsectores. Por exemplo, o envolvimento de vários Ministérios. A estruturação da

despesa por programas permite: i) identificar os objetivos e políticas; ii) avaliara a afetação dos recursos financeiros aos vários objetivos; iii) avaliar o grau de realização e os resultados alcançados.

2.7.2. A Classificação das Receitas do Estado

A classificação das receitas segue os critérios de classificação económica³ (para os subsector Estado, Serviços e Fundos Autónomos) e Segurança Social) e orgânica (para o total da receita do Serviços e Fundos Autónomos).

De acordo com esta classificação, as receitas são separadas entre receitas correntes (por exemplo, os impostos diretos, Impostos indiretos, contribuições para a Segurança Socia, taxas, multas, transferências correntes, venda de bens e serviços). Segundo, Fernandes (2010), as receitas correntes são aquelas que resultam de rendimentos próprios do período, como as receitas patrimoniais, os impostos, taxas, e receitas de capital (como por exemplo, venda de bens de investimento, transferências de capital, ativos financeiros, passivos financeiro) são as que resultam da poupança, como as que provem de empréstimos contraídos pelo Estado aquando da emissão da dívida pública. As receitas ordinárias apresentam um carácter recorrente, repetindo-se de período para período, enquanto as receitas extraordinárias apenas ocorrem de forma excecional e temporário.

Porém, pode-se ter receitas correntes que são extraordinárias, como por exemplo, no caso da introdução de um imposto para auxiliar a uma situação especial que só estará em vigor por um número limitado de anos. Também, pode ocorrer receitas de capitais ordinárias, como por exemplo, as receitas derivadas da venda de bens de investimento que são recorrentes de ano para ano, como a emissão de dívida pública sempre que esta tenha a propensão a repetir-se para cobrir falhas temporárias na tesouraria do Estado (Fernandes, 2010).

³ Definido pela Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado-Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, republicada pelo Decreto-Lei n.ºn 26/2002 de 14 de fevereiro.

CAPÍTULO III – A POLÍTICA ORÇAMENTAL DE TIMOR – LESTE DE 2007 a 2012: ANÁLISE CRÍTICA

3.1. Enquadramento Geral

Este capítulo visa fazer uma análise da evolução das contas do orçamento de Timor-Leste e ainda perceber quais as rubricas mais importantes.

Uma das vertentes fundamentais das políticas económicas traçadas pelo Governo é a delineação do Orçamento Geral do Estado (OGE) com vista a reduzir a pobreza e melhorar as condições da vida das populações em Timor-Leste⁴. O OGE é um instrumento específico incluído no tema de política económica que tenta resolver a questão socioeconómica do país.

Desde o I até ao V Governo Constitucional, o Estado e o Governo têm investido bastante para a recuperação económica da nação pós-independência. Para este estudo, a análise é limitada apenas ao OGE planeado e executado pelo IV Governo Constitucional que decorre entre os anos fiscais de 2007 a 2012.

A análise será baseada nos dados recolhidos no “Orçamento Geral do Estado 2012 – Rubricas Orçamentais Mds – CFP” (livro 4-A), o espaço temporal engloba os anos de 2007 até 2012.

⁴ Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional de 2011 a 2030.

3.2 Política Orçamental em Timor-Leste 2007 a 2012:

Relatório de Execução do Orçamento

A Lei N.º 8 / 2007 definiu que 1 de julho de 2007 a 31 de dezembro seria o período do Orçamento e que o ano Financeiro começa a 1 de Janeiro a 31 dezembro. E o orçamento para o período de transição foi aprovado a 10 de Outubro de 2007, por via da Lei N.º 9 / 2007. A estimativa orçamental ascendeu a US\$ 116.409 milhões.

3.2.1 Objetivos Específicos: Política de Crescimento Económico

Total das despesas durante o período de transição foi de U\$ 104.87 milhões, a taxa de execução orçamental foi de 91,1 %. As despesas englobam 64.34 milhões em pagamentos a dinheiro e 40.54 milhões em obrigações.

3.2.2 A Lei que Mudou o Período Orçamental

A Lei n.º 8/2007 de 21 de Setembro, que muda o período de Orçamento do Estado. De acordo com esta lei, o período orçamental de Timor-Leste inicia a 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro.

3.2.3 Lei do Orçamento de Estado para o Período de Transição - 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2007

A Lei do Orçamento de Estado para o Período de Transição - 1 de Julho a 31 de Dezembro incluiu todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste para o mesmo período. As receitas totais estimadas de todas as fontes (petróleo, não-petróleo, parceiros de desenvolvimento e receitas não fiscais) foram de \$578,7 milhões de dólares americanos. A dotação orçamental total foi de \$116.409 milhões de dólares americanos e distribuída da seguinte forma: \$19.485 milhões para Salários e Vencimentos; \$73.107 milhões para Bens e Serviços; \$2.964 milhões para Capital Menor; \$8.739 milhões para Capital de Desenvolvimento e \$12.114 milhões para transferências públicas.

O Orçamento de Estado foi aprovado para apoiar as necessidades urgentes do IV Governo Constitucional relacionadas com a segurança, deslocações internas e estabelecimento dos gabinetes para o novo Governo.

3.2.4 A Lei do Orçamento de Estado 2008

A Lei do Orçamento de Estado para 2008 - Lei 10/2007 de 31 de Dezembro, incluiu todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2008. As receitas totais estimadas de todas as fontes (petróleo, não-petróleo, parceiros de desenvolvimento e receitas não fiscais) foram de \$1,385.6 milhões de dólares americanos. A dotação orçamental total foi de \$788.312 milhões e distribuída da seguinte forma: \$59.053 milhões para Salários e Vencimentos; \$434.707 milhões para Bens e Serviços; \$47.080 milhões para Capital Menor; \$115.470 milhões para Capital de Desenvolvimento e \$132 milhões para transferências públicas. O Orçamento de Estado foi aprovado para apoiar as reformas necessárias, a fim de garantir a eficiência da Administração Pública, a segurança do país face à situação dos deslocados internos, reduzir a pobreza e preparar-se para o desenvolvimento sustentável.

3.2.4.1 Alterações na Lei do Orçamento de Estado para 2008

No orçamento revisto para 2008 foi constituído um Fundo de Estabilização Económica (FEE) de \$240 milhões de dólares americanos. Esta medida resultou do aumento do custo mundial de bens essenciais, que não só tornou os bens mais caros, como também aumentou a escassez das suas fontes no mercado internacional. E numa altura em que o investimento em projetos de desenvolvimento de capital aumentou, o país enfrentou escassez de materiais de construção durante o IV Governo Constitucional particularmente quando adquiridos individualmente pelo sector privado, que agora necessitou do apoio do governo.

3.2.5 A Lei do Orçamento de Estado 2009

A Lei do Orçamento de Estado para 2009 - Lei 1/2009 de 9 de Fevereiro, incluiu todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009. As receitas totais estimadas foram de \$1.344 milhões de dólares (petróleo, não-petróleo, parceiros de desenvolvimento e receitas não fiscais). A dotação orçamental total foi de \$680.873 milhões de dólares americanos e distribuída da seguinte forma: \$96.130 milhões para Salários e Vencimentos; \$239.275 milhões para Bens e Serviços; \$42.669 milhões para Capital Menor; \$206.380 milhões para Capital de Desenvolvimento e \$96.416 milhões para transferências públicas. O Orçamento de Estado foi aprovado para apoiar o início da implementação de reformas sociais e de construção de infraestruturas básicas.

3.2.5.1 Decreto-Lei sobre Concessões Públicas

O regime jurídico para Concessões Públicas foi aprovado pelo Decreto Governamental 1/2009, de 18 de Fevereiro. Este quadro legal estabelece os critérios e procedimentos que precisam de ser seguidos quando os fundos do Orçamento de Estado são transferidos para entidades que efetuam atividades de interesse público em geral, bem como no pagamento das pensões.

3.2.5.2 Lei Orgânica e Diplomas Ministeriais

A lei orgânica para o Ministério das Finanças foi aprovada pelo Decreto-Lei 13/2009 de 25 de Fevereiro. Esta lei define a composição do Ministério e as funções das Direcções-Gerais, bem como das Direcções Nacionais. Durante IV Governo Constitucional o Decreto-Lei foi ainda complementado por cinco Diplomas Ministeriais que estabeleceram a organização de cada Direcção Geral do Ministério das Finanças (DM 1/2009 de 30 de Abril, sobre a Direcção-Geral das Finanças do Estado; DM 2/2009 de 30 de Abril sobre a Direcção-Geral dos Serviços Corporativos; DM 3/2009 de 30 de Abril sobre a Direcção Geral de Receitas e Alfândega;

DM 4/2009 de 30 de Abril sobre a Direcção-Geral de Pesquisa e Análise e DM 5/2009 de 30 de Abril sobre a Direcção da Eficácia de Ajuda.2010 11. Alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2010 A Lei 8/2010 de 14 de Julho aprovou a primeira alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2010 - Lei 15/2009 de 23 de Dezembro. O Pacote de Desenvolvimento Descentralizado foi aprovado em Fevereiro de 2010, estabelecendo assim os procedimentos especiais para a concessão de obras de construção de valor até \$250.000 dólares americanos para as empresas locais sediadas nos Subdistritos. A maioria das despesas adicionais foi para infraestruturas, turismo, comércio e indústria, bem-estar social, administração

3.2.6 Lei do Orçamento de Estado 2010

A Lei do Orçamento de Estado para 2010 - Lei 15/2009 de 23 de Dezembro, incluiu todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010. As receitas totais estimadas foram de \$1.480 milhões de dólares americanos (petróleo, não-petróleo, parceiros de desenvolvimento e receitas não fiscais). A dotação orçamental total foi de \$837.981 milhões de dólares americanos e distribuída da seguinte forma: \$99.377milhões para Salários e Vencimentos; \$259.020 milhões para Bens e Serviços; \$41.239 milhões para Capital Menor; \$253.850 milhões para Capital de Desenvolvimento; \$184.492 milhões para transferências públicas.

3.2.6.1 Lei de Censo 2010

O Censo de 2010 foi realizado em conformidade com a Lei do Censo 5/2010 de 21 de Abril. Esta lei permitiu ao Governo obter detalhes sobre o número da população residente em Timor-Leste, bem como o número e condições dos relevantes domicílios.

3.2.7 Lei do Orçamento de Estado 2011

A Lei do Orçamento de Estado para 2011 - Lei 1/2011 de 14 de Fevereiro incluiu todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011. As receitas totais estimadas foram de \$2.399 (petróleo, não-petróleo, parceiros de desenvolvimento e receitas não fiscais). A dotação orçamental total foi de \$1.306.017 bilhões de dólares americanos e distribuída da seguinte forma: \$117.792 milhões para Salários e Vencimentos; \$264.717 milhões para Bens e Serviços; \$31.274 milhões para Capital Menor; \$690.129 milhões para Capital de Desenvolvimento e \$174.949 milhões para transferências públicas e despesas contingenciais \$27.153.

Esta Lei do Orçamento cria no seu artigo 9º, dois fundos especiais: o Fundo de Infraestrutura (com uma dotação de 599.306 milhões) e o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (com uma dotação de 25 milhões).

3.2.7.1 Lei da Dívida Pública

A Lei 13/2011 de 28 de Setembro sobre o Quadro Jurídico da Dívida Pública estabelece pela primeira vez em Timor-Leste o quadro jurídico para empréstimos do Estado. A Dívida Pública do Estado deve ser motivada por necessidades para financiar as prioridades do Estado relacionadas com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento de Timor-Leste. Esta Lei dá poder ao Governo para entrar em contratos de empréstimo, após aprovação pelo Parlamento Nacional na Lei do Orçamento, e ao Ministro das Finanças, quando autorizado pelo Conselho de Ministro, o poder de negociar e assinar contratos de empréstimo.

3.2.8 Lei do Orçamento de Estado 2012⁵

A Lei do Orçamento de Estado para 2012 - Lei 16/2011 de 21 de Dezembro incluiu todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012. As receitas totais estimadas foram de \$2.269,4 milhões de dólares americanos (petróleo, não-petróleo, parceiros de Desenvolvimento e receitas não fiscais). A dotação orçamental total foi de \$1.306.017 milhões de dólares americanos e distribuída da seguinte forma: \$117.792 milhões para Salários e Vencimentos; \$264.717 milhões para Bens e Serviços; \$31.274 milhões para Capital Menor; \$690.129 milhões para Capital de Desenvolvimento e \$174.949 milhões para transferências públicas e para despesas contingenciais \$27.153 milhões de dólares.

Esta Lei do Orçamento manteve os dois fundos especiais: Fundo de Infraestrutura (com uma dotação de \$800,3 milhões) e o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (com uma dotação de \$30 milhões). Em 2012, o Governo ficou autorizado pelo Parlamento Nacional para assinar acordos de empréstimo até ao montante de \$160 milhões de dólares americanos e gastar \$43,1 milhões em projetos de infraestruturas.

⁵ A informação seguinte foi retirada do sítio: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=28&lang=pt>

3.3 A Execução do Orçamento de Timor-Leste

O processo orçamental é preparado tendo em conta várias etapas: i) Preparação do orçamento; ii) consideração das Propostas de orçamento; iii) Aprovação da Proposta de orçamento; iv) Execução do orçamento.

Na preparação do orçamento, os Ministérios iniciam a sua preparação atendendo aos seus planos de ação anual e identificam os seus principais objetivos e atividades para o próximo ano fiscal no início de março. Assim, em abril, o Governo estabelece as suas prioridades e o montante total que pretende gastar. Posteriormente decide sobre a estratégia geral orçamental, a Seção de Orçamento prepara uma circular de pedidos de orçamentos que resume a estratégia do Governo. Finalizadas as Propostas de Orçamento, os Ministérios introduzem as propostas no sistema de Orçamento de desempenho, depois a Direção do Orçamento analisa cada uma das propostas e prepara um relatório de forma a ajudar o Comité de Revisão do Orçamento.

A consideração das Propostas de Orçamento, tem como objetivo a defesa e a justificação das propostas apresentadas por cada Ministério junto do Comité de Revisão do Orçamento (que é constituído pelo Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e outros Ministros convidados pelo Primeiro-Ministro). Após a apresentação das Propostas pelos vários ministérios, o Comité elabora uma proposta de orçamento consolidado para apreciação do Conselho de Ministros. A aprovação da Proposta de Orçamento engloba a submissão do Orçamento ao Parlamento Nacional, que deve ser enviada até ao dia 15 de outubro de cada ano.

Depois a Comissão de Revisão do Orçamento revê o Orçamento apresentado, ouve os Ministros. Nas seções plenárias, os membros do Parlamento Nacional ouvem o Primeiro-Ministro na discussão do Orçamento e apresentam um relatório com o seu parecer. Seguidamente o Parlamento debate sobre o Orçamento, efetuando questões a todos os Ministros sobre os seus respetivos orçamentos e ao Ministério das Finanças sobre o orçamento em geral. Os deputados podem propor alterações ao orçamento que serão debatidas e aprovadas pelo Parlamento. O presidente do Parlamento envia a Proposta de Orçamento ao Presidente da República para sua ratificação. Por fim, o Orçamento é aprovado, tornando-se lei após promulgado e publicado no jornal da República.

Após 1 de janeiro de cada ano fiscal, os ministérios executam as verbas que foram aprovadas no Orçamento para implementar o programa do Governo. Para garantir a responsabilidade da execução são elaborados relatórios trimestrais sobre o progresso físico e financeiro do Orçamento ao Parlamento.

3.4 Análise da Execução Orçamental no Período de 2007 a 2012

A **Tabela 1** apresenta os valores do orçamento de Estado de Timor-Leste entre os anos de 2007 a 2012.

De acordo com os dados apresentados na tabela1 o montante definido para o Orçamento Global do Estado foi aumentando de forma significativa desde 2007. No ano de 2007 o valor estabelecido fixou-se nos \$116 409,000, sendo que a rubrica que mais contribui para esse valor foi a rubrica de “Bens e serviços” (\$68 403,120), seguindo-se a rubrica relativa aos “Salários/vencimentos” que atingiu o montante de \$19 602,800, as transferências registaram um montante de \$12 114,000 e por fim aquelas rubricas que menor contribuíram no peso orçamental foram as rubricas “Capital de Desenvolvimento (\$10 664,828) e “Capital Menor” (\$5 624,252). No ano de 2008, o valor orçamental foi de \$788 312,000 o que representou um aumento de \$671 903,000 em relação ao ano anterior. A rubrica que mais contribui para este aumento foi “Bens e Serviços” com um montante de \$434 707,326, o que representou um aumento de \$366 304,206 face ao ano anterior. A rubrica “Capital de Desenvolvimento” aumentou de forma considerável entre 2007 a 2008 atingindo um montante de \$115 470,589. A rubrica “Transferências” também sofreu um aumento significativo na ordem dos \$119 886,000 em relação a 2007.

Sendo as rubricas “Salários/Vencimentos” e “Capital Menor” aquelas com menores contribuições no Orçamento relativo a 2008, representando cerca de \$59 053,812 e \$47 080,273 respetivamente. Em relação ao Orçamento de 2009 verificou-se uma diminuição de \$107 439,000 face ao ano de 2008. Esta diminuição deveu-se em concreto às rubricas “Bens e Serviços” e “Transferências” que registaram valores na ordem dos \$195 432,088 e \$35 583,212 respetivamente. Porém, as rubricas “Salários/Vencimentos” e “Capital de Desenvolvimento” registaram uma subida em relação a 2008, atingindo o montante de \$96 130,993 e \$206 380,144, ou seja um aumento de \$37 077 181 e \$90 909,555 respetivamente. O Orçamento definido para o ano de 2010 foi de \$837 981,072, o que traduz um aumento de \$157 108,072 relativamente ao ano anterior. As rubricas mais expressivas neste aumento foram as rubricas “Bens e Serviços”, “Capital de Desenvolvimento” e “Transferências, com montantes na ordem dos \$259 020,200, \$253 850,909 e \$184 492,797 respetivamente. A rubrica menos expressiva foi “Capital Menor” à semelhança dos

anos anteriores, no entanto esta rubrica registou uma ligeira diminuição quando comparada com o ano de 2009 (\$1 430,328).

Em 2011 o valor do Orçamento continuou a evoluir de forma muito expressiva atingindo um valor de \$1 306 017,539, o que representa um acréscimo face a 2010 de \$468 036,467. As rubricas que mais evoluíram foram “Capital de Desenvolvimento” com um valor de \$690 129,079 (um aumento de \$436 278,170 em relação a 2010), “Bens e Serviços” com um valor de \$264 717,361 (aumentou \$5 697,161 face a 2010), “Salários/Vencimentos” com um montante de \$117 792,267 (uma subida de \$18 414,610, em relação a 2010). As rubricas “Capital Menor” e “Transferências” registaram uma diminuição face ao ano anterior (\$9 964,519 e \$9 542,872 respetivamente). O Orçamento de 2011 inclui uma nova rubrica designada de “Despesas contingenciais” que registou um montante de \$27 153,917.

Por fim, o Orçamento de 2012 apresentou um valor de \$1 806 449,826, o que configura um montante exorbitante quando comparado com o ano de 2007 (\$1 690 040,826). A rubrica que mais se destaca é “Capital de desenvolvimento” com um montante de \$998 042,946, o que se traduz num aumento de \$307 913,867 em relação ao ano anterior, essa diferença é mais acentuada quando comparada com o ano de 2007 (\$987 378,118). A rubrica “Bens e Serviços” também apresentam um acréscimo em relação a 2011 (\$98 692,218), a rubrica “Salários/Vencimentos” também aumentou \$22 176,866 face a 2011, no mesmo sentido a rubrica “Transferências” apresentou um aumento de \$57 069 040 em relação a 2011, também a rubrica “Capital Menor” apresentou um aumento de \$18 116,503 face a 2011. Já a rubrica “Despesas contingenciais” foi aquela que diminui em relação ao ano anterior (\$3 536,207).

Tabela1 - Orçamento de Estado entre 2007 a 2012 (\$ milhões)

CATEGORIAS	Orçamento					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Salário e vencimento	\$19.602.800	\$59.053.812	\$96.130.993	\$99.377.657	\$117.792.267	\$139.969.133
Bens e Serviços	\$68.403.120	\$434.707.326	\$239.275.238	\$259.020.200	\$264.717.361	\$363.409.579
Capital Menor	\$5.624.252	\$47.080.273	\$42.669.837	\$41.239.509	\$31.274.990	\$49.391.493
Capital desenvolvimento	\$10.664.828	\$115.470.589	\$206.380.144	\$253.850.909	\$690.129.079	\$998.042.946
Transferências		\$132.000.000	\$96.416.788	\$184.492.797	\$174.949.925	\$232.018.965
Despesas contingenciais					\$27.153.917	\$23.617.710
Total	\$116.409.000	\$788.312.000	\$680.873.000	\$837.981.072	\$1.306.017.539	\$1.806.449.826

Fonte: “Orçamento Geral do Estado 2012 – Rubricas Orçamentais MdS – CFP” (Livro 4-A)

A rubrica “Análise e Desenvolvimento” é aquela que mais expressividade assume na evolução dos Orçamentos analisados. Esta indica a preocupação do governo com desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma a rubrica “Bens e Serviços” é aquela que vai assumindo cada vez mais importância na discussão dos Orçamentos, assim como a rubrica de “Transferências” e “Salários/Vencimentos. A rubrica “Capital Menor” e “Despesas contingenciais” são aquelas que têm menor importância na discussão do Orçamento.

Na **Tabela 2** apresenta-se os gastos por categorias relativos aos Orçamentos entre 2007 -2012.

Tabela 2 – Gastos por categorias entre 2007 a 2012 (\$ milhões de dólares)

CATEGORI	GASTOS					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Salario e vencimento	\$17.442.012	\$50.259.317	\$87.280.088	\$91.494.065	\$111.590.280	\$130.297.466
Bens e Serviços	\$37.116.136	\$221.256.332	\$213.403.192	\$245.900.685	\$238.707.917	\$328.686.037
Capital Menor	\$688.187	\$41.407.180	\$38.712.735	\$38.334.841	\$26.299.609	\$40.079.733
Capital desenvolvimento	\$726.816	\$86.468.388	\$170.883.487	\$215.945.222	\$554.975.866	\$461.770.346
Transferências	\$8.362.884	\$84.271.379	\$94.144.966	\$168.658.248	\$141.423.081	\$215.135.194
Despesas contingents					\$24.163.626	\$21.641.337
Total	\$64.336.035	\$483.662.596	\$604.424.467	\$760.333.062	\$1.097.160.380	\$1.197.610.112

Fonte: “Orçamento Geral do Estado 2012 – Rubricas Orçamentais MdS – CFP” (Livro 4-A)

Com base na **Tabela 2** podemos verificar que os Gastos orçamentais foram aumentando de forma significativa entre os anos em análise. Em 2007, os gastos orçamentais ascenderam a \$64 336,035, sendo que a rubrica “Bens e Serviços” aquela que maior expressividade teve no total dos gastos em 2007 (\$37 116,136), de seguida as despesas com salários e vencimentos atingiram um montante de \$17 442,012, seguindo-se as “Transferências” com um montante de \$8 362,884 e por fim, as despesas relacionadas com “Capital e Desenvolvimento” com um valor de \$726,816 e “Capital Menor” com o valor de \$688,187. O que demonstra claramente que os gastos em “Bens e Serviços “ são aqueles que maior efeito tem nas dotações orçamentais.

Em 2008, as despesas totais do Estado timorense rondaram os \$483 662,596 o que traduz um aumento de \$419 326,561 face ao ano anterior. As dotações em 2008 incluíram \$221 256,332 referente às despesas com “ Bens e Serviços”, o que representa um aumento de \$184 140,196 em relação ao ano 2007; as despesas com Capital e desenvolvimento aumentaram \$85 741,157, o que traduz o investimento do Estado timorense na modernização dos equipamentos e infraestruturas. As despesas com “Transferências” também aumentaram entre 2007 a 2008 para \$75 908,495, as despesas com salários também aumentaram \$32 817,305 o que indica um aumento significativo na melhoria dos salários dos funcionários públicos. Em termos gerais todas as dotações orçamentais no ano de 2008 aumentaram relativamente a 2007.

Em relação a 2009 as despesas do Estado aumentaram em relação aos anos anteriores em \$120 761,871. Para este aumento contribuíram as despesas relacionadas com Bens e serviços (\$7 853,140), o que representa cerca de 35% das despesas totais do

Estado, as despesas com Capital e desenvolvimento também aumentaram \$84 415,099, cerca de 28% no total das despesas, as despesas com “Transferências” e as despesas com salários representam 16% e 14% das despesas totais do Estado em 2009 respetivamente.

No que respeita às despesas totais do Governo no ano de 2010 nota-se um aumento de \$155 908,595 face ao ano de 2009 o que mostra a continuidade na vertente do investimento em infraestruturas e aumento das oportunidades económicas e de emprego. Assim, as despesas com Bens e serviços representaram cerca de 32% das despesas totais do Estado, as despesas com Capital e desenvolvimento representaram 28% do total das despesas, verificou-se também um aumento das despesas com “Transferências” em cerca de \$74 513 282, o que mostra o aumento das concessões públicas, ou seja o aumento de verbas concedidas pelo Estado às entidades e o aumento dos benefícios em termos de pensões aos cidadãos. As despesas com bens e serviços também aumentaram em 2010 em \$32 497,493 o que indica o crescimento das despesas correntes do Estado (combustíveis, segurança alimentar e pagamentos a profissionais de saúde estrangeiros). As despesas com “Capital menor” são praticamente idênticas entre 2009 a 2010.

As despesas totais do Estado timorense em 2011 foram de \$1 097 160,380. O governo gastou mais \$336 827,318 em relação ao ano anterior. As despesas com maior impacto nesse aumento foram as despesas com Capital e desenvolvimento (\$339 030,644) e salários (\$20 096,215). As outras despesas diminuíram face a 2010. As despesas com “Transferências” (por exemplo, com concessões e pensões) diminuíram drasticamente entre 2010 a 2011, ou seja \$144 494,622.

Em 2012 o Estado timorense gastou mais \$100 449,732 em relação a 2011, o que mostra a continuidade crescente dos gastos do Estado. As despesas com os vencimentos dos funcionários públicos aumentaram em \$18 707,186. Este aumento mostra que os salários melhoraram para os funcionários públicos. As despesas com Capital e desenvolvimento diminuiriam \$93 205,520, o que mostra a redução dos gastos em infraestruturas e o investimento em capital fixo.

Em relação aos saldos orçamentais (**Tabela 3**) verifica-se que entre 2007 a 2012 aumentaram, uma vez que as despesas efetivas são inferiores às orçamentadas naquele período.

Tabela 3 – Saldo orçamental entre 2007 a 2012 (\$ milhões de dólares)

CATEGORIAS	SALDO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Salário e vencimento	\$2,160,788	\$8,794,494	\$8,850,906	\$7,883,592	\$6,201,987	\$9,671,667
Bens e Serviços	\$8,565,666	\$207,275,987	\$16,904,165	\$7,068,564	\$18,630,541	\$34,723,542
Capital Menor	\$338,401	\$4,804,608	\$2,448,219	\$1,329,039	\$1,751,511	\$9,311,760
Capital desenvolvimento	\$89,767	\$15,583,975	\$12,171,915	\$9,811,071	\$128,430,782	\$536,272,600
Transferências	\$383,308	\$47,723,229	\$751,095	\$7,029,728	\$31,123,445	\$16,883,771
Despesas contingenciais					\$1,874,399	\$1,976,373
Total	\$11,537,929	\$284,182,293	\$41,126,300	\$33,121,994	\$188,012,665	\$608,839,714

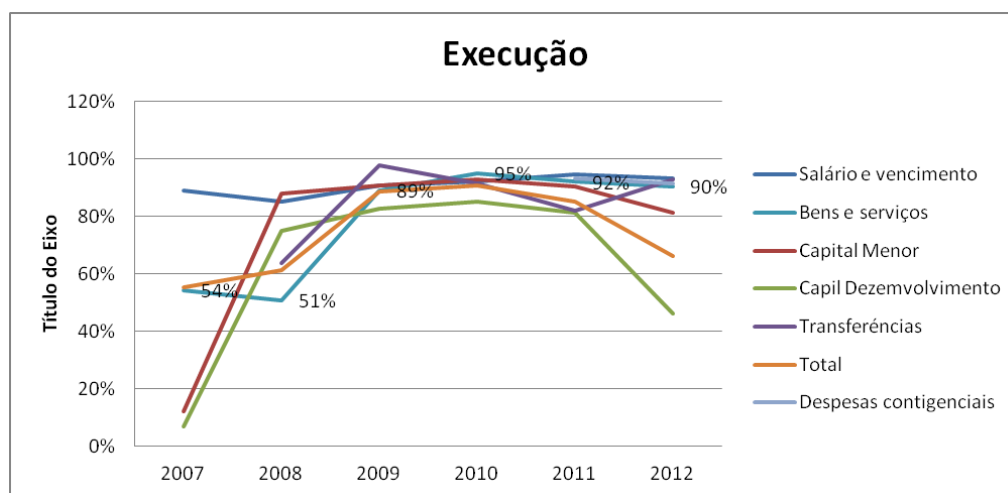
Fonte: “Orçamento Geral do Estado 2012 – Rubricas Orçamentais MdS – CFP” (Livro 4-A)

Pelos dados apresentados o Estado timorense apresenta menores despesas do que aquelas que prevê inicialmente fazer.

A execução orçamental total tem aumentado no período estudado, assim em 2007 a execução orçamental total foi de 55% e em 2012 de 66% (**Gráfico 7**).

Nos anos de 2009, 2010 e 2011 a execução orçamental foi marginalmente superior, atingindo os 89%, 91% e 85% respetivamente, em relação aos outros anos.

Gráfico 7 – Execução orçamental total entre 2007 a 2012 (%)



Fonte: “Orçamento Geral do Estado 2012 – Rubricas Orçamentais MdS – CFP” (Livro 4-A)

As receitas do Estado de Timor-Leste inscritas no Orçamento resultam essencialmente de duas fontes: as receitas petrolíferas e as receitas domésticas (**Tabela 4**). As receitas petrolíferas derivam principalmente do petróleo e do gás e as receitas domésticas dos impostos (diretos e indiretos), taxas de utilização e pagamentos, instituições autónomas e outras.

Tabela 4 – Receitas orçamentais entre 2007 a 2012 (\$ milhões de dólares)

	2007	2008	2009	2010 ⁶	2011	2012
Receitas Petrolíferas	672,9	2.469,46	1,918.70	2,016.300	2,288.00	2,398.60
Receitas Domésticas	40,9	69,46	91.1	96.2	110.7	121.8
Receitas total	695,9	2.400,00	1,827.60	2,112.50	2,398.70	2,520.40

Fonte: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=28&lang=pt>

Com base na **Tabela 4** pode-se verificar que as receitas que o Estado tem arrecadado entre os anos de 2007 a 2012 tem aumentado significativamente (aproximadamente \$1,824.5 milhões), este impulso deve-se às receitas petrolíferas que em 2007 foram \$672,9 milhões e em 2012 atingiram um montante de \$2,398.6 milhões, ou seja um acréscimo na ordem dos \$1,725.7 milhões. As receitas domésticas também aumentaram de forma significativa entre 2007 a 2012 (cerca de \$80.9 milhões).

⁶ Estimativa

3.5. Apreciação Final

Em conclusão pode-se afirmar que as receitas principais do Estado timorense são as receitas petrolíferas, assim as receitas estatais derivam sobretudo do petróleo.

Em termos gerais os montantes do Orçamento do Estado timorense têm aumentado de forma significativa ao longo do período em análise, o que de certa forma mostra a evolução positiva da gestão das finanças públicas.

As despesas do Estado têm aumentado de forma significativa ao longo dos anos em análise o que mostra o aumento das receitas correntes do Estado (vencimentos, despesas de funcionamento normal do Estado), o que se traduz no aumento da despesa pública e o ideal de certa forma seria reduzir este tipo de despesas de forma a não descontrolar as contas públicas. Por outro lado, as despesas patrimoniais (Capital menor; Capital de desenvolvimento) também têm uma evolução positiva o que indica o forte investimento do governo timorense em equipamentos e redes de infraestruturas e comunicações, no sentido de modernização do país.

Do lado das receitas também se verifica a tendência de aumento, principalmente no que respeita às receitas de petróleo e gás, principal fonte de riqueza do país. As receitas domésticas apresentam uma tendência de subida, principalmente no que concerne aos impostos diretos e indiretos:

Os factos e os números são importantes, decisivos mesmo, em qualquer análise. Sem eles, a realidade é excessivamente subjetivada e não haverá qualquer base para o planeamento de um futuro melhor. Por outro lado, sem rigor e princípios científicos na metodologia de análise, não é possível chegar a conclusões robustas. A economia não todo o tipo de interpretações, nomeadamente de não especialistas, nas finanças pública podemos atenuar o efeito das interpretações abusivas recorrendo aos indicadores financeiros que têm uma expressão numérica inequívoca (Santos, 2012: 29).

Desta forma, é possível estabelecer um paralelo entre o controlo parlamentar na Constituição Portuguesa com a mesma situação em Timor-Leste, pois, como afirma Gameiro (2004:96-97):

As relações da Assembleia da República com o Governo e com a Administração Pública, pelo menos na lógica do sistema constitucional, são originárias do nosso regime relativamente uniforme, decorrente do preceituado da nossa Lei Fundamental, uma vez que a Constituição divide as competências da Assembleia da República em competências político-legislativas (...), em competências de fiscalização (...) e competências das suas relações com outros órgãos (...).

CAPÍTULO IV. INQUÉRITO AO IMPACTO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL SOBRE A ECONOMIA TIMORENSE

4.1. Enquadramento Geral

Neste capítulo serão analisadas as respostas ao questionário realizado para recolher as opiniões acerca da política orçamental e execução do Orçamento em Timor. Foram também realizadas entrevistas presenciais a três personalidades políticas de Timor: Mari Alkatiri, Mário Carras calão e David Ximenes. O objetivo será fazer uma apreciação global sobre o impacto da política orçamental na economia timorense.

4.2. Análise do Questionário

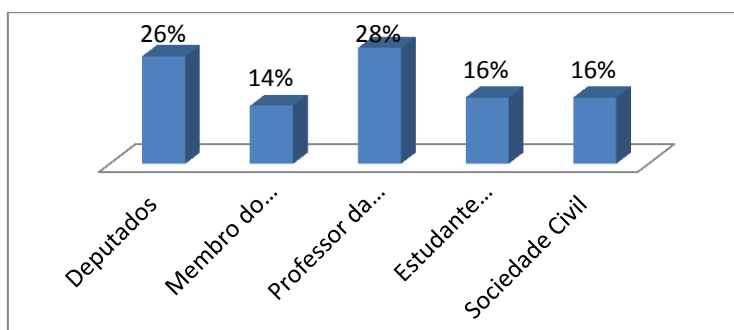
No âmbito do nosso estudo realizamos um questionário a um universo de 50 indivíduos (**Tabela 5**). Este questionário foi realizado durante os meses de julho e agosto de 2014, em Timor Leste. Os indivíduos que participaram neste estudo foram principalmente: membros do Parlamento, membros do Governo, professores universitários, estudantes universitários e membros da sociedade civil. O objeto desta consulta foi saber qual a opinião da sociedade timorense em relação à execução do Orçamento Geral do Estado.

Tabela 5- Universo do questionário

Inquiridos	Número de Inquiridos
Deputados	13
Membro do Governo	7
Professores da Universitários	14
Estudantes Universitários	8
Sociedade Civil	8
Número de inquiridos	50

Fonte: elaboração própria

Gráfico 8 - Universo do questionário



Esta consulta foi dividida em quatro partes. Na primeira parte foram colocadas dezasseis questões sobre as potencialidades de implementação do Orçamento Geral do Estado e treze questões sobre os constrangimentos para realizar a implementação do Orçamento Geral do Estado.

Na segunda parte, foram colocadas dez questões sobre principais contributos da execução do orçamento geral do Estado para a economia de Timor Leste. Por fim, na terceira parte, foram colocadas nove questões para saber qual o nível de satisfação com o grau de desenvolvimento económico alcançado.

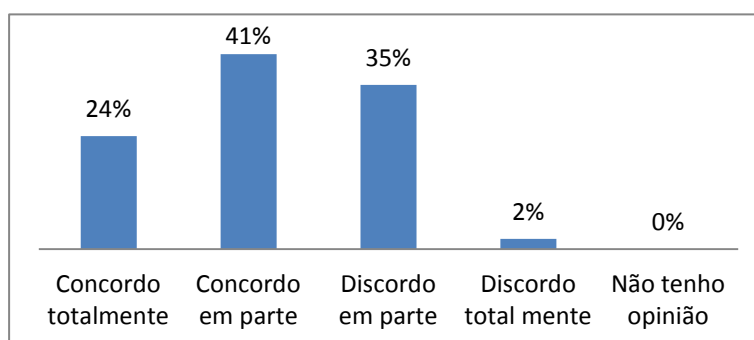
De seguida apresenta-se de forma individual cada uma das questões que estiveram na base do presente estudo.

4.2.1. Potencialidades da Execução do Orçamento de Timor Leste entre 2007 a 2012

Em relação às questões colocadas aos participantes sobre as potencialidades de implementação do Orçamento Geral do Estado, obtiveram-se os seguintes resultados constantes do **Gráfico 9**.

Do total dos inquiridos, apenas 24% (**Gráfico 9**) concordavam totalmente com o facto da execução orçamental ser boa para a economia de Timor Leste, enquanto 41% concordava em parte com o efeito positivo da execução do orçamento na economia do país. Por outro lado, 35% dos inquiridos discordava em parte da execução orçamental apresentada pelo Governo e apenas 2% dos inquiridos discordava totalmente do efeito da execução do orçamento na economia de Timor Leste.

Gráfico 9 - A Execução do Orçamento beneficiou a economia de Timor Leste?



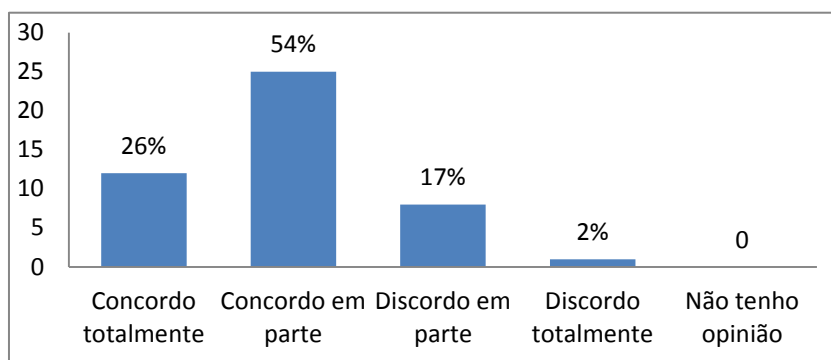
Fonte: elaboração própria

Os dados revelados gráfico permitem-nos afirmar que a maioria dos inquiridos concordam parcialmente que a execução do Orçamento Geral do Estado foi boa. Isto significa que a execução não terá sido boa, mas também não foi muito má.

Quanto à segunda questão dos 46 inquiridos, 12 concordavam totalmente, 25 concordavam em parte, 8 discordavam em parte e 1 discordava totalmente. Dos inquiridos, apenas 26% (**Gráfico 10**) concordava totalmente com a ideia de que a implementação dos programas inseridos no Orçamento serviram para responder ao interesse do país. A maioria dos inquiridos, 54,% concordava em parte com os programas adoptados pelo governo, enquanto que 17% discordava em parte com a implementação dos programas e apenas 2% dos inquiridos discordaram totalmente

com a implementação dos programas no Orçamento do Estado como forma de responder ao interesse nacional.

Gráfico 10- A implementação dos programas contemplados no Orçamento permite responder ao interesse nacional



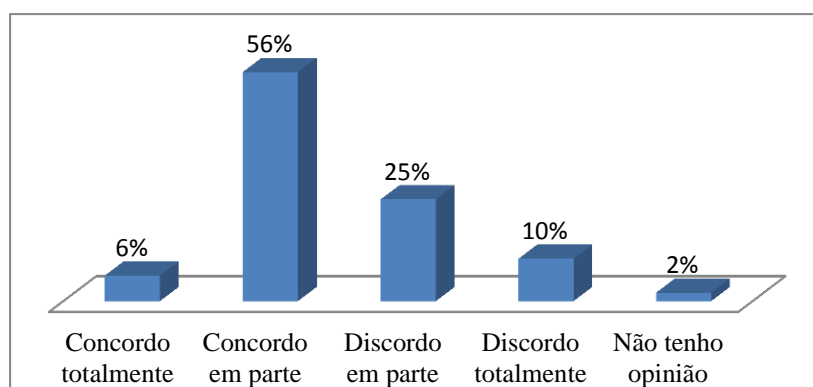
Fonte: elaboração própria

Com base nos dados ilustra dos pode-se verificar que a implementação dos programas contempla dos no Orçamento Geral do estado permite responder ao interesse nacional.

Quanto à questão “A execução do orçamento permitiu integrar as necessidades do povo? Dos 48 indivíduos participantes, 27 concordavam em parte que a execução do orçamento permitiu responder às necessidades do povo timorense, 12 discordam em parte, 5 discordam totalmente, a penas 3 concordaram totalmente com o facto da execução do orçamento permitir integrar as necessidades dos timorenses.

Quanto à questão “A execução do orçamento permitiu integrar as necessidades do povo?” (**Gráfico 11**). Das respostas, 56% dos inquiridos concordaram em parte com a execução do orçamento como forma de integrar as necessidades do povo, 25% discordaram em parte, 12% discordavam totalmente, apenas 6% dos inquiridos concordavam totalmente e 2% não tinham qualquer opinião sobre o assunto.

Gráfico 11 - % sobre a execução do orçamento na persecução das necessidades do povo



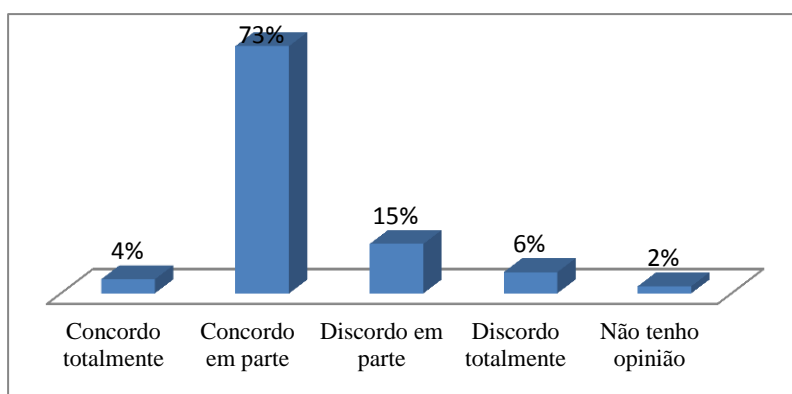
Fonte: elaboração própria

A maior percentagem da resposta ilustra na tabela representa a ideia de que a maioria dos entrevistados acredita que a execução do Orçamento do Estado foi dedicada à persecução das necessidades do povo.

Do total das respostas 48 pessoas que responderam à questão “A execução do orçamento promove e incentiva a macroeconomia? 35 dos inquiridos concordavam em parte com o facto do orçamento promover e a incentivar a macroeconomia, 7 discordavam em parte com esse facto, 3 discordavam totalmente e apenas 2 participantes concordavam totalmente.

Das pessoas que responderam à questão “A execução do orçamento promove e incentiva a macroeconomia?” Das respostas 73% dos inquiridos concordaram em parte com o facto da execução do orçamento promover e a incentivar a macroeconomia, 15 % discordam em parte, 6% discordam totalmente e apenas 4% concordaram totalmente. Com esse facto.

Gráfico 12- % sobre a execução do orçamento na promoção e incentivo da macroeconomia



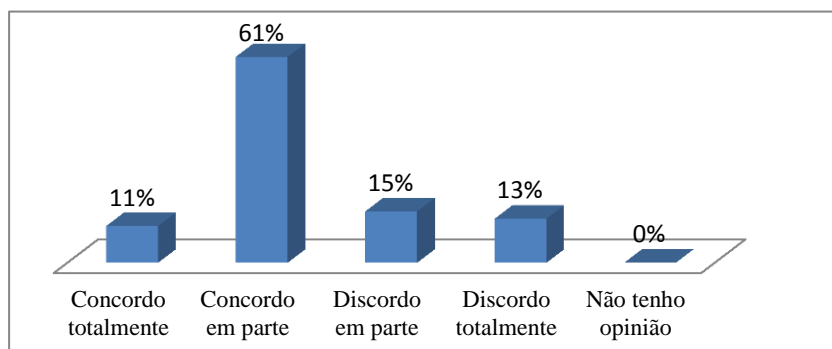
Fonte: elaboração própria

À percentagem da resposta “concorda em parte” pode-se afirmar que a maioria esmagadora dos inquiridos, apesar de ser parcial, concorda que a execução do orçamento do Estado consegue promover e incentivar a macroeconomia do país.

E que respeito à questão “A execução do orçamento cria emprego para a população?”, num universo de 46 respostas obtidas, 28 respostas foram “concordo em parte”, 7 discordo em parte”, enquanto 5 responderam “concordo totalmente”

No que respeita à questão “A execução do orçamento cria emprego para a população?” Das respostas, 61% dos inquiridos concordam em parte com o facto da execução do orçamento criar emprego para a população, 15% discorda em parte com esse facto, 13% discorda totalmente e apenas 11% concorda totalmente.

Gráfico 13- % das opiniões sobre o facto da execução do orçamento criar emprego



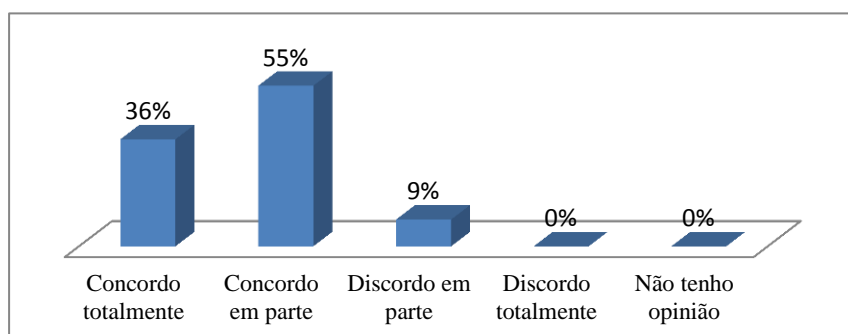
Fonte: elaboração própria

As percentagens obtidas ilustrados no gráfico representada pelo alto da opção “concordância em parte” o que se traduz a confiança na implementação do Orçamento do Estado o que deve criar mais empregos e é melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Sobre se a “A execução do orçamento requer mais estratégia e competitividade do Estado?”, foram obtidas 44 respostas (Tabela 11). Assim, 24 inquiridos concordam em parte com esse facto e apenas 16 concordam totalmente com o facto da execução do orçamento requerer mais estratégia e competitividade por parte do Estado.

Sobre se a “A execução do orçamento requer mais estratégia e competitividade do Estado?” Das respostas, 55% dos inquiridos concordam em parte com a execução do orçamento requer uma maior estratégia e competitividade do Estado, 36% dos inquiridos concordam totalmente e 9% discorda em parte.

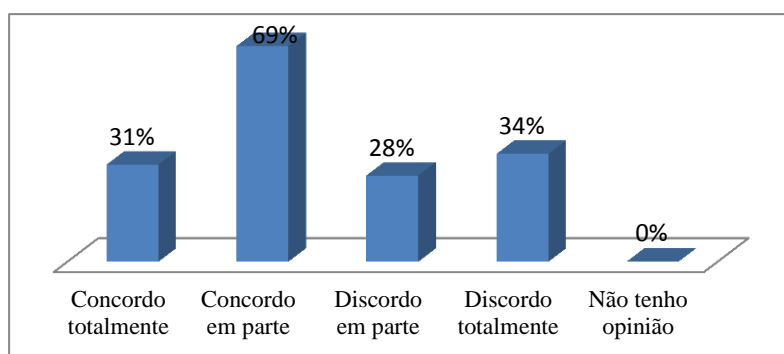
Gráfico 14 - % dos inquiridos que responderam à questão A execução do orçamento requer mais estratégia e competitividade do Estado?



Fonte:elaboração própria

Quanto à questão “A execução do orçamento estimula a participação dos cidadãos no desenvolvimento nacional?” Das respostas, 69% dos inquiridos concorda em parte com o facto da execução orçamental estimular a participação dos cidadãos no desenvolvimento do país, 28% discorda em parte, 34% discorda totalmente e 34% concorda totalmente.

Gráfico 15 - % das respostas à questão A execução do orçamento estimula a participação dos cidadãos no desenvolvimento nacional?



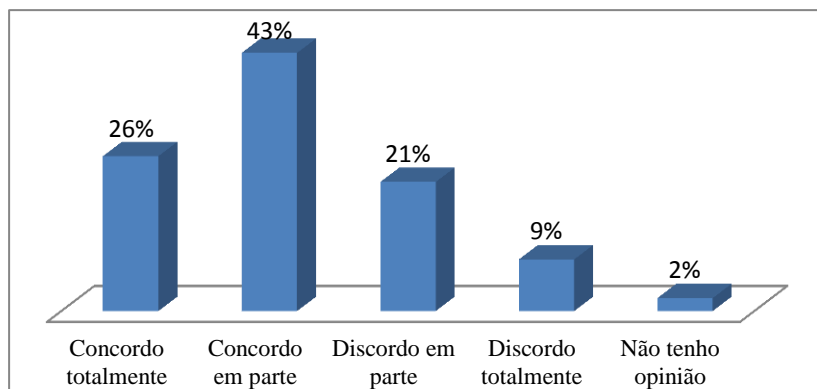
Fonte: elaboração própria

Com base na percentagem da resposta “ Concordo em parte”, permite-nos concluir que a execução do Orçamenmto Geral do estado estimula a participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento nacional.

Respoderam à questão “A execução do orçamento promove o trabalho em conjunto com o sector privado?” 47 indivíduos . Sendo que 20 participantes concordam em parte com o facto da execução orçamental promover o trabalho em conjunto com o sector privado, 12 concordam totalmente, 10 discordam em parte e apenas 4 discordam totalmente. Apenas 1 não tem opinião formada sobre o assunto.

Respoderam à questão “A execução do orçamento promove o trabalho em conjunto com o sector privado?” . Com base nos dados do **Gráfico16**, 43% dos participantes concordam em parte com a questão da execução orçamental promover o trabalho em conjunto com o sector privado, 21% discordam em parte, 9% discordam totalmente e 26% concordam totalmente com esse facto.

Gráfico 16- % das respostas à questão “A execução do orçamento promove o trabalho em conjunto com o sector privado?”

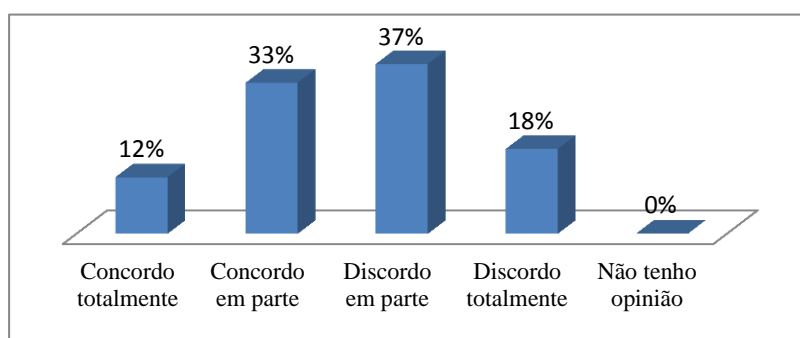


Fonte: elaboração própria

O resultado retirado do estudo representado pelo elevado grau de percentagem da resposta opcional “concordo em parte”, pode-se verificar que a execução do orçamento promove o trabalho em conjunto com o sector privado como um dos parceiros primários do desenvolvimento nacional em Timor-Leste.

Das 49 respostas à questão “A execução do orçamento favorece o enriquecimento e transformação de mentalidades?” (Gráfico 17). Das respostas 37% dos inquiridos discorda em parte, 18% discorda totalmente, 33% concorda em parte que a execução do orçamento favorece o enriquecimento e transformação das mentalidades e apenas 12% concorda totalmente com isso.

Gráfico 17 - % das respostas à questão “A execução do orçamento favorece o enriquecimento e transformação de mentalidades?”

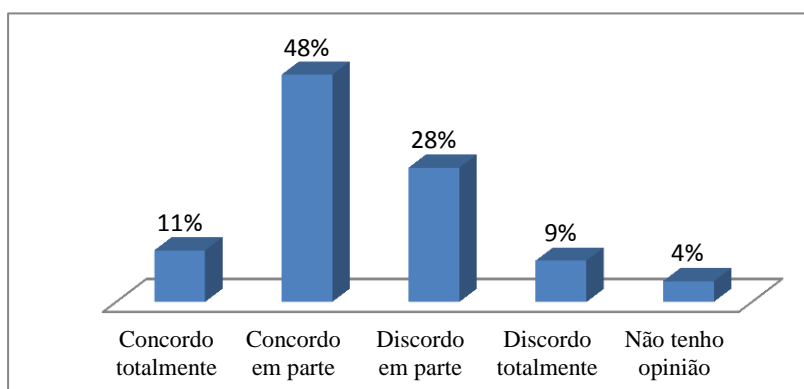


Fonte: elaboração própria

Já neste assunto, a opinião da maioria dos inquiridos representada pela opção “discordo em parte”, reconhecem que a execução do orçamento teve pouco impacto sobre o enriquecimento e a transformação de mentalidades do povo timorense no âmbito da dinamização do desenvolvimento socioeconómico do país em geral, e da economia familiar em particular.

No que respeita à questão “A execução do orçamento desenvolve a capacidade e microeconómica das pequenas empresas?”, foram obtidas 46 respostas. De acordo com os dados recolhidos (Gráfico 18), 48% dos inquiridos concordam em parte em o facto da execução do orçamento contribuir para o desenvolvimento da capacidade e macroeconomia das pequenas empresas; 11% concorda totalmente; 28% discordam em parte e 9% discorda totalmente, sendo que 4% dos inquiridos não têm opinião formada sobre este assunto.

Gráfico 18 - % das respostas à questão “A execução do orçamento desenvolve a capacidade e microeconómica das pequenas empresas?”



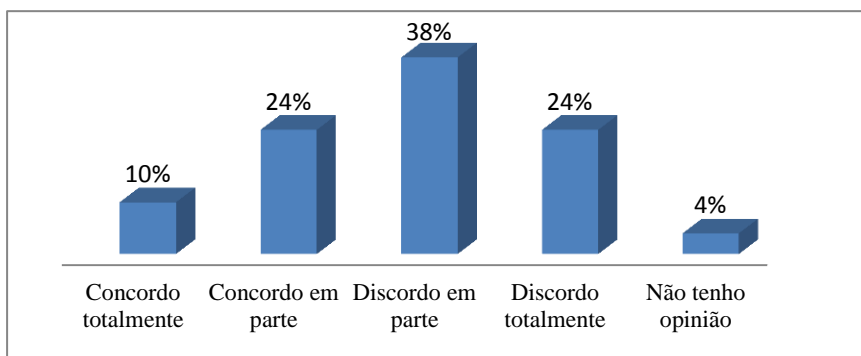
Fonte: elaboração própria

Importa salientar que na maioria opinião dos inquiridos representada pelo valor da resposta “concorda em parte”, reflete a ideia de que a execução do orçamento desenvolve a capacidade e microeconómica das pequenas empresas que, também, são atores do desenvolvimento económico do país.

Responderam á questão “As despesas do orçamento das, tiveram retorno económico significativo durante 5 anos?” 50 indivíduos. Dos dados apresentados (Gráfico 19), 38% discorda em parte sobre a questão das despesas do orçamento terem retorno económico durante 5 anos; 24% discorda totalmente; 10% concorda totalmente e

38% concorda em parte. A penas 4% dos inquiridos não têm opinião sobre esta temática.

Gráfico 19 - % das respostas à questão “As despesas do orçamento tiveram retorno económico significativo durante 5 anos?”

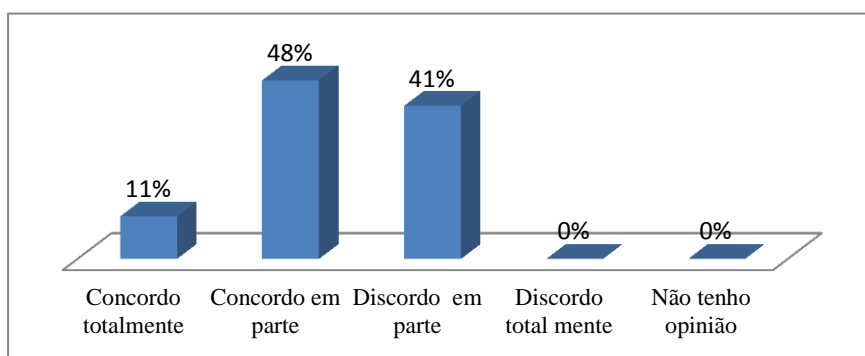


Fonte: elaboração própria

Apesar de impactos positivos como acima expostos, a execução do Orçamento Geral do Estado nos últimos 5 anos não teve retorno económico muito significativo. De facto, a maioria dos inquiridos discordam parcialmente sob o resultado da implementação deste.

Quanto à questão “A execução do orçamento teve impacto positivo no desenvolvimento dos Recursos humanos?”, foram obtidas 44 respostas. Com base nos dados do **Gráfico 20**, 48% dos inquiridos concordam em parte com o facto da execução do orçamento ter um impacto positivo no desenvolvimento dos recursos humanos; 11% concordam totalmente e 41% discordam em parte.

Gráfico 20- % das respostas à questão “ A execução do orçamento teve impacto positivo no desenvolvimento dos Recursos humanos?”

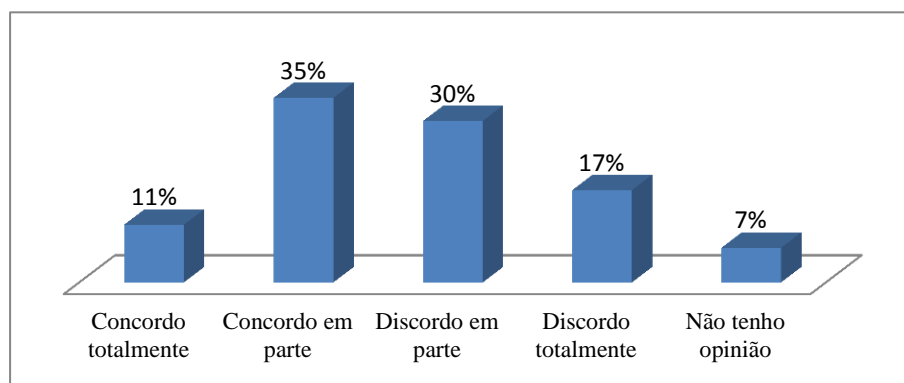


Fonte: elaboração própria

Conforme a percentagem da resposta opcional “concorda em parte”, pode-se constatar que a execução do orçamento teve impacto positivo no desenvolvimento dos recursos humanos do país em todos os níveis.

Quanto à questão “A execução do orçamento fez subir o crescimento do Produto Interno Bruto?”, foram obtidas 46 respostas, das quais 3 não manifestaram qualquer opinião. Assim, 35% dos inquiridos concordam em parte com o facto da execução orçamental contribuir para o aumento do crescimento do Produto interno bruto; 11% concordam totalmente; 30% discorda em parte; 17% discorda totalmente. Por outro lado, 7% não têm opinião sobre o assunto.

Gráfico 21- % das respostas à questão “A execução do orçamento fez subir o crescimento do Produto Interno Bruto?”



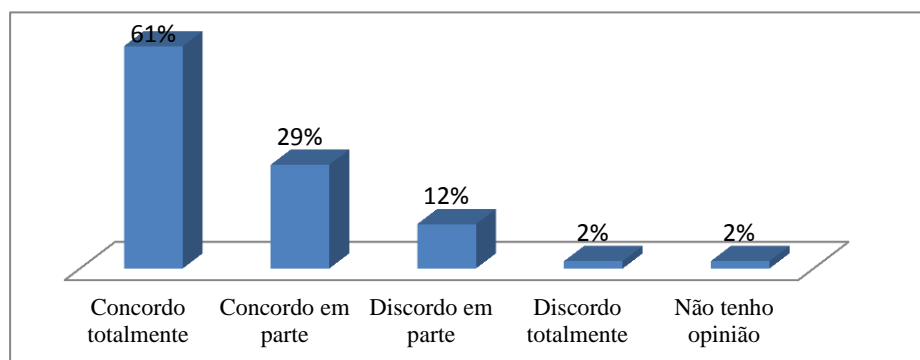
Fonte: elaboração própria

4.2.2. Constrangimentos na implantação do Orçamento do Estado

Por último, conforme o elevado da resposta revela no gráfico pode-se verificar que a execução do orçamento fez subir o crescimento do Produto Interno Bruto do país.

Em relação aos constrangimentos e dificuldades da execução orçamental foram colocadas 13 questões a um universo constituído por 50 pessoas. Em relação à questão “Falta um Plano adequado a nível nacional, A execução do orçamento não preencheu as suas expectativas”, foram obtidas 49 respostas. Conforme os dados do **Gráfico 22**, 61% concorda totalmente no que respeita à falta de um plano adequado a nível nacional, ou seja, a execução orçamental não correspondeu às expectativas; 29% concorda em parte; 12% discorda em parte; 2% discorda totalmente e 2% não tem qualquer opinião.

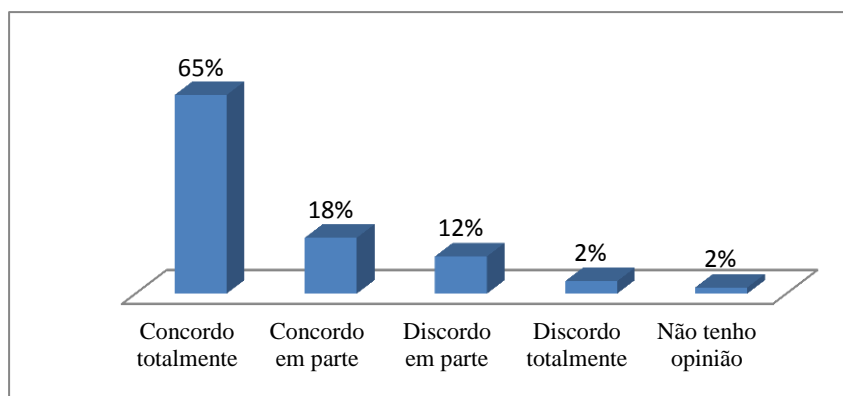
Gráfico 22 - % das respostas à questão “Falta um Plano adequado a nível nacional. A execução do orçamento não preencheu as suas expectativas”



Fonte: elaboração própria

Quanto à segunda questão “O Plano Nacional deve ser integrado e flexível”, responderam 49 inquiridos. Assim, de acordo com o **Gráfico 23**, 65% concordaram totalmente com o facto do Plano Nacional ser integrado e flexível, 18% concordaram em parte, 12% discordaram em parte. Por outro lado, 2% discorda totalmente do Plano Nacional ser flexível, 2% não tem qualquer opinião formada.

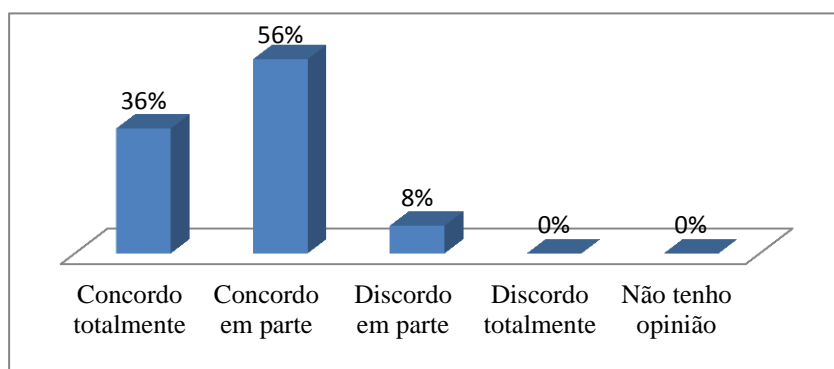
Gráfico 23 - % das respostas à questão “O Plano Nacional deve ser integrado e flexível”



Fonte: elaboração própria

Relativamente à questão “É necessário valorizar as ideias da Sociedade Civil?”, responderam 50 pessoas. Com base nos dados do **Gráfico 24**, 56% dos inquiridos concorda em parte com a necessidade de valorizar as ideias da sociedade civil, 36% concorda totalmente e apenas 8% discorda em parte com esse facto.

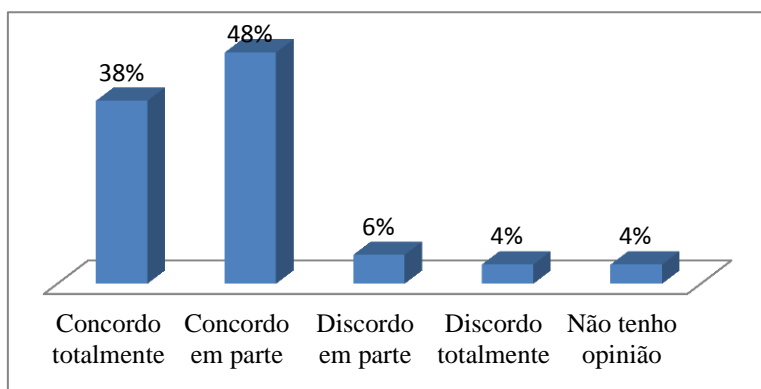
Gráfico24- % de respostas à pergunta “ É necessário valorizar as ideias da Sociedade Civil”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “Encontrar formas válidas e efetivas para a implementação do Orçamento Geral do Estado?”, foram obtidas 50 respostas. De acordo com o **Gráfico 25**; 48% dos inquiridos concordam em parte com o encontrar formas válidas para a implementação do Orçamento, 38% concorda totalmente, 6% discorda em parte, 4% discorda totalmente e 4% não tem opinião sobre o assunto.

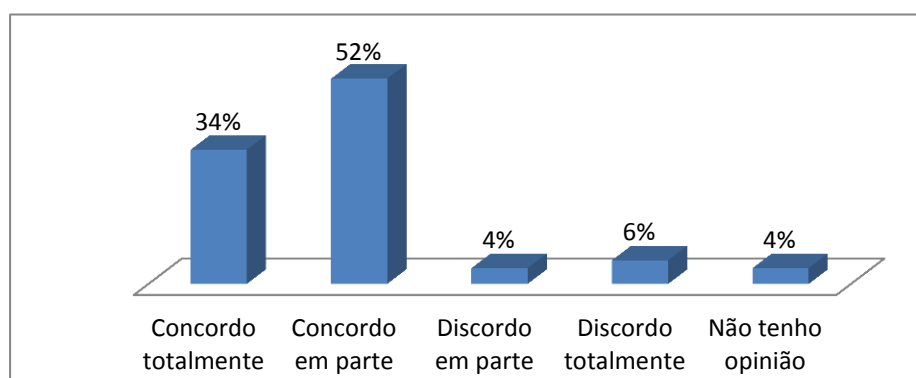
Gráfico25 - % de respostas à pergunta “Encontrar formas válidas e efetivas para a implementação do Orçamento Geral do Estado?”



Fonte: elaboração própria

Em relação à pergunta “Promover a participação ativa de todos os agentes económicos, e envolver diretamente as pequenas empresas”, foram obtidas 50 respostas. Pelos dados constantes do **Gráfico 26**; 52% dos inquiridos concordam em parte com a promoção e a participação ativa dos agentes económicos e na participação das pequenas empresas, 34% concordam totalmente. Enquanto, 6% discorda totalmente, 4% discorda em parte e 4% não tem qualquer opinião.

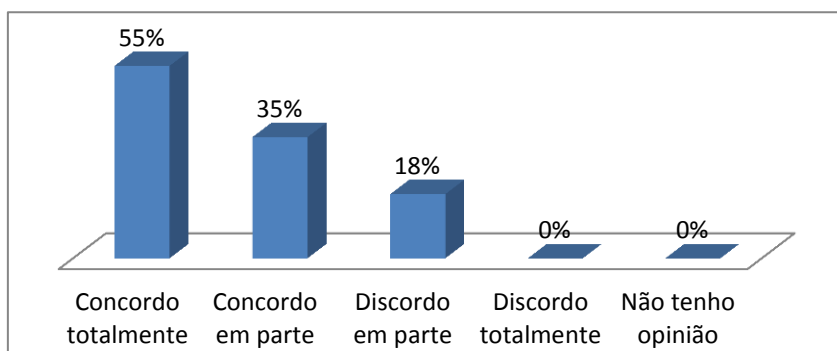
Gráfico 26 - % de respostas à pergunta “Promover a participação ativa de todos os agentes económicos, e envolver diretamente as pequenas empresas”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “Avaliar o processo de desenvolvimento a nível nacional nos sectores produtivos como Agricultura, e Turismo”, foram obtidas 49 respostas. De acordo com os dados dos **Gráfico 27**; 55% dos inquiridos concordam totalmente que será necessário avaliar o processo de desenvolvimento a nível nacional nos sectores produtivos, 35% concorda em parte e 18% discorda em parte com essa necessidade.

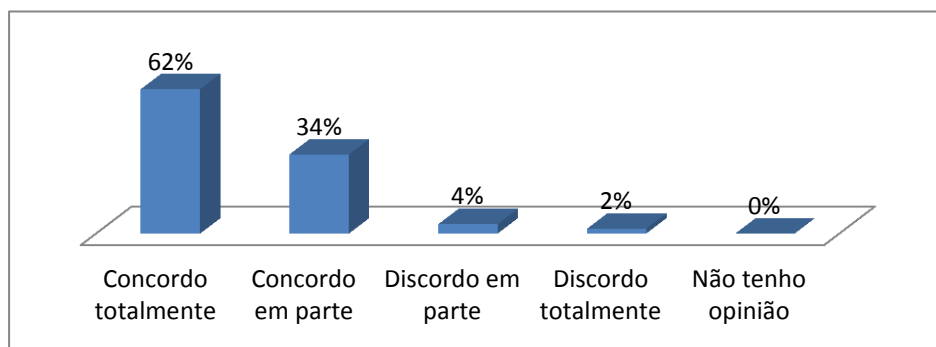
Gráfico 27- % de respostas à questão "Avaliar o processo de desenvolvimento a nível nacional nos sectores produtivos como Agricultura, e Turismo"



Fonte: elaboração própria

Quanto à pergunta "Falta de capacidade técnica dos agentes do governo, implica um impacto negativo sobre a implementação do Orçamento Geral do Estado", foram obtidas 50 respostas. Segundo o **Gráfico 28**, 62% concordam totalmente que existe falta de capacidade dos agentes do governo, o afeta o orçamento do Estado, 34% concorda em parte, 4% discorda em parte e 2% discorda totalmente com esse facto.

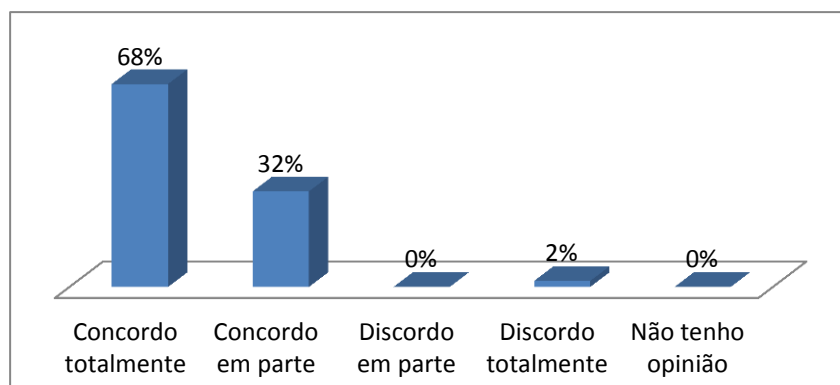
Gráfico 28 - % de respostas à pergunta "Falta de capacidade técnica dos agentes do governo, implica um impacto negativo sobre a implementação do Orçamento Geral do Estado"



Fonte: elaboração própria

Com base no **Gráfico 29**, 68% concorda totalmente com a falta de monitorização e avaliação na implementação de projetos, 32% concorda em parte e 2% discorda totalmente.

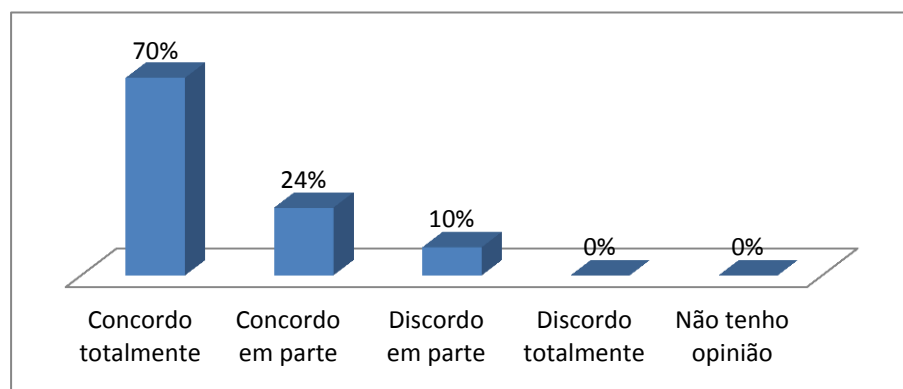
Gráfico 29 - % de respostas à pergunta “Falta monitorização e avaliação na implementação dos projetos”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “É necessário intensificar formações específicas para o pessoal quadro das Instituições Estatais”, responderam 50 participantes. Com base nos dados apresentados no **Gráfico 30**, 70% dos inquiridos concordam totalmente com a necessidade de aumentar a formação para o pessoal quadro das Instituições públicas, 24% concorda em parte e 10% discorda em parte.

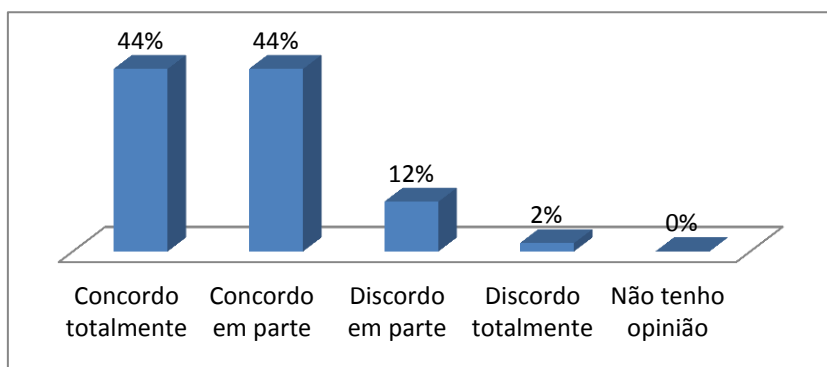
Gráfico 30- % de respostas à pergunta “É necessário intensificar formações específicas para o pessoal quadro das Instituições Estatais”



Fonte: elaboração própria

Em relação à pergunta “Falta Recursos Humanos apropriados em todos os sectores?”, foram obtidas 50 pessoas. Dos dados apresentados no **Gráfico 31**, 44% dos inquiridos concordam totalmente/parte na falta de recursos humanos apropriados em todos os sectores, 12% discordam em parte e 2% discordam totalmente.

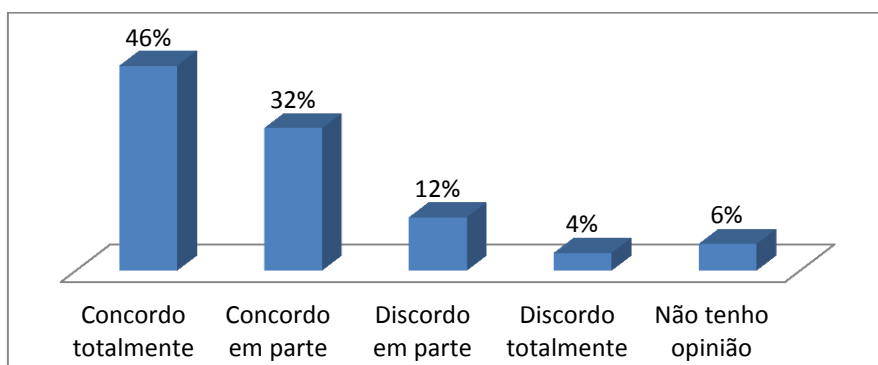
Gráfico 31- % de respostas à pergunta “Falta Recursos Humanos apropriados em todos os sectores?”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “A execução do orçamento geral de cada ano tem uma fatia significativa com secesso para as despesas para pagamentos de salários aos membros do governo, deputados e funcionários públicos”, foram obtidas 50 respostas. De acordo com os dados apresentados no **Gráfico 32**, 46% dos inquiridos concorda totalmente que a execução do orçamento inclui uma percentagem significativa para as despesas para os pagamentos de salários dos membros do governo, deputados e funcionários públicos, 32% concorda em parte, 12% dos inquiridos discorda em parte 4% discorda totalmente. E 6% dos inquiridos não tem opinião formada em relação a esta matéria.

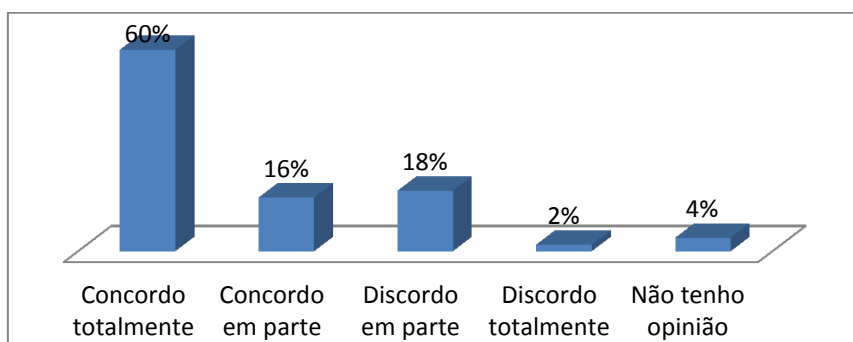
Gráfico 32 - % de respostas à questão “A execução do orçamento geral de cada ano tem uma fatia significativa com secesso para as despesas para pagamentos de salários aos membros do governo, deputados e funcionários públicos”



Fonte: elaboração própria

No que respeita à questão “É necessário rever a lei da Pensão Vitalícia para os membros do governo e deputados”, responderam 50 participantes. Da análise do **Gráfico 33**, 60% dos inquiridos concordam totalmente com a necessidade de rever a lei da Pensão vitalícia dos membros do governo, 16% concorda em parte, 18% dos inquiridos discorda em parte, 2% dos inquiridos discorda totalmente e 4% dos inquiridos não tem opinião formada sobre o assunto

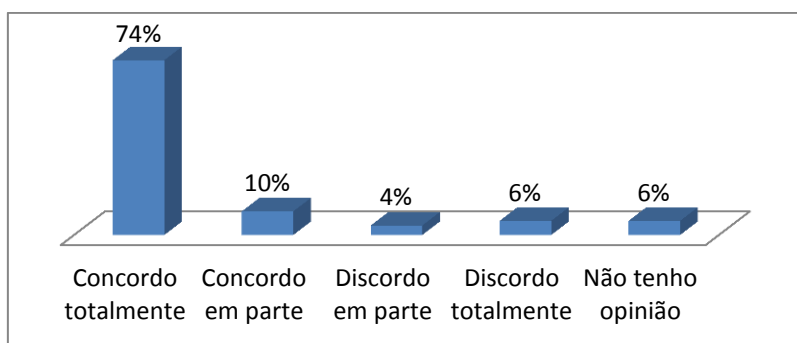
Gráfico 33 - % de respostas à questão “É necessário rever a lei da Pensão Vitalícia para os membros do governo e deputados”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “A estrutura do governo é grande demais o que causa um excesso de despesa ao orçamento geral do Estado” foram obtidas 50 respostas. Com base nos dados do **Gráfico 34**, 74% dos inquiridos concorda totalmente com o facto da estrutura do governo ser complexa o que causa um excesso de despesa, 10% concorda em parte, 4% dos inquiridos discordam em parte, 6% discordam totalmente e 6% não tem opinião acerca deste assunto.

Gráfico 34 - % de respostas à questão “A estrutura do governo é grande demais o que causa um excesso de despesa ao orçamento geral do Estado”



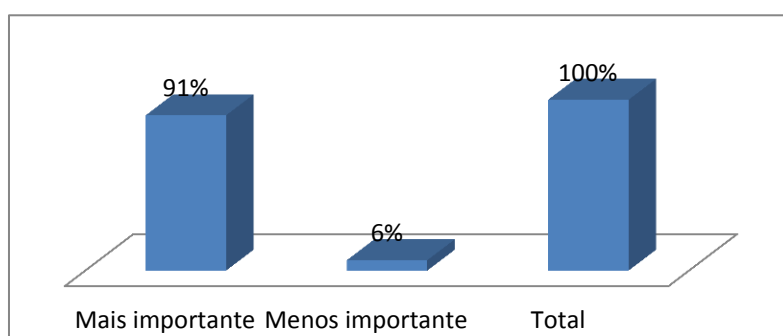
Fonte: elaboração própria

4.2.3- Principais Contributos do Orçamento do Estado

Foram colocadas 10 questões sobre os contributos da execução do orçamento geral do Estado para a economia de Timor Leste, que analisamos de seguida.

Quanto à questão “Melhorou as economias do povo”, foram obtidas 32 respostas. De acordo com os dados do **Gráfico 35**, 91% dos inquiridos considera que houve uma melhoria das economias do povo, ao contrário 6% dos inquiridos considera que não houve qualquer melhoria para as economias dos timorenses.

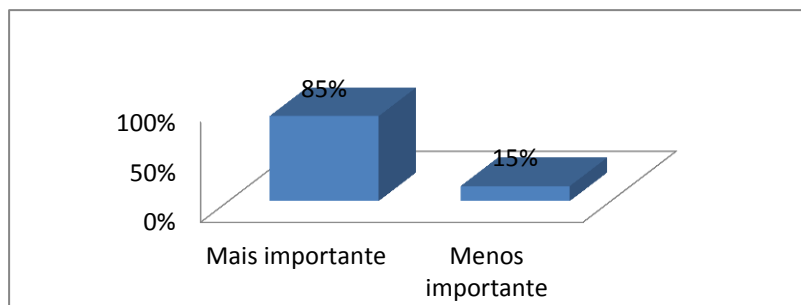
Gráfico 35 - % de respostas à pergunta “Melhorou as economias do povo”



Fonte: elaboração própria

Relativamente à questão “Melhorou o desenvolvimento dos recursos humanos”. Foram obtidos os seguintes resultados (**Gráfico 36**).Pela análise dos dados apresentados, 85% dos inquiridos consideram “mais importante” a melhoria do desenvolvimento dos recursos humanos para a contribuição do desenvolvimento da economia em Timor Leste. Enquanto 15% dos inquiridos consideram “menos importante”.

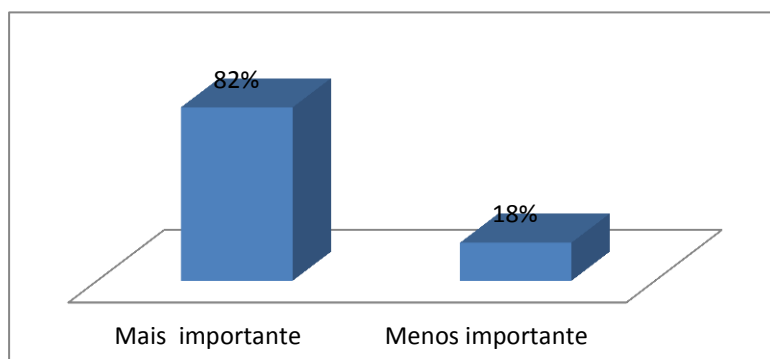
Gráfico 36- % de respostas à pergunta “Melhorou o desenvolvimento dos recursos humanos”



Fonte: elaboração própria

Quando se questionou sobre se “Refletiu sobre os interesses nacionais”, 82% dos inquiridos considerou “mais importante”, 18% dos inquiridos considerou “menos importante”.

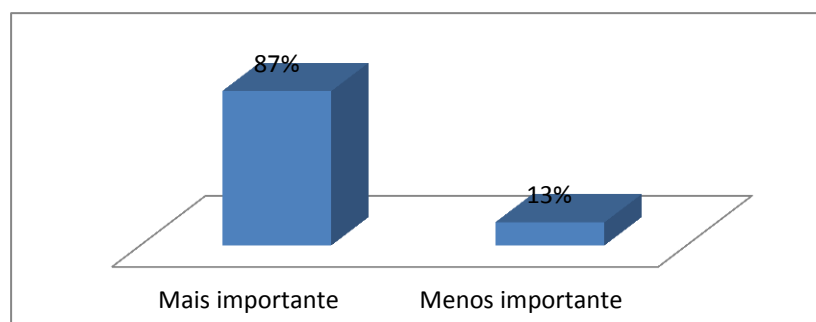
Gráfico 37 - % de respostas à questão” Refletiu sobre os interesses nacionais”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “Desempenhou um papel importante para a economia nacional”, 87% dos inquiridos considerou “mais importante” a contribuição da execução do orçamento do Estado para a economia do país, 13% dos inquiridos considerou “menos importante” essa contribuição.

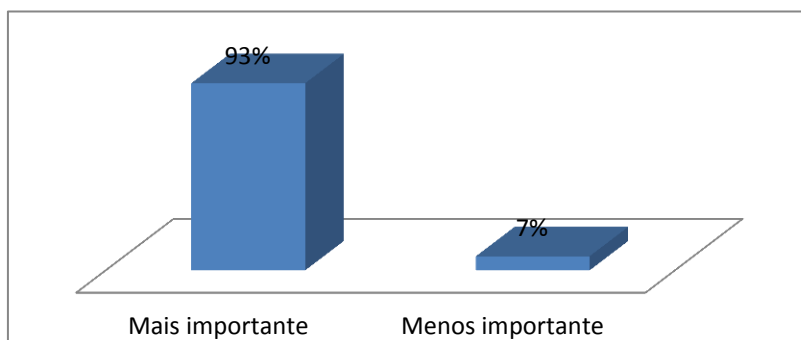
Gráfico 38- % de respostas à questão “Desempenhou um papel importante para a economia nacional



Fonte: elaboração própria

No que respeita à questão “Desenvolveu o sector da saúde”, 93% dos inquiridos consideram “mais importante” para o crescimento do país, 7% dos inquiridos consideram “menos importante” para o crescimento do país (**Gráfico 39**).

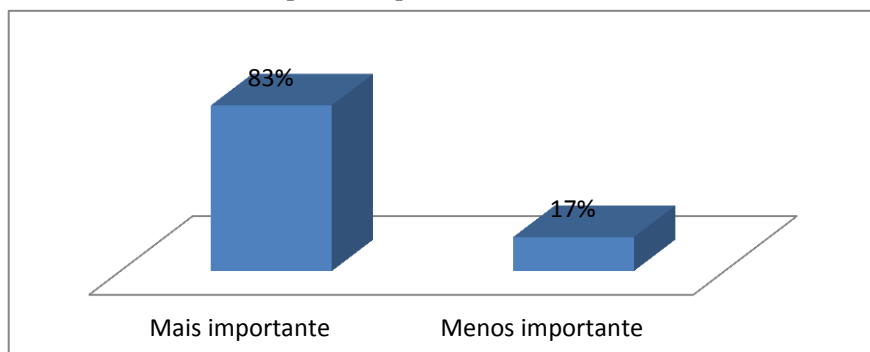
Gráfico 39- % de respostas à questão “Desenvolveu o sector de saúde”



Fonte: elaboração própria

Em relação à pergunta se “desenvolveu as infraestruturas”, os resultados obtidos foram os seguintes **Gráfico 40**. A execução geral do orçamento contribuiu para o desenvolvimento das infraestruturas, de acordo com 83% dos inquiridos, opinião contrária tiveram 17% dos inquiridos.

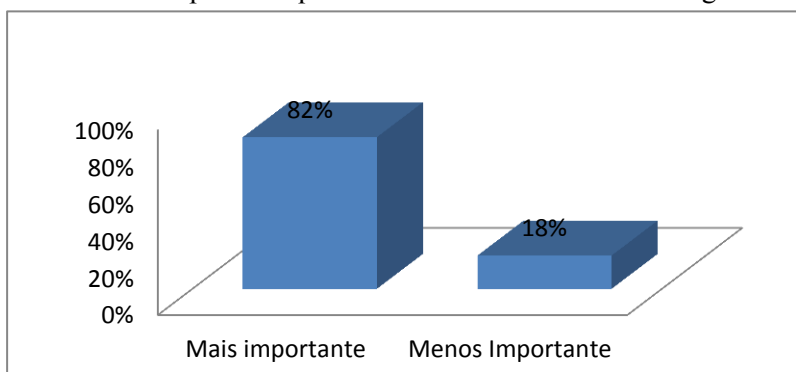
Gráfico 40- % de respostas à questão “Desenvolveu as infraestruturas”



Fonte: elaboração própria

Quanto questionados sobre se a execução geral do orçamento contribuiu para o desenvolvimento do sector da agricultura, 82% consideram “mais importante”, pelo contrário 18% dos inquiridos não concordaram com esse contributo.

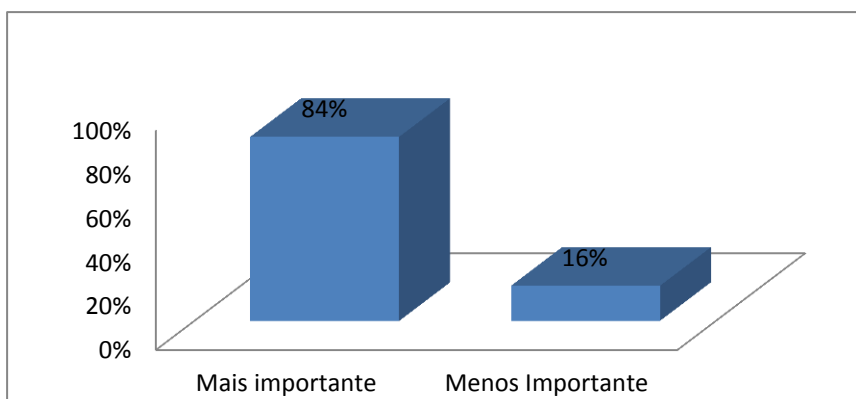
Gráfico 41 - % de respostas à questão “desenvolveu o sector da agricultura”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “Desenvolveu o sector de segurança e defesa” foram obtidas 32 respostas **Gráfico 42**. Assim, 84% dos inquiridos considerou que a execução orçamental contribui para o desenvolvimento do sector de segurança e defesa. Por outro lado, 16% dos inquiridos considerou que a execução do orçamento não contribui para o desenvolvimento do sector da segurança e defesa.

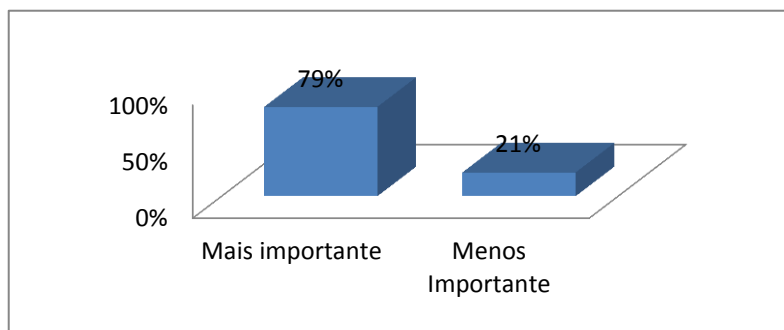
Gráfico 42- % de respostas à questão “Desenvolveu o sector de segurança e defesa”



Fonte: elaboração própria

Relativamente à questão “Desenvolveu o sector da educação Nacional”, 79% dos inquiridos considerou positiva a contribuição da execução do orçamento no desenvolvimento da Educação Nacional. Em contrapartida, 21% dos inquiridos considerou essa contribuição “menos importante” no desenvolvimento do sector da Educação.

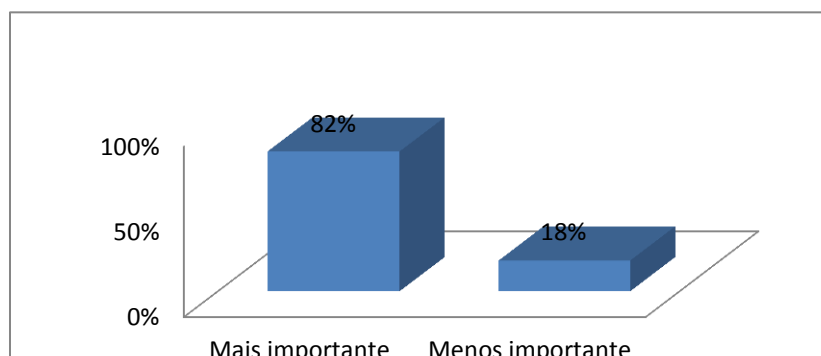
Gráfico 43 - % de respostas à questão “ Desenvolveu o sector da Educação Nacional”



Fonte: elaboração própria

Quanto à questão “Refletir sobre os valores sociais, económicos e culturais do país” foram obtidos os seguintes dados **Gráfico 44**. Dos dados apresentados, 82% dos inquiridos referiu que será importante refletir sobre os valores sociais, económicos e culturais do país, opinião contrária manifestaram 18% dos inquiridos.

Gráfico 44 - % de respostas à questão “Refletir sobre os valores sociais, económicos e culturais do país”



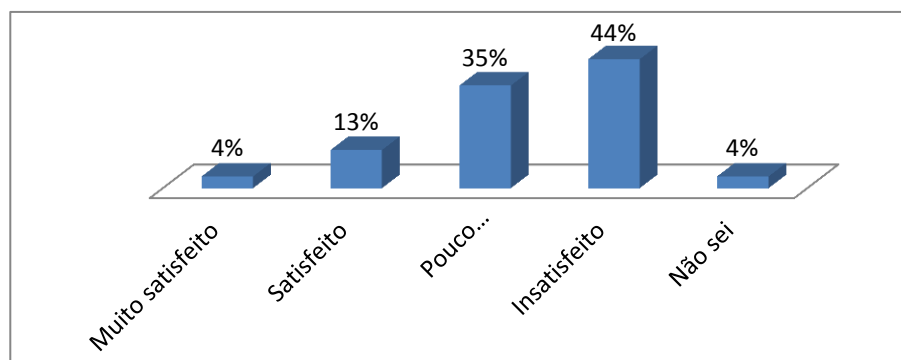
Fonte: elaboração própria

4.2.4. A Satisfação Sobre os Resultados Alcançados durante a Execução do Orçamento

Por fim, foram colocadas 9 questões aos participantes para saber em que medida foi alcançado o desenvolvimento económico.

Quando questionados sobre o retorno económico face às despesas orçamentais foram obtidos os seguintes dados **Gráfico 45**.

Gráfico 45 - % das respostas relativas à pergunta “Ficou motivado com o retorno económico em relação às despesas orçamentais?”

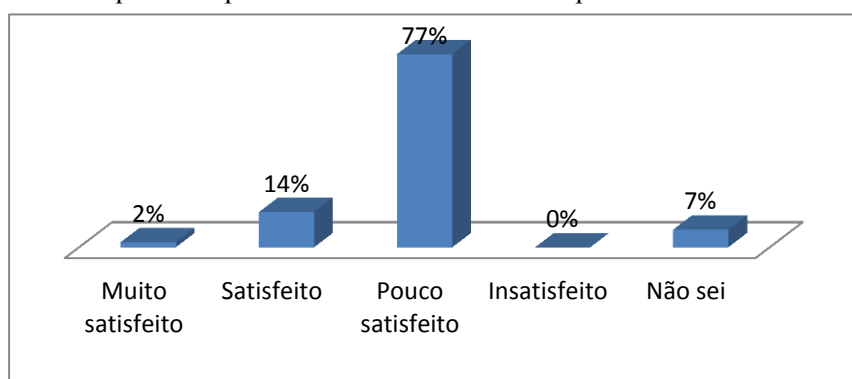


Fonte: elaboração própria

De acordo com os dados apresentados no **Gráfico 45**, verifica-se que 44% dos inquiridos estão insatisfeitos quanto ao retorno económico em relação às despesas orçamentais verificadas, 35% dos inquiridos está pouco satisfeito; 13% dos inquiridos está satisfeito; 4% muito satisfeito; não sabem são 4% dos inquiridos.

Em relação à questão “A forma como foi implementada trouxe benefícios?”, os dados apresentados no **Gráfico 46** mostram que, 77% dos inquiridos estão pouco satisfeitos com os benefícios alcançados; 14% dos inquiridos estão satisfeitos com os benefícios alcançados; 2% encontram-se muito satisfeitos e 7% dos inquiridos não tem qualquer opinião.

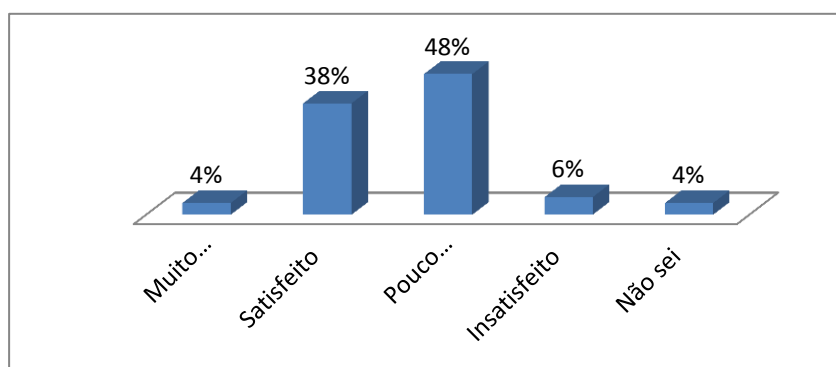
Gráfico 46- % de respostas à questão “A forma como foi implementada trouxe benefícios?”



Fonte: elaboração própria

Quando se questionou os participantes sobre se “Houve condições para o progresso do desenvolvimento do país?”, foram obtidos os seguintes dados **Gráfico 47**. Dos dados apresentados verifica-se que 48% dos inquiridos estão pouco satisfeitos com as condições criadas para o progresso do país; 38% dos inquiridos estão satisfeitos com as condições criadas para atingir o progresso; 4% estão muito satisfeitos; 6% dos participantes estão insatisfeitos e 4% não apresenta qualquer opinião.

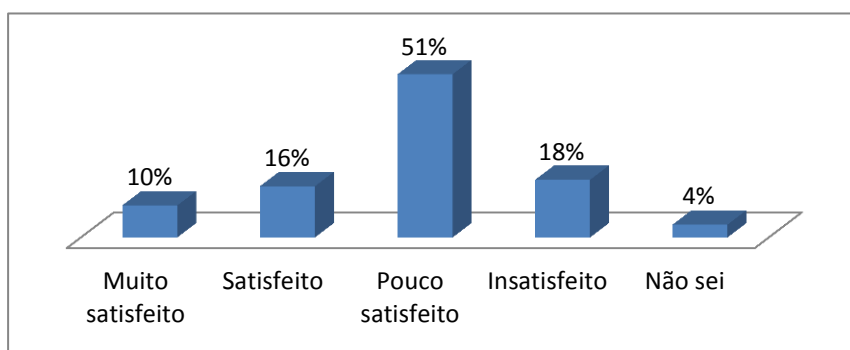
Gráfico 47- % das respostas à pergunta “Houve condições para o progresso do desenvolvimento do país?”



Fonte: elaboração própria

Quando se questionou os participantes se “Confia nas políticas do governo anualmente?”, Cerca de metade dos inquiridos (51%) respondeu que está pouco satisfeito com as políticas adotadas pelo governo; 18% dos participantes estão insatisfeitos com as políticas governamentais; 10% dos participantes manifesta-se muito satisfeito com as políticas conduzidas pelo governo; 16% dos participantes manifesta-se satisfeito e 4% dos participantes não sabe responder.

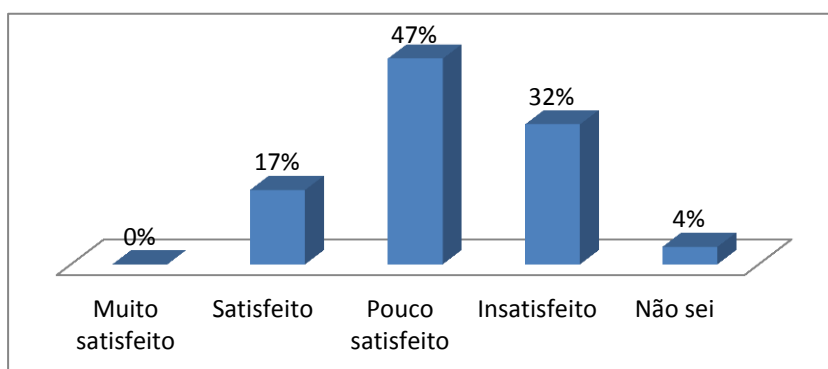
Gráfico 48- % das respostas à questão ” Confia nas políticas do governo anualmente”



Fonte: elaboração própria

Em relação à questão “Considera que a execução do OGE, preencheu as necessidades do povo de Timor Leste?”, foram obtidos os seguintes dados **Gráfico 49**.

Gráfico 49- % de respostas à questão “Considera que a execução do OGE, preencheu as necessidades do povo de Timor Leste?”



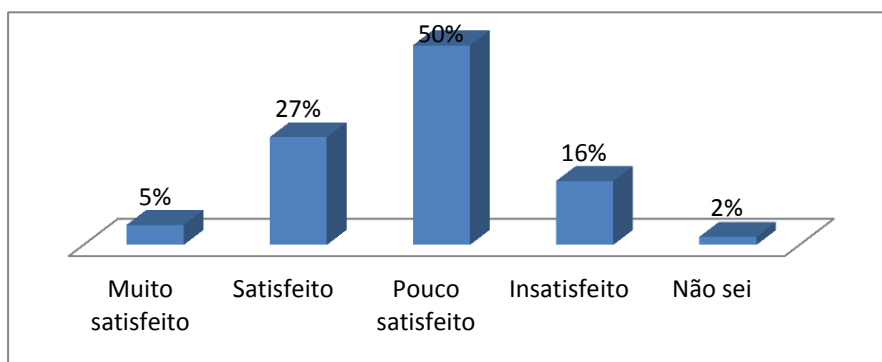
Fonte: elaboração própria

Atendendo aos dados apresentados no **Gráfico 49**, verifica-se que 47% dos participantes estão pouco satisfeitos quanto à execução do orçamento geral do Estado

preencher as necessidades dos timorenses. Apenas 17% dos participantes estão satisfeitos com o facto da execução do orçamento atender às necessidades dos cidadãos; 32% dos inquiridos estão insatisfeitos e 4% não sabe responder.

Quando questionados sobre se “Ficou motivado ao ver o país a crescer economicamente?”, com base no **Gráfico 50**, 50% dos inquiridos manifesta-se pouco satisfeito com o crescimento do país em termos económicos; 27% dos participantes consideram-se satisfeitos com o crescimento verificado; 5% estão muito satisfeitos; 16% dos participantes manifestam a sua insatisfação e 2% dos inquiridos não respondeu à questão apresentada.

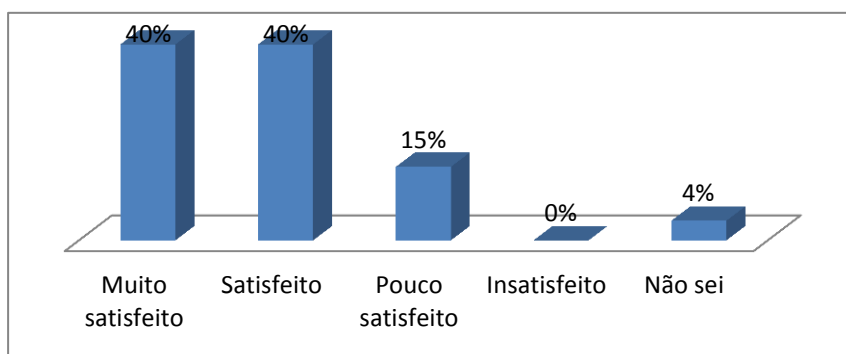
Gráfico 50- % das respostas à pergunta “Ficou motivado ao ver o país a crescer economicamente?”



Fonte: elaboração própria

Em relação à pergunta se “Recomendaria ao governo de delinear e traçar mais políticas para o desenvolvimento económico nos sectores de produção”, os dados obtidos estão tipificados no **Gráfico 51**.

Gráfico 51- % de respostas à questão “Recomendaria ao governo de delinear e traçar mais políticas para o desenvolvimento económico nos sectores de produção”

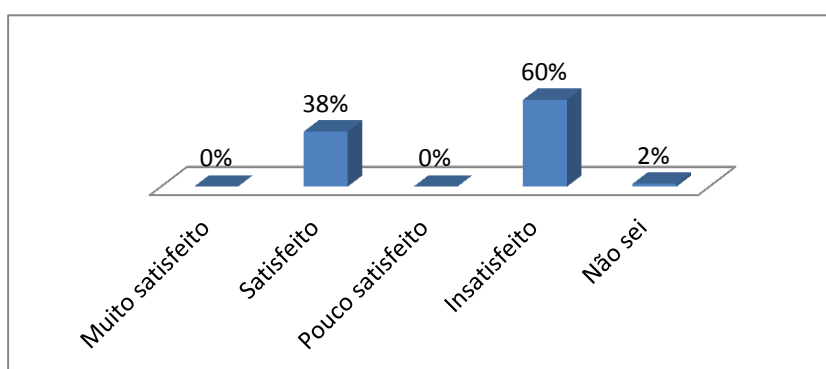


Fonte: elaboração própria

Em relação aos dados apresentados no **Gráfico 51**, conclui-se que 40% dos participantes recomendariam ao governo a definição de mais políticas para o desenvolvimento económico dos sectores de produção, 4% dos participantes não apresentaram resposta.

Quando se questionou os participantes se “Sente que houve participação ativa dos cidadãos timorenses no desenvolvimento da economia do país?”, foram obtidos os seguintes resultados **Gráfico 52**.

Gráfico 52- % de respostas à questão “Sente que houve participação ativa dos cidadãos timorenses no desenvolvimento da economia do país?”

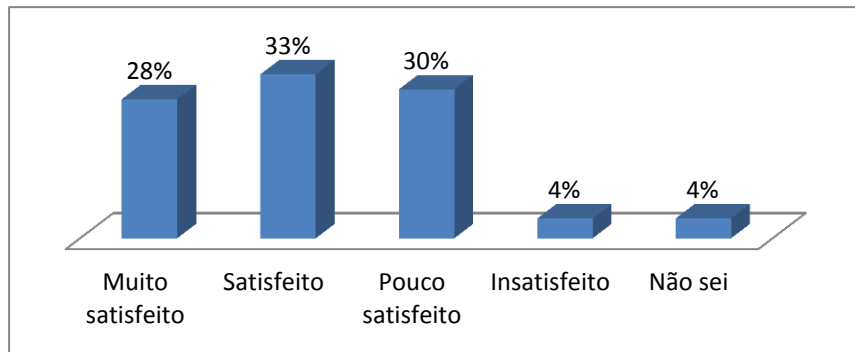


Fonte: elaboração própria

Com base nos dados do **Gráfico 52**, mais de metade dos participantes (60%) considera-se insatisfeito com a participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento da economia; 38% dos cidadãos consideram-se satisfeitos com essa participação e 2% dos participantes não sabem responder.

Por fim, quando se questionou os inquiridos sobre se “Acha que fica capaz de tratar assuntos da economia do país sob responsabilidade de todos os timorenses”, os dados obtidos são os constantes do **Gráfico 53**.

Gráfico 53- % das respostas à questão “Acha que fica capaz de tratar assuntos da economia do país sob responsabilidade de todos os timorenses”



Fonte: elaboração própria

Com base nos dados apresentados no **Gráfico 53**; 33% dos participantes consideram satisfatória a capacidade no tratamento de assuntos relacionados com a economia do país sob a responsabilidade dos cidadãos; 28% dos participantes estão muito satisfeitos; 30% dos participantes revelam pouca satisfação e apenas 4% dos participantes estão insatisfeitos com essa capacidade.

4.3. Análise dos Resultados

Dos resultados anteriormente expostos, podemos concluir que em termos gerais a população timorense está pouco satisfeita com a execução orçamental. Havendo ainda muitos aspetos que poderão ser melhorados em benefício do desenvolvimento económico e das melhorias das condições do povo. O programa incluído no Orçamento pouco tem contribuído para responder os interesses concretos dos cidadãos. O orçamento está pouco orientado para as pessoas, não está planeado, preparado e executado tendo em conta as necessidades concretas e reais dos cidadãos.

De salientar, que a execução do orçamento apenas criou melhores condições a nível da educação/formação dos recursos humanos. As despesas inscritas no Orçamento do Estado não tiveram um retorno significativo, nem contribuíram para o benefício da população em geral. Há vários aspetos que precisam de ser alterados, nomeadamente a questão do peso da estrutura do governo que é referida como a principal responsável pelo aumento da despesa pública, o caso dos salários dos membros do governo, deputados e funcionários públicos.

Outra questão focada foi o caso das Pensões vitalícias para os membros do governo e deputados que teria de ser revista de forma a não onerar as contas públicas. As despesas inscritas no Orçamento não têm tido grande reflexo a nível do desenvolvimento e crescimento do país, sendo necessário criar medidas que tenham impacto a nível concreto. As despesas orçamentais têm sido em grande parte destinadas a grandes projetos ligados às infraestruturas, que na realidade não se concretizam, deixando para trás projetos ligados ao sector da saúde, educação, agricultura, turismo, cultura e ciência. Aquilo que é necessário é estruturar melhor as despesas de forma a serem canalizadas para projetos que venham a produzir resultados no futuro.

4.4. Apreciação sobre a Execução do Orçamento de Estado de Timor-Leste 2007 a 2012

Filmagem ao ex. Primeiro-ministro de Timor-Leste: Mari Alkatiri (Deli, 13 de Agosto de 2014 - Seminário internacional “Política Económica”, Universidade Nacional de Timor-Leste)

Na filmagem, o Ex. Primeiro-ministro de Timor-Leste focou essencialmente os aspetos que poderiam ser melhorados de forma a contribuir para o desenvolvimento de Timor. O orçamento de Estado deveria ser elaborado/executado tendo em conta a situação concreta do povo timorense, a nível da criação de emprego, investimento na população, nomeadamente através do melhoramento das infraestruturas, acesso à educação, saúde, emprego, serviços sociais, etc. Proceder a uma melhor distribuição da riqueza, existe ainda uma camada significativa da população considerada muito pobre. Assim, o desenvolvimento de uma política social e económica seria também fundamental para o desenvolvimento da ciência. A economia timorense está ainda muito dependente do petróleo o que limita a competitividade, daí a necessidade de apostar na economia não petrolífera de forma a criar novas oportunidades de negócio e novos mercados. É importante manter os mercados através de um fornecimento regular de produtos, ter essa capacidade para não os perder. Seria importante também procurar novos mercados, identificar nichos e desenvolvê-los. Timor é um país com grandes potencialidades, mesmo a nível da agricultura (produção de arroz/café) sendo necessário apoiar os agricultores e assegurar que os seus produtos sejam escoados. A nível turístico também há muito a desenvolver, principalmente a ilha de Atauro que oferece condições muito semelhantes à ilha de Bali (Indonésia).

Entrevista ao ex. Vice-primeiro-ministro: Mário Carras calão (Deli, 16 de Agosto de 2014) - Análise do Orçamento/Execução Período 2007 a 2012

- Após a independência de Timor não existia pessoas preparadas para a execução do Orçamento;
- Não existiam receitas só despesas derivadas das fontes juras internacionais;
- Houve a necessidade de preparar a construção das Estruturas para executar o Orçamento de Estado.

Após 2006 - as receitas derivadas exclusivamente do petróleo o que de certa forma limitava o investimento não petrolífero; as despesas eram sobretudo com subsídios dos veteranos e idosos. A fiscalização ao Orçamento também não era a conveniente, uma vez que essa competência centrava-se no poder executivo existindo imparcialidade na sua fiscalização.

A não existência de leis e de regulamentos também contribuía para a má gestão orçamental, a não interligação entre os diferentes ministérios também dificultava a avaliação da exceção orçamental.

A execução física do orçamento também não era questionada, o que levantava dúvidas no que respeita à aplicação das verbas inscritas no orçamento.

Como Timor não tinha técnicos/profissionais competentes para realizar a avaliação/implementação da execução do orçamento, esta era atribuída a assessores internacionais, porém estes não conheciam a realidade timorense.

O orçamento não corresponde à realidade nem vai de encontro às necessidades dos timorenses. As verbas inscritas no orçamento não têm uma correspondência física, assim os gastos realizados não tem uma correspondência efetiva e também não há uma justificação concreta para esse facto.

Por conseguinte, é necessário criar uma comissão anticorrupção e fazer uma auditoria independente à execução do orçamento.

Estes problemas resultam em parte do poder de execução e decisão estar centrado no Ministério das Finanças; outro problema resulta do facto dos ministérios colaborarem com empresas privadas o que naturalmente poderá mexer com os interesses privados e não com o interesse público. O facto de o sistema não punir os erros e desvios implica a criação de um clima de que o “crime compensa”.

Quanto ao Plano Estratégico de Desenvolvimento o mesmo não foi executado com base em pesquisas, foi encomendado a entidades estrangeiras que não conhecem a

realidade/limitações de Timor, por essa razão não reflete o ponto de vista timorense, ou seja a realidade.

Outra questão que tem de ser revista é a Lei da pensão vitalícia que neste momento é de 100% do salário o que é um erro fatal. Portanto, deveria ser fixada numa percentagem do salário.

A divulgação do orçamento feita por meios electrónicos é de certa forma inadequada, na razão de que o povo timorense não tem acesso à internet, assim deveriam ser criados meios próprios para transmitir uma informação tão importante.

A formação é essencial e prioritária, existem poucos técnicos com competências administrativas/técnicas para o exercício de funções, os profissionais que trabalham na Administração Pública, apenas têm conhecimentos políticos ligação com os partidos, não tendo qualquer conhecimentos administrativos e técnicos para desempenhar de forma adequada as suas funções.

A sociedade timorense é caracterizada por uma limitada classe média e maioritariamente por uma população com poucos recursos económicos.

O desenvolvimento do país não é de todo compatível com o montante financeiro despendido em Timor. De facto o povo não sentiu esse desenvolvimento, o progresso foi sentido mais a nível social, nomeadamente a nível da construção de infraestruturas, formação universitária, mais médicos. Porém, ainda falta implementar estruturas para melhorar as condições económicas.

Assim, os desvios a nível do orçamento têm justificado esses atrasos.

A economia timorense é uma economia de subsistência, o investimento reprodutivo não existe, a economia é muito dependente do petróleo, as indústrias não existem.

Entrevista ao deputado David Ximenes

Na entrevista realizada em 19 de Agosto de 2014, no Parlamento Nacional, ao deputado David Ximenes foram focados aspetos relativos à segurança, defesa, educação, economia, agricultura.

Quanto à segurança frisou a falta de maturidade política das várias estruturas de segurança (Polícia e Forças Armadas) que foi evidente na escalada para a crise, na sua gestão ineficaz e na posterior responsabilização. Por essa razão, a formação da polícia a articulação adequada de meios e organização de missões será prioritária.

Existem outros problemas noutros sectores que urge ser resolvidos, por exemplo no que respeita ao ministério da agricultura este financia tratores para incentivar a produção de arroz quando na realidade se importa arroz cujo preço é inferior ao produzido pelos agricultores timorenses.

Quanto à educação a opinião do deputado é de que ainda existe uma grande interferência política, só alguns têm acesso à educação.

No que respeita à economia, frisou que o Orçamento de Estado é aprovado com montantes muito elevados, sendo aprovados projetos com verbas elevadas para depois não serem terminados, o que implica a necessidade do governo ter de alocar mais recursos tornando a despesa muito elevada.

O reforço do sector privado também cria uma certa decadência a nível social e económico aumentando as desigualdades sociais, o que traz também decadência política dando origem a conflitos.

A alternativa proposta pelo deputado David Ximenes passa por uma mudança na forma de fazer oposição (até ao momento a oposição tem sido defensiva, no sentido de dar tempo ao governo para corrigir os defeitos/erros, reduzir os gastos no que se refere ao esbanjamento de capital). Outra solução passa por a decisão de voto dos timorenses

4.5. Propostas de Melhoria da Execução Orçamental em Timor-Leste

No sentido de cooperar com propostas que poderão ser benéficas para melhorar a execução orçamental, contribuindo para o desenvolvimento do país, apresentamos as seguintes contribuições:

- ✓ Maior fiscalização/transparência das contas de cada ministério;
- ✓ Discriminar cada uma das despesas inscritas no Orçamento;
- ✓ Coordenação das políticas e dos projetos de forma a serem bem implementados;
- ✓ Estudar outras fontes de receitas para além das receitas petrolíferas;
- ✓ Existência de uma entidade fiscalizadora da elaboração e/ou execução do orçamento de Estado;
- ✓ Simplificação e eliminação de burocracia associada ao orçamento de Estado;
- ✓ Maior independência entre o órgão de fiscalização (Tribunal de Contas) e o Parlamento (Governo).

CAPÍTULO V- CONCLUSÃO

5.1. Conclusão

Nesta dissertação desenvolvemos o tema da Execução Orçamental, em concreto sobre o Orçamento do Estado, e da sua adequabilidade para a Administração Financeira do Estado em Timor-Leste.

Para concluir, apresenta-se uma síntese dos aspetos mais relevantes que se desenvolveram neste trabalho, apontando também as limitações que lhe podem ser associadas, e sugestões para investigação futura.

Iniciámos por abordar o crescimento económico de Timor-Leste, assim como o cenário futuro quanto ao crescimento e desenvolvimento económico do país. Destacou-se também o papel do Orçamento na Administração Financeira do Estado, referimo-nos ao conceito do Orçamento do Estado (plano onde estão inscritas e determinadas as receitas e despesas anuais, devidamente autorizadas), às técnicas de elaboração de orçamentos (orçamentos incrementais por naturezas, orçamentos de desempenho ou funcionais, orçamentos por programas, OBZ, orçamentação por atividades, e orçamentação para a melhoria contínua).

Neste âmbito, o objetivo principal do trabalho foi analisar a composição do Orçamento de Estado de Timor-Leste e a sua execução entre 2007 a 2012, e apurar se são adequados à Administração Financeira do Estado e aferir aspetos de melhorias tendo como referência Portugal. Para isso, foram construámos questionários.

Para a primeira parte do trabalho, baseamo-nos em livros, relatórios e legislações de Timor-Leste. Na segunda parte, o estudo empírico, aplicámos um questionário aplicado a um universo de cinquenta indivíduos, entre os quais: políticos, académicos e Sociedade Civil.

Relativamente à execução orçamental no período em análise 2007 a 2012 constatou-se uma evolução significativa do aumento das despesas principalmente os gastos relacionados com a implementação de grandes projetos, por exemplo, em infraestruturas; as despesas com os vencimentos dos funcionários públicos; bens e serviços. O montante dos orçamentos entre 2007 a 2012 aumentou de forma bastante acentuada. As receitas derivam essencialmente do petróleo e gás natural, sendo as receitas não petrolíferas pouco expressivas. Verificou-se também que as receitas arrecadadas pelo Governo são muito inferiores às despesas orçamentadas, o que conduz a um défice orçamental.

Da análise dos dados concluiu-se o seguinte:

- Sobre se a execução orçamental foi benéfica para o crescimento da economia timorense, a maioria dos inquiridos concorda com esse facto.
- No que respeita à implementação de programas no OE, a maioria dos inquiridos concorda em parte com essa execução.
- Sobre se a execução do OE tem em consideração as necessidades do povo, a maioria dos inquiridos concorda com esse facto.
- Relativamente, se a execução do OE promove e incentiva a macroeconomia, a maioria dos inquiridos concorda com esse aspeto.
- Sobre se a execução do OE cria empregos, a maioria dos inquiridos acha que sim.
- Sobre se a execução do OE exige mais estratégia e competitividade do Estado, a maioria dos inquiridos concorda com esse facto.
- A maioria dos inquiridos concorda que a execução estimula a participação dos cidadãos no desenvolvimento nacional.
- A maioria dos inquiridos concorda que a execução do OE promove o trabalho conjunto com o sector privado.
- Sobre se a execução do OE promove a participação ativa de todos os agentes, e se envolve diretamente as pequenas empresas, a maioria dos inquiridos concorda com esse aspeto.
- No que respeita à avaliação do processo de desenvolvimento a nível nacional nos sectores produtivos como Agricultura e Turismo, metade dos inquiridos concorda com esse facto.
- Sobre se falta capacidade técnica dos agentes do governo, implica um impacto negativo sobre a implementação do OE, metade dos inquiridos concorda.
- Mais de metade dos inquiridos, concorda com a falta de monitorização e avaliação na implementação de projetos.
- Mais de metade dos inquiridos, concorda que é necessário intensificar a formação específica para o pessoal quadro das Instituições Estatais.
- A maioria dos inquiridos concorda com a falta de recursos humanos apropriados em todos os sectores.

- Mais de metade dos inquiridos, concorda com uma fatia significativa do OE é destinada a despesas com os salários dos membros do Governo, deputados e funcionários públicos.
- Sobre se a execução do OE favorece o enriquecimento e a transformação de mentalidades, 37% discorda desse facto.
- Sobre se a execução do OE desenvolve a capacidade microeconómica das pequenas empresas, 48% dos inquiridos concorda em parte.
- 38%, dos inquiridos discorda com o facto das despesas do OE terem retorno económico significativo durante 5 anos.
- Em relação à execução do OE ter impacto positivo no desenvolvimento dos recursos humanos, 48% dos inquiridos concorda com esse aspeto.
- Quanto ao facto da execução do OE contribuir para o aumento do PIB, 30% dos inquiridos não concorda.
- Sobre se falta um plano adequado a nível nacional e se a execução orçamental não preencheu as expectativas, mais de metade dos inquiridos concorda com esse facto.
- Mais de metade dos inquiridos concorda com o facto do Plano Nacional ser flexível e integrado.
- Sobre se é necessário valorizar as ideias das pessoas, mais de metade dos inquiridos concorda com tal facto.
- 60%, dos inquiridos concorda com a necessidade de revisão da lei da Pensão Vitalícia para membros do governo e deputados.
- 74%, dos inquiridos concorda com o facto de estrutura do governo ser grande demais o que causa excesso de despesa.
- 77%, dos inquiridos ficaram pouco satisfeitos com a forma como o OE foi implementado.
- 48%, dos inquiridos considerou haver poucas condições para o progresso e desenvolvimento do país.
- 55%, dos inquiridos pouco confia nas políticas do Governo.
- 47%, dos inquiridos encontram-se pouco satisfeitos no que respeita à execução do OE preencher as necessidades do povo.
- 50%, dos inquiridos ficaram pouco motivados com o crescimento dos países em termos económicos.

- 60%, dos inquiridos encontram-se insatisfeitos com a participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento da economia do país.

Apesar do presente estudo ser original, apresentando uma contribuição relevante para a realidade de Timor-Leste, ainda muito pouco estudada, a inexistência de estudos do mesmo género ou sobre temáticas próximas, internacionalmente em Timor, constituiu também uma dificuldade, por falta de trabalhos de referência. Houve também dificuldades em obter documentos em Timor-Leste.

No que respeita a investigação futura propomos:

Alargar o âmbito do estudo à Contabilidade Patrimonial em Timor-Leste, e respetivos seguimentos e avaliação.

Bibliografia

ABRAMOWITZ, Moses - **O Crescimento Económico**. Cambridge University Press, 1989.

ALVEIRINHO, Francisco J. - **Sobre a Aplicabilidade do Orçamento Base Zero (OBZ) às Autarquias Locais**. [Em linha]. 2007 [consult. 10 setembr.2013]. Disponível em http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/352/1/Francisco%20Alveirinho_Gestin_Jan_2007.pdf

BANCO DE PORTUGAL -**Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste**, 2013.

BELZUNEGUI,B; CABRERIZO, J; PADILLA, R.- **Macroeconomia**. Madrid: McGraw-Hill, 1992.

BERNARDES, Arménio F.- **Contabilidade Pública e Autárquica – POCP e POCAL**. 1ª Edição: CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2001.

BERNARDES, Arménio F. - **Contabilidade Pública e Autárquica – POCP e POCAL**. 2ª Edição: CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2003.

CATARINO, João Ricardo - **Princípios de Finanças Públicas**. Coimbra: Almedina, 2011.

CATARINO, João Ricardo - **Finanças Públicas e Direito Financeiro**. 2.ª ed. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO – **Orçamento Geral do Estado 2006-2007**.Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2007.

DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO – **Orçamento Geral do Estado ano civil 2008**. Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2008.

DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO – **Orçamento Geral do Estado 2009 e Plano do Estado para 2009**. Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2009.

DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO – **Orsamentu Jerál no Planu Estadu** 2010. Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2010.

DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO – **State Budget 2011**. Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2011.

DIRECÇÃO NACIONAL DO ORÇAMENTO – **Orçamento Geral do Estado 2012 Rubricas Orçamentais Mds-CFP – Livro 4B**. Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste, 2012.

FERNANDES, Abel Costa – **Economia Pública: eficiência económica e teoria das escolhas colectivas**. Lisboa: Sílabo, 2008.

FERNANDES, Abel Costa -**A Economia das Finanças Públicas**. Coimbra: Almedina, 2010.

FERRAZ, António Mendes da Silva - **Análise Macroeconómica**. Lisboa: Escolar Editora, 2002.

FERRAZ, António Mendes da Silva – **Macroeconomia II: As Principais Correntes de Pensamento Macroeconómico**. Universidade do Minho [em linha]. 213/2014.[Consult. 2 Agost. 2014]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26799/1/EPE.13.14.pdf>

FRANCO, António L. S. - **Finanças Públicas e Direito Financeiro**. Volumes I e II – 4ª Edição (reimpressa), Coimbra: Almedina, 2007.

GOVERNO DE TIMOR LESTE - **Programa do V Governo Constitucional de Timor Leste, 2012-2017**. [em linha]. [Consult. 10 fev. 2014]. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/09/Programa-do-V-Governo-Constitucional_TETUM-26-8-12.pdf

GOVERNO DE TIMOR-LESTE- **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**, 2011.

JONES, Rowan - **Public Sector Accounting**. Harlow: Financial Times/Prentice-Hall, 2010.

LEI N.º 91/2001 de 20 de agosto, **Enquadramento do Orçamento do Estado-Lei** republicada pelo Decreto-Lei n.º n 26/2002 de 14 de fevereiro.

MELTZER, Allan; RICHARD, Scott - **Tests of a Rational Theory of the Size of Government**. Martinus Nijhoff Publishers,1983. [Em linha].[Consult.20 julh.2013]. Disponível em : <http://repository.cmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1759&context=tepper>

NEVES, João César – **Princípios de Economia Política**. Lisboa: Verbo, 2004.

NEVES, João César – **Princípios de Economia Política**. Santarém: Verbo, 2010.

NUNES, Ana Belo; VALÉRIO, Nuno - **O Crescimento Económico Moderno**. Lisboa, EDITORA,1995.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho - **Séries Temporais: Analisar o Passado e Predizer o Futuro**. Departamento de Engenharia Informática da Universidade de Coimbra, p. 1-2., 2007. [Em linha] [Consult. 14 abril 2014]. Disponível em http://student.dei.uc.pt/~pcoliv/reports/ct_timeseries.pdf.

PEREIRA, Paulo Trigo – **Economia e Finanças Públicas**. 4ª Ed. Coimbra: Almedina, 2012.

PEREIRA, Paulo Trigo – **Economia e Finanças Públicas. Da Teoria à Prática**.4.ª Ed. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

PINTO, Ana Calado; SANTOS, Paula Gomes - **Gestão Orçamental Pública**. Lisboa: Publisher Team, 2005.

SANTOS, Aristeu Jorge – **Orçamento Público e os Municípios – Alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na Administração Publica Municipal**. 2001[Em linha] [Consult. 10 de stemb.2014]. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19441/000305177.pdf?sequence=1>.

SANTOS, J. Albano-**Economia Pública**. 2.^a Ed. INA: Instituto Nacional de Administração, 2012

SANTOS, Emanuel Augusto - **Sem Crescimento não há Consolidação Orçamental**. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.

SILVA, António M. B. - **Gestão Financeira da Administração Pública Central**. Coleção Economia & Finanças. Lisboa: Áreas Editora, 2002.

SILVA CAVACO, Aníbal António – **Política Orçamental e Estabilização Económica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1976.

SOUSA, Domingos Pereira – **Finanças Públicas**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1992

Endereços Eletrônicos: 2013/2014

www.mof.gov.tl

www.Bancocentral.tl

www.deiolloite.com.ao

<http://doingbusiness.org/ExploreEconomies/?economyid=209>

<http://economia-tl.blogspot.com/>

<https://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&docid=kaxyz5wNTAkyZM&tbnid=Ky0xY89KuHZscM:&ved=0CAQQjB0&url=http%3A%2F%2Feconomia-tl.blogspot.com%2F2012%2F02%2Fsobe-sobe-balao-sobe-inflacao-em-timor.html&ei=rV9NU8n4GOWw0AWOo4HoBg&bvm=bv.64764171,d.d2k&psig=AFQjCNFYGNRMvSjvKqvEvk2kq5N0rg46yA&ust=139766606863>

<http://hdl.handle.net/1822/26799>

<http://www.mof.gov.tl/en/budget/2008.htm>

www.mof.gov.tl

http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/doc_trab_71.pdf

http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/DocTrab_60.PDF

<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/timor%20leste%20estatisticas%202006.pdf>

www.silabo.pt

<http://www.turismotimorleste.com/>

<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager93.pdf>

<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/timor%20leste%20estatisticas%202006.pdf>

<http://www.unescap.org/tid/publication/tipub2493.pdf>

<http://hdl.handle.net/1822/26799>

<http://hdl.handle.net/1822/28445>

<http://timor-leste.gov.tl/?cat=28&lang=pt> [consultado a 23/05/2013]

<http://timor-leste.gov.tl/?p=16#i> [consultado a 23/05/2013]

<http://www.mof.gov.tl/budget-spending/petroleum-fund/?lang=pt> [consultado a 23/05/2013]

<http://www.mof.gov.tl/budget-spending/petroleum-fund/?lang=pt> [consultado a 03/06/2013]

ANEXO I



UNIVERSIDADE DO MINHO

Escola de Economia e Gestão

Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

QUESTIONARIO

NECESSIDADE DE RECOLHER INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DA RDTL, ANO FISCAL 2007-2012, E O SEU IMPACTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAIS.

(Dirigido ao publico alvo: políticos, académicos e Sociedade Civil)

Trabalho elaborado por: Rui Manuel Pinto Belo

Orientação:

Professor António Mendes Silva Ferraz e

Professor Luís Francisco Gomes Dias de Aguiar-Conraria

Este **questionário**, pretende recolher dados através dos inquiridos, insere-se num projeto de investigação para preparação da Dissertação de Mestrado, subordinado ao tema “**Orçamento Geral do Estado, 2007 a 2012 – Analise Critica das Medidas de política Económica em Timor-Leste**”, sob a orientação do Professor Catedrático Jubilado, António Mendes Silva Ferras e Professor Associado com Agregação, Luís Francisco Gomes Dias de Aguiar Conraria. Pretendemos conhecer e analisar as visões dos inquiridos sobre as potencialidades e os constrangimentos de implementação do orçamento geral do Estado, a partir do Ano Fiscal 2007-2012. A sua participação é muito importante para conhecermos a realidade em análise. Neste sentido, apelámos à sua atenção para uma resposta atempada, estando conscientes do esforço que isto representa.

Em caso de dúvidas, poderá contactar o responsável através do Correio eletrónico:

Instruções de preenchimento

O questionário é composto por quatro dimensões. Integra um conjunto de questões fechadas e abertas. Nas questões fechadas deve assinalar com um (x), no respetivo quadrado, a resposta que lhe parece mais adequada à sua opinião e/ou situação. Nas questões abertas, escreva livre e sucintamente a sua opinião.

Neste questionário, não há respostas certas nem erradas. Pretende-se conhecer a sua sincera e clara opinião.

A. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1. IDENTIFICAÇÃO							
1.1. Nome:							
1.2. Quem responde a este questionário:							
- Deputado/a						<input type="checkbox"/>	
- Membro do Governo ou Ex- Membro do governo						<input type="checkbox"/>	
- Professor / a da Universidade						<input type="checkbox"/>	
- Estudante / a Universitário						<input type="checkbox"/>	
2. IDADE							
	16-19	<input type="checkbox"/>	20-23	<input type="checkbox"/>	24-27	<input type="checkbox"/>	+28 <input type="checkbox"/>

B. POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO ANO FISCAL, 2007 a 2012

Os dois quadros seguintes referem-se um às *potencialidades* e o outro aos *constrangimentos* da implementação do Orçamento Geral do Estado. Solicita-se que coloque uma cruz (x), no local que considere adequado para exprimir a sua opinião.

1. O quadro a seguir contém um conjunto de afirmações que são, por vezes, proferidas por professores, quando se referem às *potencialidades* de implementação do Orçamento Geral. Solicita-se que coloque uma cruz (x), no local que considere adequado

para exprimir a sua opinião.

Afirmações (potencialidades)	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente	Não tenho opinião
A execução do orçamento deu um balanço positivo a economia de Timor Leste					
A implementação dos programas contemplados no Orçamento permite responder o interesse nacional					
A implementação dos programas contemplados no Orçamento permite responder o interesse nacional					
Permite integrar as necessidades do povo					
Promove e incentiva a economia macro e micro					
Cria emprego para a população					
Estimula o desenvolvimento de economia nacional, articuladas com o programa Millennium estabelecida pelas Nações Unidas					
Vai ao encontro de interesses e necessidades de desenvolvimento humano					
Requer mais estratégia e competitividade do Estado					
Estimula a participação dos cidadãos no desenvolvimento nacional					
Promove o trabalho em conjunto com o sector privado					
Respeita e valoriza as críticas da Sociedade Civil					
Favorece o enriquecimento e transformação de mentalidades					
Desenvolve a capacidade microeconómica das pequenas empresas					
Despesas do orçamento, trouxe o retorno económico significativo durante 5 anos					
Impacto positivo no desenvolvimento dos Recursos humanos					
Subiu o crescimento do Produto Interno Bruto					

2. O quadro a seguir contém um conjunto de afirmações que são, por vezes, proferidas por entidades, quando se referem aos *constrangimentos para realizar* a implementação do Orçamento geral do Estado. Solicita-se que coloque uma cruz (x), no local que considere adequado para exprimir a sua opinião.

Afirmações (constrangimentos/dificuldades em)	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente	Não tenho opinião
Falta de um Plano adequado a nível nacional, a execução do orçamento não preencheu as expectativas					
O Plano Nacional deve ser integrado e a acomodação					
Valorizar as ideias da Sociedade Civil					
Encontrar formas válidas e efetivas para a implementação do Orçamento Geral do Estado					
Promover a participação ativa de todos os agentes económicos, e envolver diretamente as pequenas empresas.					
Avaliar o processo de desenvolvimento a nível nacional nos sectores produtivos como Agricultura, e Turismo					
Falta de capacidade técnica dos agentes do governo, implica um impacto negativo sobre a implementação do Orçamento Geral do Estado.					
Falta de monitorização e evacuação na implementação dos projetos					
Intensificar formações Específicas para o pessoal quadro das Instituições Estatais.					
Falta de Recursos Humanos apropriados em todos os sectores					
A execução do Orçamento geral de cada ano tem uma fatia significativa com secesso para as despesas para pagamentos de salários aos membros do governo, deputados e funcionários públicos					
É necessário rever a lei da Pensão Vitalícia para os membros do governo e deputados.					
A estrutura do governo e grande demais o que causa um grande excesso de despesa ao orçamento geral do Estado					

C. PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PERÍODO 2007 a 2012

Na sua opinião, quais são os principais contributos da execução do orçamento geral do Estado para a economia de Timor Leste. No quadro que se segue, registe os contributos, ordenando-os do mais importante para a menos importante

1	Melhorou as economias do povo
2	Melhorou o desenvolvimento dos recursos humanos
3	Refletiu sobre os interesses nacionais
4	Desempenhou um papel importante para a economia nacional
5	Desenvolveu o sector de saúde
6	Desenvolveu as Infraestruturas
7	Desenvolveu o sector da agricultura
8	Desenvolveu o sector de segurança e defesa
9	Desenvolveu o sector de educação nacional
10	Refletir sobre os valores sociais, económicos e culturais do País

D. SATISFAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS DURANTE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO ANO FISCAL 2007 a 2012

Indique em que medida está satisfeito(a) com o desenvolvimento económico alcançado. Faça um sinal de (√) na resposta com a qual se identifica.

		Muito satisfeito/a	Satisfeito/a	Pouco satisfeito/a	Insatisfeito/a	Não sei
1	Ficou motivado com o retorno económico em relação as despesas orçamentais					
2	A forma como foi implementada trouxe benefícios					
3	Houve condições para o progresso do desenvolvimento do País.					
4	Confia nas políticas do governo anualmente					
5	Sente que a execução do OGE, preencheu as necessidades do povo de Timor Leste					
6	Ficou motivado ao ver o País a crescer economicamente					
7	Recomendaria ao governo de delinear e traçar mais políticas para o desenvolvimento económico nos sectores de produção					
8	Sente que houve participação ativa dos cidadãos timorenses no desenvolvimento da economia do País					
9	Acha que fica capaz de tratar assuntos da economia do País sob responsabilidade de todos os timorenses					

Muito obrigado pela sua colaboração

ANEXO II

CATEGORY	Budget	Actual	Balance	Execução %
OGE 2007				
Salary Wages	\$19.602.800	\$17.442.012	\$2.160.788	89%
Goods Services	\$68.403.120	\$37.116.136	\$8.565.666	54%
Minor Capital	\$5.624.252	\$688.187	\$338.401	12%
Capital Development	\$10.664.828	\$726.816	\$89.767	7%
Transfers	\$12.114.000	\$8.362.884	\$383.308	69%
Total	\$116.409.000	\$64.336.035	\$11.537.929	55%
OGE 2008				
Salary & Wages	\$59.053.812	\$50.259.317	\$8.794.494	85%
Goods & Services	\$434.707.326	\$221.256.332	\$207.275.987	51%
Minor Capital	\$47.080.273	\$41.407.180	\$4.804.608	88%
Capital & Development	\$115.470.589	\$86.468.388	\$15.583.975	75%
Transfers	\$132.000.000	\$84.271.379	\$47.723.229	64%
Total	\$788.312.000	\$483.662.596	\$284.182.293	61%
OGE 2009				
Salary & Wages	\$96.130.993	\$87.280.088	\$8.850.906	91%
Goods & Services	\$239.275.238	\$213.403.192	\$16.904.165	89%
Minor Capital	\$42.669.837	\$38.712.735	\$2.448.219	91%
Capital & Development	\$206.380.144	\$170.883.487	\$12.171.915	83%
Transfers	\$96.416.788	\$94.144.966	\$751.095	98%
Total	\$680.873.000	\$604.424.467	\$41.126.300	89%
OGE 2010				
Salary & Wages	\$99.377.657	\$91.494.065	\$7.883.592	92%
Goods & Services	\$259.020.200	\$245.900.685	\$7.068.564	95%
Minor Capital	\$41.239.509	\$38.334.841	\$1.329.039	93%
Capital & Development	\$253.850.909	\$215.945.222	\$9.811.071	85%
Transfers	\$184.492.797	\$168.658.248	\$7.029.728	91%
Total	\$837.981.072	\$760.333.062	\$33.121.994	91%
OGE 2011				
Salary & Wages	\$117.792.267	\$111.590.280	\$6.201.987	95%
Goods & Services	\$264.717.361	\$238.707.917	\$18.630.541	92%
Minor Capital	\$31.274.990	\$26.299.609	\$1.751.511	90%
Capital & Development	\$690.129.079	\$554.975.866	\$128.430.782	81%
Transfers	\$174.949.925	\$141.423.081	\$31.123.445	82%
Despesas Contingencias	\$27.153.917	\$24.163.626	\$1.874.399	93%
Total	\$1.306.017.539	\$1.097.160.380	\$188.012.665	85%
OGE 2012				
Salary & Wages	\$139.969.133	\$130.297.466	\$9.671.667	93%
Goods & Services	\$363.409.579	\$328.686.037	\$34.723.542	90%
Minor Capital	\$49.391.493	\$40.079.733	\$9.311.760	81%
Capital & Development	\$998.042.946	\$461.770.346	\$536.272.600	46%
Transfers	\$232.018.965	\$215.135.194	\$16.883.771	93%
Despesas Contingencias	\$23.617.710	\$21.641.337	\$1.976.373	92%
Total	\$1.806.449.826	\$1.197.610.112	\$608.839.714	66%

ANEXO III

Ano Fiscal 2007				
Categoria/Item	Budget	Real	Saldo	Execução %
Salary & Wages				
Salary	19,433,500,00	17,342,411,01	2,091,088,99	89%
Overtime	169,300,00	99,601,42	69,698,58	59%
Allowances	\$	\$	\$	%
Sub Total	19,602,800,00	17,442,012,43	2,160,787,57	89%
Goods & Services				
District Imprest Advance	\$	\$	\$	%
Local Travel	861,904,30	658,713,55	\$200	76%
Overseas Travel	1,640,962,80	1,467,056,33	132,918,07	89%
Training & Workshop	1,692,208,85	1,132,140,20	514,073,59	67%
Utilities	1,694,578,79	1,327,056,49	366,842,30	78%
Rental of Property	544,912,68	480,264,52	64,648,16	88%
Vehicle Operation Fuel	2,622,978,85	1,399,472,33	184,237,21	53%
Vehicle Maintenance	2,651,010,90	1,459,341,80	723,233,05	55%
Vehicle Rental, Insurance & Ser	39,000,00	16,126,34	22,873,66	41%
Office Stationary & Supplies	974,161,41	668,799,98	174,589,65	69%
Operational material & supplie	10,093,524,72	2,636,035,96	543,286,32	26%
Fuel for generators	15,062,987,14	7,697,871,39	465,829,86	51%
Maintenance of Equip & Building	5,233,641,87	1,093,079,70	443,268,22	21%
Operational Expenses	5,035,877,43	3,911,551,77	922,256,42	78%
Professional Services	5,785,538,70	3,962,350,24	726,750,19	68%
Translation Services	99,663,04	52,712,59	46,950,45	53%
Other miscellaneous services	13,545,168,17	8,328,567,65	3,033,893,10	61%
Payment of memberships	825,000,00	824,984,87	\$15,13	100%
Petty Cash	\$	\$	\$	%
Sub Total	68,403,119,65	37,116,135,71	8,565,66,13	54%
Minor Capital				
Adiamento Minor Capital Emb	\$	\$	\$	%
Purchase of Vehicles	1,556,742,75	59,975,00	53,635,75	4%
EDP Equipment	1,582,568,50	79,797,18	212,681,80	5%
Security Equipment	111,040,00	1,940,00	\$560,00	2%
Communication Equipment	574,1710,00	130,430,00	1,472,00	23%
Other miscellaneous equipment	560,500,00	20,148,00	11,364,00	4%
Furniture & Fittings	883,474,20	258,255,00	33,647,32	29%
Office equipment	301,932,00	114,732,00	7,945,00	38%
Generators	37,000,00	20,000,00	17,000,00	54%
Water Equipment	16,825,00	2,910,00	\$95	17%
Sub Total	5,624,252,45	688,187,18	338,400,87	12%
Capital & Development				
Aquisition of Buildings	1,585,65,00	686,723,91	81,238,88	43%
Infrastructure Assets	3,219,177,90	40,092,34	8,528,10	1%
Injection of Capital	\$	\$	\$	%
Major Capital Equipment	5,860,000,00	\$	\$	%
Advance Capital Development	\$	\$	\$	%
Sub Total	10,664,827,90	726,816,25	89,766,98	7%
Transfers				
Current Transfers	12,114,000,00	8,362,883,63	383,307,94	69%
Personal Benefit Payments	\$	\$	\$	%
Public Grants	\$	\$	\$	%
Public Grants - Capital	\$	\$	\$	%
Sub Total	12,114,000,00	8,362,883,63	383,307,94	69%
Total	116,409,000,00	64,336,035,20	11,53,929,49	55%

Ano Fiscal 2008				
Categoria/Item	Budget	Real	Saldo	Execução %
Salary & Wages				
Salary	58,220,205	49,730,210	8,489,995	85%
Overtime	\$557,607	\$355,107	\$202,500	64%
Allowances	\$276,000	\$174,000	\$102,000	63%
Sub Total	59,053,812	50,259,317	8,794,494	85%
Goods & Services				
District Imprest Advance	\$	\$316,32	-\$316.318	%
Local Travel	2,706,087	2,278,497	\$427,590	84%
Overseas Travel	6,443,865	5,667,965	\$767,093	88%
Training & Workshop	8,838,226	8,270,892	\$567,334	94%
Utilities	3,866,224	3,341,575	\$524,649	86%
Rental of Property	1,679,817	1,615,990	\$50,327	96%
Vehicle Operation Fuel	10,236,591	7,621,997	1,483,363	74%
Vehicle Maintenance	7,696,579	5,772,165	1,915,433	75%
Vehicle Rental, Insurance & Ser	\$566,428	\$345,292	\$221,136	61%
Office Stationary & Supplies	3,564,086	3,139,867	\$424,219	88%
Operational material & supplie	256,202,349	75,169,751	176,474,076	29%
Fuel for generators	49,559,740	38,575,480	10,984,260	78%
Maintenance of Equip & Building	9,284,808	7,029,748	2,244,020	76%
Operational Expenses	20,551,944	19,198,186	1,353,758	93%
Professional Services	23,182,219	20,355,759	2,593,731	88%
Translation Services	\$945,450	\$325,903	\$619,547	34%
Other miscellaneous services	28,833,912	21,968,081	6,655,635	76%
Payment of memberships	\$549,000	\$427,152	\$121,848	78%
Petty Cash	\$	\$18,468	-\$18.468	%
Sub Total	434,707,326	221,256,332	207,275,987	51%
Minor Capital				
Adiantamento Minor Capital Emb	\$	\$	\$	%
Purchase of Vehicles	23,218,781	21,250,823	1,967,942	92%
EDP Equipment	4,858,314	4,502,655	\$344,826	93%
Security Equipment	\$814,330	\$397,935	\$27,203	49%
Communication Equipment	3,691,911	2,304,482	1,378,116	62%
Other miscellaneous equipment	7,589,450	6,627,316	\$660,049	87%
Furniture & Fittings	3,706,008	3,437,528	\$215,821	93%
Office equipment	1,407,148	1,256,081	\$145,184	89%
Generators	1,328,819	1,202,792	\$28,703	91%
Water Equipment	\$465,612	\$427,568	\$36,764	92%
Sub Total	47,080,273	41,407,180	4,804,608	88%
Capital & Development				
Aquisition of Buildings	52,087,442	38,605,631	7,907,458	74%
Infrastructure Assets	48,508,136	33,138,073	7,570,772	68%
Injection of Capital	2,249,000	2,188,315	\$60,685	97%
Major Capital Equipment	12,626,012	12,536,368	\$45,060	99%
Advance Capital Development	\$	\$	\$	%
Sub Total	115,470,58,9	86,468,388	15,583,975	75%
Transfers				
Current Transfers	\$33,000	\$	\$33,000	%
Personal Benefit Payments	84,582,000	40,782,553	43,799,447	48%
Public Grants	47,385,000	43,488,826	3,890,782	92%
Sub Total	132,000,00	84,271,379	47,723,229	64%
Total	788,312,000	483,662,596	284,182,293	61%

Ano Fiscal 2009				
Categoria/Item	Budget	Real	Saldo	Execução %
Salary & Wages				
Salary	90,568,999	82,541,567	8,027,432	91%
Overtime	1,398,576	1,043,798	\$355	75%
Allowances	4,163,418	3,694,722	\$469	89%
Sub Total	96,130,993	87,280,088	8,850,906	91%
Goods & Services				
District Imprest Advance	\$	\$12	-\$11,538	%
Local Travel	3,071,052	2,683,796	\$378,701	87%
Overseas Travel	6,837,218	6,343,108	\$410,037	93%
Training & Workshop	9,386,411	8,835,109	\$489,776	94%
Utilities	4,025,186	3,646,350	\$352,673	91%
Rental of Property	1,114,003	1,071,820	\$41,913	96%
Vehicle Operation Fuel	8,180,428	7,853,714	\$223,733	96%
Vehicle Maintenance	6,844,439	6,351,490	\$388,363	93%
Vehicle Rental, Insurance & Ser	\$581,558	\$502,930	\$75,828	86%
Office Stationary & Supplies	3,769,029	3,412,310	\$330,990	91%
Operational material & supplie	62,317,659	49,024,495	7,627,883	79%
Fuel for generators	43,072,779	41,776,406	\$34,862	97%
Maintenance of Euiop & Building	9,826,968	8,918,132	\$334,094	91%
Operational Expenses	11,616,709	10,514,851	\$986,955	91%
Professional Services	22,066,930	20,895,339	\$992,904	95%
Translation Services	\$349,538	\$240,417	\$109,12	69%
Other miscellaneous services	45,590,588	40,312,447	4,749,313	88%
Payment of memberships	\$551,612	\$503,315	\$48,297	91%
Interest payment & borrowings	\$73,133	\$15,793	\$75,340	22%
Petty Cash	\$	\$11,997	-\$12,998	%
Sub Total	239,275,238	213,403,192	16,904,165	89%
Minor Capital				
Adiamento Minor Capital Emb	\$	\$177,131	-\$177,131	%
Purchase of Vehicles	24,228,073	23,313,125	\$601,655	96%
EDP Equipment	2,983,565	1,945,040	\$826,007	65%
Security Equipment	\$908,000	\$599,608	\$304,293	66%
Communication Equipment	1,369,932	1,218,380	\$51,608	89%
Other miscellaneous equipment	7,229,754	6,345,949	\$568,556	88%
Furniture & Fittings	3,987,601	3,413,705	\$180,152	86%
Office equipment	\$886,857	\$818,811	\$57,936	92%
Generators	\$524,109	\$335,563	\$29,342	64%
Water Equipment	\$551,945	\$545,424	\$5,801	99%
Sub Total	42,669,837	38,712,735	2,448,219	91%
Capital & Development				
Aquisition of Buildings	34,741,413	18,501,889	4,883,019	53%
Infrastructure Assets	140,383,333	124,481,128	4,035,286	89%
Injection of Capital	2,000,000	\$709,141	1,290,859	35%
Major Capital Equipment	29,255,398	27,190,860	1,963,219	93%
Advance Capital Development	\$	\$470	-\$470	%
Sub Total	206,380,144	170,883,487	12,171,915	83%
Transfers				
Current Transfers	38,197,3000	37,638,865	\$78	99%
Personal Benefit Payments	\$	\$	\$	%
Public Grants	58,219,488	56,506,102	\$673	97%
Sub Total	96,416,788	94,144,966	\$751	98%
Total	680,873,000	604,424,467	41,126,300	89%

Ano Fiscal 2010				
Categoria/Item	Budget	Real	Saldo	Execução %
Salary & Wages				
Salary	98,053,648	89,932,927	8,120,721	92%
Overtime	1,153,009	1,516,138	-\$363,129	131%
Allowances	\$171,000	\$45,000	\$126,000	26%
Sub Total	\$117.792.267	\$111.590.280	\$6.201.987	95%
Goods & Services				
District Imprest Advance	\$	\$337,261	-\$687,367	%
Local Travel	3,645,547	3,549,093	\$87,817	97%
Overseas Travel	12,125,309	12,188,177	-\$212,389	101%
Training & Workshop	9,201,702	9,498,053	-\$571,004	103%
Utilities	4,922,601	9,996,879	-\$5.155.972	203%
Rental of Property	1,583,300	1,547,803	\$6,247	98%
Vehicle Operation Fuel	9,813,208	9,490,745	-\$62,659	97%
Vehicle Maintenance	6,098,097	6,750,736	-\$722,255	111%
Vehicle Rental, Insurance & Ser	\$622,160	\$940,221	-\$405,74	151%
Office Stationary & Supplies	3,072,972	4,017,222	-\$1.191.675	131%
Operational material & supplie	58,156,363	54,305,647	1,711,700	93%
Fuel for generators	33,182,390	27,110,128	6,000,700	82%
Maintenance of Equip & Building	8,765,384	9,286,621	-\$1.451.689	106%
Operational Expenses	19,105,870	20,746,902	-\$2.249.420	109%
Professional Services	48,043,994	40,847,537	7,024,118	85%
Translation Services	\$578,716	\$301,780	\$268,177	52%
Other miscellaneous services	39,238,457	34,029,554	4,979,103	87%
Payment of memberships	\$864,130	\$509,347	\$335,131	59%
Petty Cash	\$	\$1	-\$74,722	%
Sub Total	259,020,200	245,900,685	7,068,564	95%
Minor Capital				
Adiantamento Minor Capital Emb	\$	\$228,608	-\$228,608	%
Purchase of Vehicles	24,143,021	23,436,687	\$255,581	97%
EDP Equipment	2,674,000	2,561,486	-\$61,521	96%
Security Equipment	\$397,500	\$318,650	\$77,100	80%
Communication Equipment	1,319,869	1,049,033	\$55,975	79%
Other miscellaneous equipment	7,285,873	5,733,923	\$960,169	79%
Furniture & Fittings	3,369,813	3,186,913	\$142,194	95%
Office equipment	1,114,053	\$819,81	\$194,82	74%
Generators	\$527,400	\$667,204	-\$142,119	127%
Water Equipment	\$407,980	\$332,532	\$75,448	82%
Sub Total	41,239,509	38,334,841	1,329,039	93%
Capital & Development				
Aquisition of Buildings	36,085,431	17,796,403	12,538,036	49%
Infrastructure Assets	187,005,478	176,103,304	-\$4.371.197	94%
Injection of Capital	\$860,000	\$	\$860,000	%
Major Capital Equipment	29,900,000	21,744,514	1,085,233	73%
Advance Capital Development	\$	\$301,000	-\$301,000	%
Sub Total	253,850,909	215,945,222	9,811,071	85%
Transfers				
Personal Benefit Payments	112,477,552	112,227,635	-\$2.747.429	100%
Public Grants	410,659,245	30,816,060	9,725,752	76%
Public Grants - Capital	31,356,000	25,614,554	\$51	82%
Sub Total	184,492,797	168,658,248	7,029,728	91%
Total	837,981,072	760,333,062	33,121,994	91%

Ano Fiscal 2011				
Categoria/Item	Budget	Real	Saldo	Execução %
Salary & Wages				
Salary	\$105.477.493	\$101.142.940	\$4.334.553	96%
Overtime	\$2.109.774	\$2.037.403	\$72.371	97%
Allowances	\$10.205.000	\$8.409.938	\$1.795.062	82%
Sub Total	\$117.792.267	\$111.590.280	\$6.201.987	95%
Goods & Services				
District Imprest Advance	\$	\$542.559	-\$895.066	%
Local Travel	\$4.726.887	\$4.910.336	-\$204.189	104%
Overseas Travel	\$7.547.494	\$8.577.698	-\$1.219.420	115%
Training & Workshop	\$32.826.955	\$22.458.595	\$10.211.345	69%
Utilities	\$5.632.242	\$4.933.980	\$661.073	88%
Rental of Property	\$340.500	\$286.327	\$49.651	85%
Vehicle Operation Fuel	\$8.647.995	\$8.457.062	-\$9.411	100%
Vehicle Maintenance	\$6.369.555	\$7.121.036	-\$904.219	114%
& Ser	\$1.254.663	\$1.468.282	-\$248.819	120%
Supplies	\$3.560.053	\$4.231.249	-\$753.701	121%
supplie	\$39.701.825	\$32.379.466	\$5.792.068	83%
Fuel for generators	\$61.198.500	\$59.234.129	\$1.379.005	97%
Building	\$5.182.546	\$6.427.337	-\$2.174.827	131%
Operational Expenses	\$25.123.342	\$21.794.141	\$2.722.957	89%
Professional Services	\$33.380.616	\$30.894.024	\$1.752.629	94%
Translation Services	\$625.253	\$365.884	\$252.770	60%
services	\$26.937.435	\$22.803.654	\$2.465.657	89%
Payment of memberships	\$1.661.500	\$1.105.020	\$542.614	67%
Petty Cash	\$	\$44.988	-\$69.643	%
Sub Total	\$264.717.361	\$238.707.917	\$18.630.541	92%
Minor Capital				
Capital Emb	\$	\$119.230	-\$119.230	%
Purchase of Vehicles	\$13.258.168	\$11.677.051	\$1.183.899	91%
EDP Equipment	\$3.213.011	\$3.242.462	-\$1.053.132	102%
Security Equipment	\$863.613	\$971.197	-\$961.394	211%
Equipment	\$971.225	\$1.132.254	-\$203.771	120%
equipment	\$9.299.479	\$5.809.452	\$2.990.419	66%
Furniture & Fittings	\$2.639.844	\$2.233.002	\$52.870	96%
Office equipment	\$567.475	\$701.796	-\$181.046	124%
Generators	\$425.800	\$363.083	\$62.387	85%
Water Equipment	\$36.375	\$50.082	-\$19.490	153%
Sub Total	\$31.274.990	\$26.299.609	\$1.751.511	90%
Capital & Development				
Aquisition of Buildings	\$4.322.600	\$18.922.493	-\$16.437.344	477%
Infrastructure Assets	\$684.606.479	\$534.922.545	\$144.798.954	79%
Major Capital Equipment	\$1.200.000	\$1.130.828	\$69.172	94%
Development	\$	\$	\$	%
Sub Total	\$690.129.079	\$554.975.866	\$128.430.782	81%
Transfers				
Payments	\$114.233.498	\$88.389.214	\$25.497.576	78%
Public Grants	\$49.023.900	\$43.598.024	\$4.965.806	90%
Public Grants - Capital	\$11.692.527	\$9.435.843	\$660.063	94%
Sub Total	\$174.949.925	\$141.423.081	\$31.123.445	82%
Despesas Contingencias				
Servicos	\$17.812.139	\$15.685.532	\$1.397.382	92%
Menor	\$1.058.782	\$988.778	-\$193.127	118%
Desenvolviment	\$7.194.816	\$6.045.170	\$1.026.110	86%
Transferencias	\$1.088.180	\$1.444.146	-\$355.966	133%
Sub Total	\$27.153.917	\$24.163.626	\$1.874.399	93%
Total	\$1.306.017.539	\$1.097.160.380	\$188.012.665	85%

Ano Fiscal 2012				
Categoria/Item	Budget	Real	Saldo	Execução %
Salary & Wages				
Salary	\$126.517.802	\$121.825.509	\$4.692.293	96%
Overtime	\$1.796.331	\$1.860.706	-\$64.375	104%
Allowances	\$11.655.000	\$6.611.251	\$5.043.749	57%
Sub Total	\$139.969.133	\$130.297.466	\$9.671.667	93%
Goods & Services				
District Imprest Advance	\$	\$475.754	-\$475.754	%
Local Travel	\$6.707.750	\$7.077.171	-\$369.421	106%
Overseas Travel	\$7.874.292	\$9.119.793	-\$1.245.501	116%
Training & Workshop	\$44.459.424	\$37.764.235	\$6.695.189	85%
Utilities	\$6.369.528	\$6.711.241	-\$341.713	105%
Rental of Property	\$3.706.400	\$2.677.442	\$1.028.958	72%
Vehicle Operation Fuel	\$11.611.489	\$11.015.395	\$596.094	95%
Vehicle Maintenance	\$9.061.864	\$8.173.728	\$888.136	90%
& Ser	\$1.637.580	\$1.873.087	-\$235.507	114%
Supplies	\$4.762.073	\$5.637.720	-\$875.647	118%
supplie	\$38.581.712	\$37.013.298	\$1.568.414	96%
Fuel for generators	\$97.669.291	\$85.719.708	\$11.949.583	88%
Building	\$8.705.752	\$7.373.845	\$1.331.907	85%
Operational Expenses	\$47.286.819	\$40.930.646	\$6.356.173	87%
Professional Services	\$40.093.540	\$39.743.064	\$350.476	99%
Translation Services	\$853.600	\$357.207	\$496.393	42%
services	\$30.081.865	\$25.412.662	\$4.669.203	84%
Payment of memberships	\$3.954.600	\$1.311.403	\$2.643.197	33%
Petty Cash	\$	\$6.371	-\$6.371	%
Sub Total	\$363.409.579	\$328.686.037	\$34.723.542	90%
Minor Capital				
Emb	\$	\$5.518	-\$5.518	%
Purchase of Vehicles	\$17.742.936	\$15.657.714	\$2.085.222	88%
EDP Equipment	\$5.210.428	\$5.503.446	-\$293.018	106%
Security Equipment	\$2.876.500	\$1.793.876	\$1.082.624	62%
Equipment	\$3.212.934	\$2.642.472	\$570.462	82%
equipment	\$9.844.031	\$8.162.077	\$1.681.954	83%
Furniture & Fittings	\$5.125.022	\$4.238.034	\$886.988	83%
Office equipment	\$3.578.988	\$860.623	\$2.718.365	24%
Generators	\$545.629	\$181.667	\$363.962	33%
Water Equipment	\$1.255.025	\$1.034.306	\$220.719	82%
Sub Total	\$49.391.493	\$40.079.733	\$9.311.760	81%
Capital & Development				
Aquisition of Buildings	\$115.601	\$29.700.163	-\$29.584.562	25692%
Infrastructure Assets	\$997.927.345	\$426.929.601	\$570.997.744	43%
Injection of Capital	\$	\$285.958	-\$285.958	%
Major Capital Equipment	\$	\$4.854.624	-\$4.854.624	%
Development	\$	\$	\$	%
Sub Total	\$998.042.946	\$461.770.346	\$536.272.600	46%
Transfers				
Current Transfers	\$370.000	\$	\$370.000	%
Payments	\$174.491.559	\$157.545.946	\$16.945.613	90%
Public Grants	\$50.574.818	\$2.458.018	-\$1.883.200	104%
Public Grants - Capital	\$6.582.588	\$5.131.230	\$1.451.358	78%
Sub Total	\$232.018.965	\$215.135.194	\$16.883.771	93%
Despesas Contingencias				
Venceminto	\$697.071	\$598.447	\$98.624	86%
Servicos	\$14.032.324	\$13.181.585	\$850.739	94%
Menor	\$2.005.165	\$1.877.942	\$127.224	94%
Desenvolviment	\$3.292.904	\$2.645.945	\$646.959	80%
Transferencias	\$3.590.246	\$3.337.418	\$252.828	93%
Sub Total	\$23.617.710	\$21.641.337	\$1.976.373	92%
Total	\$1.806.449.826	\$1.197.610.112	\$608.839.714	66%